

# ÁREAS PROTEGIDAS E POPULAÇÕES HUMANAS: O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E SEU ENTORNO

Ao longo dos anos as pesquisas vêm demonstrando os efeitos da interação áreas protegidas e populações humanas e destacando os conflitos que surgem com a criação destas áreas, quando não envolve todos os afetados, especialmente os residentes daquelas áreas ou de seus entornos. Conservacionistas, de um lado, defendem a ideia de que é necessário proibir ou restringir as áreas protegidas do acesso humano, limitando-o ao máximo, a fim de assegurar a integridade dos recursos naturais. Por outro lado, conservacionistas acreditam que a aproximação da gestão destas áreas às comunidades de entorno, ou mesmo, que residem dentro delas, diminui os conflitos socioambientais, possibilitando atingir os objetivos de conservação. Neste contexto, este livro, que vos convido à leitura, demonstra como os efeitos desta interação vêm acontecendo no Parque Nacional do Iguaçu e seu entorno, por meio de uma política pública de desenvolvimento do turismo.



*Fabiana Faxina*

Fabiana Faxina

**ÁREAS PROTEGIDAS E  
POPULAÇÕES HUMANAS:  
O Parque Nacional do Iguaçu e seu  
entorno.**

**ÁREAS PROTEGIDAS E POPULAÇÕES HUMANAS:  
O Parque Nacional do Iguaçu e seu entorno.**

Fabiana Faxina

**Capa:** Fabiana Faxina

**Representante do conselho editorial:** Jaime José da Silveira Barros Neto,  
Letícia Bianca Barros de Moraes Lima, Chirlaine Cristine Gonçalves

**Arte final e diagramação:** Júlio César Nunes Ramiro, Diogo de Amorim Silva

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização  
expressa do IFS

©2014 by Fabiana Faxina

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Faxina, Fabiana

F277a Áreas protegidas e populações humanas [recurso eletrônico]: o Parque Nacional de Iguaçu e seu entorno / Fabiana Faxina. – 1. ed. Aracaju: IFS, 2014. 201 p. : il.

Formato: e-book

ISBN 978-85-68801-63-5

1. Unidade de conservação. 2. Comunidade de entorno. 3. Políticas públicas. 4. Turismo. I. Título.

CDU: 502.1(816.2)

**Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo  
CRB 5/1030**

**Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe -IFS**

Avenida Jorge Amado, 1551 - Loteamento Garcia Bairro Jardins - Aracaju /  
Sergipe. CEP.: 49025-330 TEL: 55 (79) 3711-3222E-mail: edifs@ifs.edu.br.

Impresso no Brasil – 2014



**Ministério da Educação**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Sergipe**

**Presidente da República**  
Dilma Roussef

**Ministro da Educação**  
Henrique Paim

**Secretário da Educação Profissional e Tecnológica**  
Aléssio Trindade de Barros

**Reitor IFS**  
Ailton Ribeiro de Oliveira

**Pró-reitora de Pesquisa e Extensão**  
Ruth Sales Gama de Andrade





Docente e pesquisadora (IFS). Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UESC), Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UESC), Especialista em Educação e Gestão Ambiental (FECEA), Bacherel em Turismo (UNIOESTE).



## Dedicatória

*Pelo apoio sempre recebido dos meus pais,  
Ao meu lado, ainda quando a distância parecia ser um limitador.  
Por meio desta, dedico a eles não só minhas vitórias, mas  
O meu respeito, a minha gratidão e o meu amor.*



# Agradecimentos

*A Deus, pelo dom da vida e por me oportunizar tantas conquistas, entre elas a de fazer parte da equipe do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).*

*A meus pais, Olga Frediani Faxina e Euridio Faxina, e meus irmãos, Evelin Aline Faxina e Giuliano Faxina, pelo amor incondicional.*

*A meu cunhado, Antonio Alves dos Santos Junior, por me mostrar, incansavelmente, a essência e o valor da vida.*

*Aos professores PhD. Salvador Dal Pozzo Trevizan e Dr. Paulo Cesar Ponte Fraga, que tanto cooperaram para a construção deste estudo, orientando-o com seus olhares, suas sabedorias e experiências de verdadeiros conhecedores da temática.*

*Às instituições fomentadoras desta pesquisa: Universidade Estadual de Santa Cruz, por meio do Metrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA), que possibilitou o auxílio para a pesquisa de campo; administração do Parque Nacional do Iguaçu, por me abrigar e possibilitar a logística para execução da pesquisa; Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), que me forneceu a bolsa de estudos durante a realização do mestrado.*

*Àqueles que não hesitaram em colaborar com as informações imprescindíveis, sem as quais este trabalho inexistiria:*

*- Equipe do Parque Nacional do Iguaçu, especialmente ao Chefe da Unidade, Jorge Pegoraro.*

*- Equipe da Ecoparaná.*

*- Municípios de Capanema e de Serranópolis do Iguaçu, em especial às equipes das prefeituras municipais, da Associação Doce Iguassu e todos os proprietários e suas famílias, que tão calorosa e prestativamente me receberam em seus lares.*

*Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), por ser uma instituição que me mostra, dia após dia, que é possível trilhar os melhores caminhos em prol de uma educação de qualidade, conjugada às práticas de pesquisa, extensão e inovação visando ao desenvolvimento da nação. É neste ambiente onde materializo os meus sonhos enquanto educadora, entre eles a oportunidade de publicar este livro. Obrigada IFS por acreditar, apoiar e me permitir participar da construção de uma educação melhor.*

# Apresentação

O presente livro é fruto de uma dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA), sediado pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), localizada em Ilhéus, no estado da Bahia. Foi realizada uma pesquisa nos anos de 2008 e 2009, cujo enredo será demonstrado a partir das linhas que seguem. Salienta-se que se buscou preservar o contexto do qual originou os dados, que revelaram os resultados deste estudo, sendo eles, conseqüentemente, referentes à época da coleta de dados.

O Parque Nacional do Iguaçu, localizado no estado do Paraná, em consonância com o seu plano de manejo e buscando orientar ações para sua área de influência, promoveu no período de 2004 a 2009, em parceria com o Serviço Social Autônomo Ecoparaná, o Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável em seu entorno. Estudos recentes vem demonstrando que a gestão da área protegida aproximada aos anseios das comunidades de entorno tem evidenciado melhoria nos objetivos de conservação destas áreas, devido à redução dos conflitos socioambientais.

Desta forma, tal pesquisa motivou-se por identificar os principais resultados do Programa citado. Para tal, buscou-se analisar o nível de organização, participação e interesse dos beneficiários, bem como analisar a percepção ambiental destas pessoas; identificar as principais melhorias socioeconômicas aferidas em função do Programa, e observar a relação comunidade do entorno e área protegida, no que se refere aos possíveis conflitos e/ou ameaças existentes.

Neste sentido, foram realizadas pesquisas documentais e de campo. A área desse estudo se concentrou no Parque Nacional do Iguaçu e em dois dos seus municípios de entorno: Capanema e Serranópolis do Iguaçu, todos no Paraná. Na pesquisa de campo foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado, cujo público entrevistado envolveu os atores relacionados com o Programa: beneficiários, associação, prefeituras municipais e os próprios promotores. Com a análise dos dados foi possível observar aspectos positivos, tanto para o Parque quanto para a comunidade do entorno. No entanto, apesar dos beneficiários percebe-

rem o Parque enquanto provedor de benefícios para a sociedade, quando analisado no âmbito local se sentem prejudicados pelas restrições legais pertinentes às particularidades da região. Ganhos econômicos e ocupação da família no campo foram resultados expressivos para os beneficiários, em contrapartida, os mesmos assumiram práticas menos impactantes, o que é expressivo para o Parque, juntamente com a melhoria da imagem político-institucional obtida. Assim, entende-se que a gestão além dos limites das áreas protegidas é necessária para a redução de conflitos socioambientais, o que reflete em melhores resultados de conservação dos elementos naturais.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIPOPEC – Associação de Integração Pró-reabertura da Estrada do Colono

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

ECOPARANÁ – Serviço Social Autônomo Ecoparaná

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organizações das Nações Unidas

PRONABIO – Política Nacional da Diversidade Biológica

PDTS – Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu

PIC – Posto de Informação e Controle

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PRPNI – Programa de Revitalização do Parque Nacional do Iguaçu

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

SEBRA – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SISLEG – Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente.  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca  
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta  
TRAF – Turismo Rural da Agricultura Familiar  
TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª. Região  
UC – Unidade de conservação  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura  
UICN – União Internacional de Conservação da Natureza

# SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 - POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL.....</b>	<b>7</b>
<b>3 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS .....</b>	<b>23</b>
3.2 Criação de áreas protegidas no Brasil.....	26
3.3 Conceituação e categorias de áreas protegidas.....	28
3.4 Áreas protegidas e populações locais – aproximação versus separação.....	34
3.5 Criação de áreas protegidas: conflito ou oportunidade?.....	38
<b>4 - O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E SEU CONTEXTO.....</b>	<b>51</b>
4.1 Características gerais.....	52
4.2 Área de Influência .....	56
4.2.1 <i>Orientações previstas no plano de manejo</i> .....	57
4.2.1.1 <i>Programa de Uso Público</i> .....	58
4.2.1.2 <i>Programa de Integração com a Área de Influência</i> .....	60
4.2.1.3 <i>Programa de Operacionalização</i> .....	61
4.2.2 <i>Conflitos com a comunidade do entorno</i> .....	61
4.2.3 <i>Oportunidades – políticas voltadas para a comunidade do         entorno</i> .....	66
4.2.3.1 <i>Ações de Educação Ambiental – Escola Parque</i> .....	67
4.2.3.2 <i>Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no             Entorno do Parque Nacional do Iguaçu – PDTS</i> .....	69
4.2.3.2.1 <i>Capanema</i> .....	79
4.2.3.2.2 <i>Serranópolis do Iguaçu</i> .....	84
<b>5 - PASSOS DA PESQUISA: EM BUSCA DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>91</b>
5.2 Delimitação do estudo.....	92
5.2.1 Descrição da pesquisa de campo.....	94

<b>6 - INTERAÇÃO ENTRE O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E A COMUNIDADE DO ENTORNO: os resultados do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.....</b>	<b>99</b>
6.1 Características dos entrevistados .....	104
6.2 Categoria 1 – Percepção sobre áreas protegidas .....	106
6.3 Categoria 2 – Atividades produtivas (inserção no mercado) .....	114
6.4 Categoria 3 – Geração de emprego/ocupação e renda .....	116
6.5 Categoria 4 – Mudanças na propriedade e/ou nos hábitos produtivos .....	123
6.6 Categoria 5 – Posturas conservacionistas .....	127
6.7 Categoria 6 – Reserva legal e Área de Preservação Permanente – mata ciliar .....	133
6.8 Categoria 7 – Potencialidades e fragilidades do PDTS .....	138
6.9 Percepções e reflexões para além das metrificações das categorias de análise .....	149
<b>7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>171</b>







*Propriedade rural em Serranópolis do Iguaçu, Paraná, outono de 2009.  
Foto: Fabiana Faxina*

---

# 1 - INTRODUÇÃO

---

O Parque Nacional do Iguaçu, segundo parque criado no Brasil e considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Natural Mundial, abriga um importante remanescente do Bioma Mata Atlântica. Possui forte vocação turística, prova disso se dá nos registros de visitação que ultrapassam um milhão de visitantes por ano nas Cataratas do Iguaçu, seu principal atrativo.

Buscando otimizar o potencial dessa demanda turística e em consonância com o plano de manejo<sup>1</sup>, que orienta para medidas de proteção da área do entorno, também conhecida como área de influência<sup>2</sup>, o Parque implementou, no período de 2004 a 2009, o Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDTS) de seu entorno.

A pesquisa em questão busca analisar os principais resultados socioeconômicos, político-institucionais e ambientais, no que tange às pessoas diretamente envolvidas (beneficiários) e que aderiram às ações do PDTS, a fim de verificar o alcance dos seus objetivos e suas estratégias. Este estudo possibilitará uma melhor relação com a comunidade do entorno, uma vez que se utilizará de resultados, concernentes ao Programa, antes desconhecidos pelo Parque. Pretende-se, também contribuir para a produção de conhecimento acerca da relação área protegida e populações locais, empiricamente citando o Parque Nacional do Iguaçu e a comunidade de seu entorno, na busca do conhecimento e compreensão dos efeitos desta relação.

Em decorrência do exposto, este trabalho procura identificar os efeitos do PDTS, em relação ao alcance de seus objetivos e à garantia de sustentabilidade de suas ações para: as pessoas da comunidade do entorno envolvidas por ele, no que se refere aos ganhos socioeconômicos e à adoção de postura e práticas que levem à minimização dos impactos negativos causados sobre o Parque; e, ao Parque, no que tange às ações de

---

1 De acordo com a Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, em seu artigo 2º, inciso XVII, plano de manejo se trata de um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

2 O plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu utiliza-se essa terminologia como sinônima do que a Lei supracitada conceitua como zona de amortecimento, em seu inciso XVIII: “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

conservação praticadas mediante a relação unidade de conservação (UC) e área de influência, e aos resultados político-institucionais auferidos por meio destas relações.

Assim, busca-se analisar as experiências de ações de turismo sustentável do PDTS no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, no que se refere às mudanças em relação ao manejo do meio ambiente e o efeito na renda dos beneficiários.

Para delinear os passos necessários para se chegar ao objetivo do trabalho, a trajetória da pesquisa consistiu em:

- Analisar o nível de organização, participação e interesse daquelas pessoas que aderiram às ações desenvolvidas pelo PDTS.

- Analisar a percepção ambiental dessas pessoas para com os objetivos de conservação dos elementos naturais existentes, tanto em suas propriedades como no Parque, identificando se suas atividades se adaptam às práticas sustentáveis.

- Identificar as principais melhorias socioeconômicas que estas pessoas obtiveram após terem aderido ao PDTS.

- Observar a relação dos beneficiários quanto à questão ambiental após a implantação do PDTS.

Na sequência, o presente livro se estrutura em seis seções. A primeira fará um resgate histórico da política ambiental brasileira, demarcando os principais acontecimentos que levaram à configuração do cenário atual. Observar-se-á que as primeiras motivações que abrangiam a causa ambiental, ainda no período colonial, era a proteção de áreas em função de determinado recurso ambiental. E diga-se enquanto recurso mesmo, pois essas intenções estavam impregnadas da ótica econômica, tendo o meio ambiente enquanto o grande provedor de recursos. Serão abordados os tratamentos constitucionais e legais dados à causa, bem como as preocupações representadas pelos atores locais, afetados pelos problemas ambientais e/ou os que se demonstravam preocupados com a dimensão que estes poderiam chegar.

Visualizado o contexto em que se imerge a política ambiental brasileira, passar-se-á ao momento voltado aos fatos e teorias relacionadas ao objeto deste estudo: área protegida/unidade de conservação. Esta abordagem será composta em âmbito nacional e internacional, já que oficialmente o início das políticas voltadas para a implantação de áreas

protegidas se dá nos Estados Unidos, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone. De posse dos fatos que motivaram a criação dessas áreas, serão apontados os efeitos desse feito, principalmente no que tange as relações com comunidades locais. Um tratamento conceitual mais aprofundado será destinado à categoria Parque Nacional, em função dos objetivos do presente trabalho.

Na terceira seção será feita a caracterização da área em que decorreu o estudo, o Parque Nacional do Iguaçu, discorrendo sobre suas características gerais, localização, os principais conflitos oriundos da relação entre ele e sua comunidade de entorno e as oportunidades que emergem – a elaboração e implantação de políticas públicas. Dentro de oportunidades será apresentado, entre outros assuntos, o PDTS, desde sua origem até o momento em que esse trabalho conseguiu obter as últimas informações.

Conhecido o PDTS, serão caracterizados, então, os municípios participantes que foram escolhidos como área de campo deste trabalho: Capanema e Serranópolis do Iguaçu. Observar-se-á brevemente as características de cada um deles, um pouco de sua história, a fim de situar o leitor na relação que se pretende demonstrar entre eles e a UC. Expostas as informações sobre os municípios, será discorrido sobre o estágio em que cada qual se encontra após as ações do PDTS, e como isso se sucedeu para se atingir o resultado observado.

A seção posterior demonstrará os procedimentos metodológicos utilizados e o detalhamento de como se procedeu durante a pesquisa de campo. Subsequente a ela, serão delineadas as análises dos dados coletados em campo, utilizando-se da técnica de Análise de Conteúdo. Também serão feitas algumas reflexões e apontamentos acerca dos resultados obtidos de acordo com os objetivos que motivaram este estudo.

Para finalizar, na seção de número sete, serão firmadas algumas considerações acerca dos resultados obtidos com a soma das etapas da pesquisa.







*Propriedade rural em Capanema, lindeira ao Rio Iguaçu, Paraná, outono de 2009.*

*Foto: Fabiana Faxina*

---

## **2 - POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL**

---

Com o intuito de situar o contexto de criação de áreas protegidas no Brasil, serão abordados, nesta seção, alguns acontecimentos que marcaram a trajetória da política ambiental brasileira. Serão descritos os principais fatos que marcaram importantes mudanças nas políticas públicas nessa área, dentre eles instituição de leis, de órgãos ambientais e resultados de eventos internacionais que, em seu conjunto, derivaram no cenário atual que situa o assunto meio ambiente e alguns de seus enfoques, como áreas protegidas e participação pública nas tomadas de decisões correlatas.

A política ambiental no Brasil foi ditada de forma centralizada pelo Estado até os anos 1980. É somente a partir deste período que o processo de formulação e implementação das políticas ambientais passa a surgir da interação de ideias, valores e ações provindos de atores sociais distintos, num contexto de contradições, uniões e conflitos emergidos de interesses difusos no que tange aos aspectos concernentes à causa ambiental. No entanto, é a figura do Estado que permanece como instância onde ocorrem os diálogos em que são instrumentalizados em políticas públicas ambientais (CUNHA e COELHO, 2003).

Pode-se inferir que esse processo decorre da implantação da Política Nacional de Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Tal Lei constitui também o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA (composto pelos órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, competentes pela promoção e melhoria da qualidade ambiental) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA (órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente). Tem-se aqui um instrumento normativo especificamente elaborado para cuidar das questões ambientais, embora várias outras leis, como serão observadas no decorrer desta seção, já haviam sido promulgadas objetivando regular o uso de parcelas específicas do meio ambiente.

De acordo com Cunha e Coelho (2003), ao longo da trajetória das preocupações ambientais por parte do Poder Público, as políticas ambientais no Brasil podem se classificar da seguinte forma:

- a) Regulatórias, que estão relacionadas à criação de leis específicas para normatizar o uso dos recursos naturais.
- b) Estruturadoras, onde o poder público ou organismos não-

governamentais intervêm diretamente na proteção do meio ambiente. Como exemplos destas políticas citam-se a criação de unidade de conservação, sendo elas públicas ou reconhecidas pelo Poder Público, o fomento de projetos de conservação e de atividades de zoneamento econômico ecológico.

c) Indutoras, que se referem às ações que visam influenciar o comportamento social. Nestas políticas observam-se o uso de instrumentos econômicos que privilegia, por meio de políticas fiscais ou tributárias, a prática de atividades ambientalmente aceitáveis e busca inviabilizar, ou dificultar, as consideradas degradantes. As certificações ambientais também estão na classificação de políticas ambientais indutoras.

Com base na classificação dada por estes autores, far-se-á um resgate na história dos principais fatos que marcaram, ou que exemplificaram, cada uma delas dando destaque aos assuntos que tangenciam o objeto deste trabalho.

A história da colonização brasileira é marcada pela forte exploração da abundante biodiversidade nativa. De acordo com Pádua (2004, p. 13), o Brasil não nasceu como uma nação, mas de um “macro projeto de exploração ecológica”. Para Magalhães (2002) a monocultura da cana-de-açúcar foi a primeira causa da devastação de áreas florestadas e, junto à comercialização de peles silvestres, começavam a demonstrar a degradação ambiental, que vem sendo observada de longa data. Paralelo a isto, alguns brasileiros, estudiosos da realidade nacional, como Duarte Coelho, José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, entre outros, já demonstravam argumentos contrários à forma de uso dos elementos naturais, externada nos problemas supracitados, bem como nos de reforma agrária e fertilidade do solo.

As primeiras leis ambientais brasileiras foram importadas de Portugal, onde já havia formas de regular o uso dos seus recursos naturais, e inseridas no Brasil desde o período de seu descobrimento (MAGALHÃES, 2002). A Coroa portuguesa emitiu a Lei de 1.605, onde passou a controlar o corte do pau-brasil e instituiu a função de guardas florestais. Trinta anos mais tarde, foi elaborado o Regimento do Pau-Brasil, passando a exigir autorização real para o corte dessa árvore. São criadas áreas de conservação denominadas conservatórias, objetivando a proteção dessa espécie (SILVA, 2005).

Magalhães (2002) observa que essa proteção das florestas, que ocorre no Brasil Colonial, corresponde a uma preocupação econômica e não conservacionista. No entanto, em 1797 é assinada a Carta Régia que estende a conservação das florestas e madeiras para outras espécies e não somente ao pau-brasil, como vinha acontecendo. Esta postura, para Silva (2005), demonstra uma consciência da exploração predatória, mesmo que procurando preservar tais áreas para uso extrativista, resultando, também, na preservação de áreas pouco ou quase nada alteradas. Em 1799 surgia o primeiro Regimento de Cortes de Madeiras, que estabelecia as regras para derrubada de árvores e outras restrições (MAGALHÃES, 2002; SILVA 2005).

Neste sentido, é possível observar, e continuar-se-á observando, que primeiramente surgem as políticas ambientais de caráter regulador, até mesmo em função de controlar a economia. Seria muita generosidade hoje pensarmos que estas políticas seriam efetivamente políticas com preocupações ambientais no sentido conservacionista. Têm-se estes mecanismos reguladores cujas preocupações são puramente econômicas, mas que, porém, estão relacionadas a elementos que compõem o meio ambiente. No entanto, o cenário da época pouco provavelmente motivaria preocupações de caráter conservacionista em função da dimensão e características dos próprios problemas ambientais se comparado aos dias atuais, ou melhor, ao período em que tais problemas materializaram-se em preocupações ambientais.

Retomando essa busca histórica, o grande marco da proteção ambiental brasileira, ainda no período colonial, de acordo com Magalhães (2002), foi a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1808. Para ele, esta seria a primeira unidade de conservação, pois sua criação não tinha caráter econômico, mas sim conservacionista e foi destinada a preservar espécies e estimular estudos científicos.

Pode-se dizer que neste momento se germinaria o embrião das políticas ambientais estruturadoras, que ganha força e se institucionaliza somente no século seguinte, a partir dos anos de 30, com a criação oficial de áreas protegidas amparadas legalmente pelo Código Florestal de 1934, como será mais bem abordado nas linhas que seguem.

No período imperial, por volta dos anos de 1823, começa-se a observar movimentos impulsionados por novas sensibilidades

concernentes à natureza e indagando a forma pela qual a humanidade a utilizava. Representa este movimento ambientalista brasileiro o poeta, ministro e senador do Império do Brasil José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que retratava o uso descontrolado e descabido da natureza, numa tentativa de precaver os retornos negativos em função dos erros cometidos pelos humanos (SILVA, 2005).

Na promulgação da Constituição Imperial, de 25 de março de 1824, o Estado brasileiro constitucional foi nitidamente liberal, refletindo esta característica na Constituição. No contexto econômico, o país era essencialmente exportador de produtos agrícolas e minerais e o Estado não intervinha, sendo que as atividades econômicas se auto-regulavam livremente. A Constituição adotava a forma *laissez-faire*, *laissez-passer*<sup>3</sup>, não tendo em seu texto referência à ordem constitucional econômica, tampouco à proteção do meio ambiente (ANTUNES, 1996; SILVA, 2005).

Da mesma forma, a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, do início do período republicano, não fazia menção à ordem constitucional econômica, logo, a proteção do meio ambiente não fora resguardada. Porém em seu artigo 34, inciso XXIX, atribuía competência de a União legislar sobre as suas minas e terras. Uma evolução mais expressiva é observada na Constituição seguinte, de 1934, em seu artigo 5º., inciso XIX, onde a competência legislativa da União é atribuída sobre um número maior de elementos naturais e até mesmo econômicos como: “bens de domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, água, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e sua exploração” (ANTUNES, 1996; BRASIL, 1934).

Para Bercovici (2008), é a partir de 1917 que começam a aparecer formalmente, no texto das Constituições, a questão econômica, o que passaria a caracterizar, a partir de então, o surgimento das Constituições Econômicas. Porém, somente esse aspecto formal não teria sido suficiente para o Estado passar a regular as relações econômicas. Ela surge efetivamente quando a harmonia do mercado se desestabiliza, principalmente após a crise de 1929. Assim, a Constituição Econômica

3 Da ideia de Estado estacionário, também conhecida como a teoria da mão invisível, onde Adam Smith argumentava que o mercado regulava-se por si só em função dos interesses individuais da demanda e da oferta, não sendo necessária a intervenção do Estado na economia. O Estado tinha importância somente no sentido de auferir os serviços básicos à sociedade, deixando o mercado operar nas bases da livre concorrência (PEARCE, 1993).

busca embutir uma nova ordem econômica, rejeitando o mito da auto-regulação do mercado, buscando a configuração política da economia pelo Estado. Silva (2005) aponta que esse marco se representa, no Brasil, a partir da Constituição de 1934, que destinou um capítulo ao assunto, reflexo da importância que as correntes políticas demonstravam.

Embora destinada tímida tutela ao meio ambiente em termos constitucionais, é no ano de 1934 que surge o primeiro Código Florestal Brasileiro, aprovado por meio do Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Em seu artigo 1º. considera como bem de interesse comum a todos habitantes do país as florestas existentes em território nacional, exercendo o direito de propriedade de acordo com a lei vigente na época (BRASIL, 1934).

Apesar de, em termos oficiais, ainda inexistirem unidades de conservação, este documento passa a sinalizar a criação destas. Isso é diretamente observado em seu artigo 9º., que dispõe que “os parques nacionais, estaduais ou municipais, constituem monumentos públicos naturais, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem.”<sup>4</sup> (BRASIL, 1934). Vale observar que no parágrafo primeiro proíbe-se qualquer atividade contra a fauna e a flora protegidas por um parque.

Identificando como a primeira lei que vem tratar de espaços protegidos e que dispõe em seu texto um artigo que apresenta o conceito de parque nacional, pode-se entender que aqui estaria o aparato legal para a criação do Parque Nacional de Itatiaia, localizado no Rio de Janeiro, primeiro parque estabelecido no Brasil, mediante Decreto nº1.713, datado de 14 de junho de 1937 e, dois anos mais tarde, estabelecendo os Parques Nacionais do Iguçu e Serra dos Órgãos, sob decretos federais de nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939 e nº 1.822, de 30 de novembro de 1939, respectivamente.

De acordo com Medeiros (2005), a propulsão dada pela instituição do Código Florestal e também pela criação do primeiro parque nacional, contrapôs o imobilismo retratado pelo governo desde a instituição da República, em 1889. No entanto, vários fatores remetiam para a configuração de um ambiente político e institucional que favoreceram essa mudança, em função dos movimentos, voltados à proteção ambiental,

---

4 Transcrito obedecendo as normas gramaticais vigentes da língua portuguesa.

que emergiam atrelados à necessidade de organizar a exploração florestal enfrentada pelo Brasil.

Entre os demais instrumentos de regulação criados pelo Estado na mesma época, como o Código de Águas (Decreto 24.643/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto 23.672/1934) e o decreto de proteção aos animais (Decreto 24.645/1934), Medeiros (2005) considera o Código Florestal como sendo o mais importante entre eles. Um de seus motivos se dá em função da definição das bases para a proteção territorial dos principais ecossistemas e demais recursos naturais. Nota-se a diferença da preocupação quando comparada ao que vinha ocorrendo até a Constituição de 1934, onde a proteção voltava-se para determinados recursos naturais não havendo, de forma necessária, a demarcação de áreas ou territórios específicos, sendo essa a condicionante para o que hoje se entende por áreas protegidas.

É possível observar o avanço apresentado na trajetória histórica destas Constituições, atribuindo crescentemente ao Estado o poder de legislar sobre as atividades econômicas, o que refletiriam, conseqüentemente, nas questões ambientais. Observa-se que começa a incorporar o rol das políticas reguladoras, por meio da criação de leis específicas, bem como pelos tímidos acréscimos nas Constituições. As políticas ambientais estruturadoras, também passam a fazer parte desse contexto de intervenção do Estado.

Neste sentido, para Medeiros (2004), no final da década de 1940 o Brasil já havia conseguido iniciar a organização de um sistema voltado para a proteção da natureza, em função da base jurídico-legal que havia sido implementada, bem como a gestão e fiscalização provida pelos Serviços Florestais Estaduais e Federal. No entanto, a implantação de unidades restritivas como Parques Nacionais, impostas pelo Poder Público, não evitaram os conflitos devido à ocupação demográfica das áreas que deveriam ser desabrigadas, equacionando um dos principais problemas destas UCs.

Apesar do acelerado crescimento das atividades industriais e econômicas surgidas no período posterior à Carta de 1946, que foi a primeira Constituição brasileira que dispunha de repressão ao abuso do poder econômico, esta não deu a devida atenção ao meio ambiente, não elevando a princípio constitucional econômico a sua defesa. Assim,

esta Constituição repetia o que já havia sido expresso na Constituição de 1934, na de 1937 e até na Carta de 1967 aconteceria praticamente o mesmo (SILVA, 2005).

Em 1965 houve a revogação do Código Florestal de 1934, por meio da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiria um novo Código Florestal Brasileiro. Nesta nova versão, em seu artigo 5º. é atribuída ao Poder Público a função de criar parques nacionais, estaduais e municipais, bem como reservas biológicas, com a função de “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos” (BRASIL, 1965). As florestas nacionais também aparecem como atribuição do poder público criá-las, nas esferas federal, estadual e municipal. No entanto, a esta categoria atribuem-se as finalidades econômicas, técnicas ou sociais e possibilita a destinação de área não florestada buscando este fim.

Enquanto no Código Florestal de 1934 é sucintamente conceituado o termo e externada a proibição de atividades exercidas contra a fauna e a flora em Parques Nacionais, o Código Florestal de 1965, em seu artigo 5º., vem atribuir ao Poder Público a criação destas UCs. Mesmo já existindo unidades criadas nessas condições, agora a competência se institucionaliza. O referido artigo seria revogado após a aprovação da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), como será mais bem detalhado posteriormente.

Dando prosseguimento à trajetória constitucional, percebe-se o descuido dos legisladores da Constituição de 1967 em continuar não tratando do meio ambiente, mesmo após algumas áreas protegidas já serem instituídas no Brasil e da publicação do Código Florestal de 1965. Embora o meio ambiente não vir disposto de forma expressa na Lei máxima, no mesmo ano ocorre a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, instituído pelo Decreto-Lei 289, de 28 de fevereiro de 1967. Tratava-se de uma autarquia descentralizada do Ministério da Agricultura que passava a substituir o Instituto Nacional do Pinho e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura (SILVA, 2005). O IBDF, no momento de sua composição e, de acordo com o texto do Decreto-Lei que o instituiu (BRASIL, 1967),

ainda é extremamente voltado para a criação de políticas e regulamentação das atividades que envolviam recursos florestais, principalmente a madeira. Porém, já é notada a preocupação, mesmo que incipiente, com fins ecológicos, apesar de predominar o econômico.

Embora no Brasil as preocupações de cunhos ambientais caminharem de forma lenta, a nível transnacional o mundo já começava a se incomodar com os reflexos da acelerada produção industrial na década de 60. Alguns pesquisadores (ACOT, 1990; CUNHA, COELHO, 2003; DIAS, 2003; ALEXANDRE, 2004) destacam que a partir da publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, de 1962 (que apresenta as várias alterações ambientais causadas pelo então “desenvolvimento”), a temática ambiental passaria a fazer parte das inquietações políticas promovendo uma série de eventos que formariam a sua história.

Em 1968 é criado o Clube de Roma, na Academia de Lincei, em Roma, por um grupo de trinta especialistas de diversas áreas (economistas, pedagogos, humanistas, industriais e outros), liderado pelo industrial Aríllio Peccei, que tinha como objetivo promover a discussão a respeito da crise atual e futura da humanidade e apresentar soluções aos problemas decorrentes do contínuo crescimento demográfico. Um grupo de cientistas encabeçado por D. Meadow propôs o informe denominado “Limites do Crescimento” (*The limits of growth*) ao Clube de Roma em 1971. Tratava de um modelo matemático mundial, embasado numa nova metodologia de dinâmica de sistemas, demonstrando os efeitos catastróficos decorrentes deste crescimento demográfico, sendo necessário adotar uma política mundial de controle, esta por sua vez denominada de política do “crescimento zero” (PESTEL, 1972).

Em consequência ao informe, em 1972, o mundo presencia a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, Suécia (também chamada de Conferência de Estocolmo), que buscou estabelecer princípios globais para orientar as melhores práticas de preservação, num intuito de melhorar o meio ambiente humano. Medeiros (2005) dispõe que como resultado deste evento, o Brasil cria a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), que passaria a dividir com o IBDF a gestão e fiscalização das áreas protegidas. Não só as pressões internacionais colaboraram para a criação da SEMA, mas também a necessidade apresentada pelo país de instituir um órgão com

habilidade de gerir e gestar um projeto político nacional para o meio ambiente e com representatividade a níveis internacionais.

Para Alexandre (2004) em função da baixa reputação do Brasil neste evento, uma vez concordar que a poluição era sinônima de crescimento econômico (período em que o Brasil vivia o conhecido milagre brasileiro) e, pior, estar de acordo com isso, o país tenta inovar se preocupando apenas com as consequências dos problemas ambientais urbanos, isso em função dos grupos ambientalistas que pressionavam o governo autoritário. As fiscalizações abrangiam apenas as atividades econômicas privadas e geralmente os projetos governamentais eram eximidos de qualquer responsabilidade sobre o meio ambiente.

Ao final desta década, dando atenção às áreas protegidas, merece destaque no que refere ao sistema legal brasileiro com a criação do regulamento de Parques Nacionais, aprovado pelo Decreto no 84.017, de 21 de setembro de 1979. Este decreto tem por base o artigo 5º. do Código Florestal de 1965 e vem para estabelecer as normas que definem e caracterizam tal categoria de área protegida. O regulamento considera como Parques Nacionais “as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo” (BRASIL, 1979).

Neste período já se aproximava o que se estabeleceria como o marco legal da regulamentação ambiental brasileira, a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, como já citado anteriormente, que dispunha dos fins e mecanismos de aplicação de tal política. Vale demonstrar aqui exatamente o que tal Lei, em seu artigo 3º, inciso I entende por meio ambiente:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:  
I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Ora, tem-se neste momento uma definição limitada de meio ambiente, por considerar apenas os aspectos de caráter natural, não envolvendo os de caráter social, ou seja, as relações sociais existentes entre os seres humanos e também a influência destas sob os demais componentes do meio ambiente. A impressão que dá é a de que o homem está além do

meio ambiente, não faz parte, não depende dele para sua sobrevivência e tampouco interfere sobre um “bem” onde todos têm direito e de forma ecologicamente equilibrada, como é exposto no artigo 225, caput, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Em contrapartida, em seu artigo 2º apresenta que tem por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida<sup>5</sup>, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981). Observa-se que mesmo ao reduzir o meio ambiente a elementos naturais e físicos e suas respectivas relações, tal política explicita a sua preocupação em conservar o meio ambiente em função da vida humana.

Medeiros (2004) afirma ser expressiva a quantidade de áreas protegidas estabelecidas até 1985, sendo elas de diferentes tipos e com singularidades e objetivos distintos. Porém, tal sistema de proteção ambiental apresentava vários problemas de ordem administrativa, política e financeira, impedindo seu pleno funcionamento. Neste sentido, a criação de muitas áreas protegidas teria ocorrido apenas no papel, não sendo efetivamente implantadas.

A falta de recursos se configurava como o principal problema que refletia no pleno funcionamento destas áreas, gerando entraves para o desenvolvimento desta política, atrelada ao enfraquecimento do IBDF, que dispunha de recursos reduzidos para programá-las, administrá-las e fiscalizá-las. Logo, a eficiência do Estado em criá-las se contrapunha ao provimento das condições necessárias para permitir seu funcionamento, levando à estipulação de novos instrumentos políticos, administrativos e financeiros para melhorar a gestão (MEDEIROS, 2004).

Finalizando um período marcado pelo intervencionismo do Estado paralelo à crise ecológica global, ocorrido entre 1972 e 1987, onde as políticas ambientais no Brasil foram influenciadas pela repercussão do informe do Clube de Roma, surge em 1986 os mecanismos de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) como respostas às ameaças sofridas pelas populações locais decorrentes

---

<sup>5</sup> Grifo nosso.

de projetos de infraestrutura (CUNHA, COELHO, 2003).

Em 1987 ocorreria outro momento importante para a história ambiental em nível internacional com os resultados dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), formada pela ONU – Organizações das Nações Unidas, no ano de 1983. Esses trabalhos, que tinham como intuito (re) analisar os problemas enfrentados pelo meio ambiente paralelo ao desenvolvimento do planeta, resultaram no relatório *Our common future* (Nosso futuro comum), que teve como núcleo central a formulação de princípios para o desenvolvimento sustentável, termo oficialmente reconhecido por meio deste relatório, e declara o meio ambiente como o limite do crescimento (NOBRE, AMAZONAS, 2002).

Esse relatório, também conhecido como Relatório Brundtland, seria o marco de um novo momento na política ambiental brasileira, caracterizada pela democratização e descentralização das decisões. Nesse período, que corresponde até os dias atuais, passa a ser estimulado o envolvimento da sociedade local nas questões ambientais. Governo, nas três esferas, passa a reconhecer o papel dos diversos atores sociais na reformulação das políticas públicas e (re) ordenamento das demandas setoriais e regionais (CUNHA, COELHO, 2003).

No ano seguinte à divulgação do Relatório de Brundtland, é promulgada a Constituição Federal de 1988 no Brasil, onde a causa ambiental é fortificada pela expressividade que uma norma constitucional representa. É dedicado um capítulo inteiro ao meio ambiente. No parágrafo primeiro do seu artigo 225, são expressos os meios para que o Poder Público assegure a efetividade do direito previsto no caput<sup>6</sup>, e entre tais meios, no inciso III prevê:

definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

---

6 Constituição Federal do Brasil, 1988, artigo 225, caput: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Aqui se observa a criação destas áreas protegidas como atribuição constitucional do Poder Público, e não mais apenas legal, como dispunha o Código Florestal de 1965. Este inciso seria regulamentado mais tarde com a Lei 9.985, de 2000, que cria o SNUC<sup>7</sup>.

No ano seguinte à promulgação da Constituição de 1988, é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio da Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, extinguindo-se a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a primeira sendo vinculada ao Ministério de Interior e esta última ao da Agricultura. A finalidade do IBAMA, na época de sua criação, era formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis (BRASIL, 1989). Em 2007, por meio da Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, o IBAMA se desmembra nascendo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que se apropriou da implantação e gerenciamento das unidades de conservação federais, bem como de atender o que preconizam tais áreas (BRASIL, 2007).

No ano de 1992 é realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que também ficou conhecida como Rio-92, Eco-92, entre outros. A partir daí muitos movimentos e iniciativas relacionadas ao meio ambiente ocupariam espaço nos debates públicos. Tal evento, de nível supranacional, previa elaborar estratégias para reverter os processos de degradação ambiental, elevando a problemática ao plano máximo da agenda política internacional, fazendo com que tais questões permeassem a elaboração e implantação de políticas públicas em todos os níveis nos Estados nacionais. Um dos resultados da Rio-92 foi a definição da Agenda 218, que tem, entre seus objetivos, a incumbência de delimitar as bases da institucionalização da problemática ambiental (NOBRE, AMAZONAS, 2002).

No ano de 2002 acontece em Johannesburgo a Cúpula da Terra, também chamada de Rio + 10, onde, para muitos ambientalistas, os

<sup>7</sup> Esta Lei será tratada mais detalhadamente em seção específica, já que se refere a um dos mecanismos legais mais importantes para o objeto deste trabalho.

<sup>8</sup> Para o Ministério do Meio Ambiente, a Agenda 21 é um “instrumento que permite definir e implementar políticas públicas com base em um planejamento participativo voltado para as prioridades do desenvolvimento sustentável”.

resultados não foram satisfatórios. No entanto, Jonathan Lash, Presidente do Instituto de Recursos Mundiais, em uma reportagem do site da ONU referente ao assunto, afirma que tal evento não seria recordado pelos tratados, compromissos nem declarações que foram firmadas, mas em função dos primeiros passos que se teriam dado para governar o patrimônio mundial (ONU s/ data).

Para Alier (2007) os resultados desses eventos ambientais transnacionais levam ao entendimento de que o sucesso dos grupos ambientalistas demonstrou que os Estados não têm o monopólio sobre a política ambiental, mas compartilham o cenário internacional com outros atores. O autor destaca a importância dos movimentos sociais organizados na busca dos interesses coletivos que estão representando, na perspectiva da ordenação das políticas públicas.

No que se refere à importância das áreas protegidas, esta é enfatizada por convenções e programas internacionais tais como a Convenção de Diversidade Biológica<sup>9</sup> (resultado da Rio-92); a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural<sup>10</sup> (resultado da Conferência de Estocolmo, de 1972) que orienta os Estados a estipularem meios para a proteção da natureza; a Convenção de Ramsar<sup>11</sup> (1971), na designação de zonas úmidas de importância internacional, entre outros. Esses tratados internacionais são os sustentáculos das políticas internacionais no estabelecimento e manejo de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais e culturais.

Quanto aos compromissos assumidos pelo Brasil na Rio-92, por meio da Convenção de Diversidade Biológica, em 2002 são instituídos os princípios e as diretrizes para a implantação da Política Nacional de Biodiversidade<sup>12</sup>, incorporando às normas ambientais nacionais não somente aspectos constitucionais (como o artigo 225 da Constituição Federal de 1988) e legais (como por exemplo a Lei Federal 6.398/81),

9 Ver também: Convenção da Diversidade Biológica, disponível em <<http://www.cdb.gov.br/CDB>>

10 Ver também: Convenção para proteção do patrimônio natural mundial, disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>

11 Ver também: Convenção de Ramsar, disponível em: <[12 Decreto no. 4.339, de 22 de agosto de 2002. O Decreto no. 4.703, de 21 de maio de 2003, vem regulamentar a Política Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO, e dispõe sobre sua comissão organizadora.](http://www.ramsar.org/cda/ramsar/display/main/main.jsp?zn=ramsar&cp=1^7715_4000_0__></a>></p></div><div data-bbox=)

mas também os relacionados aos tratados internacionais (Declaração da Rio-92) e à Agenda 21. Essa política prevê a descentralização e integralização da gestão da biodiversidade, e visa proporcionar à sociedade os benefícios advindos de sua utilização. Tem como uma de suas diretrizes a conservação em unidades de conservação incentivando a gestão participativa, entre as três esferas do Poder Público em conjunto com a sociedade civil organizada.

Contudo, ao retomar ao início das preocupações ambientais, observa-se que elas surgem no contexto de preservar áreas, ou seja, a proteção de áreas naturais foi a primeira motivação que impulsionou a legislação ambiental brasileira, mesmo que com caráter econômico. No entanto, observa-se que vários são os eventos de âmbito global que têm relacionado o meio ambiente de forma multivariada, o que tem mobilizado a sociedade em busca de possíveis soluções assertivas para o controle e minimização dos reflexos humanos sobre ele. Tais movimentos, motivados pela ânsia ambientalista, não param, se tornando cada dia mais expressivas as falas referentes à conservação, ao meio ambiente, à tão almejada sustentabilidade.

Neste cenário, os debates sobre a criação de áreas protegidas vêm se amadurecendo e sendo apontados como uns dos meios mais efetivos para tentar se assegurar a conservação de amostragens dos recursos naturais. Neste sentido, serão demonstrados, na sequência, mais detalhes concernentes à criação dessas áreas, os efeitos deletérios e benéficos dessa criação, e como este contexto tem interferido no direcionamento das políticas públicas.





*Mata Atlântica do Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, vista da torre de observação situada em Serranópolis do Iguaçu, outono de 2009.*

*Foto: Fabiana Faxina*

---

## **3 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS**

---

### 3.1 Das primeiras criações aos dias atuais

Os interesses que motivaram e motivam o estabelecimento de áreas naturais protegidas vêm se modificando ao longo dos registros que demonstram esta prática. Não só os interesses como também os objetivos a que se propõe esse estabelecimento, prova disto, são as diferentes categorias de classificação às quais se encaixam.

A existência dessas áreas surge com o objetivo de conservação da natureza, por meio da resguarda de seus atributos ecológicos e cênicos, na tentativa de impedir que a raça humana possa modificar os remanescentes que ainda se mantém pouco ou nada alterados.

A preocupação com a conservação é anterior ao Império Romano, evoluindo desde seus primórdios, quando cidadãos consideravam inaceitáveis, moral e esteticamente, que paisagens e espécies fossem se exaurindo paralelo à proliferação da espécie humana, o que os levaram a tomar medidas contra este tipo de destruição, que refletia a irresponsabilidade do homem (OLMOS et al., 2001).

No entanto, oficialmente inicia-se em 1872, nos Estados Unidos, a criação de áreas protegidas, com o estabelecimento do Parque Nacional de Yellowstone (DIEGUES, 1996). Porém, já havia outros registros referentes à conservação e à criação destas áreas, mesmo que não apresentassem os mesmos objetivos, sendo que o conservacionismo americano teria recebido influências das técnicas alemãs de manejo florestal. Europa, África do Sul, Índia e Austrália também já apresentavam iniciativas de conservação (McCORMICK apud CREADO, 2008).

Práticas anteriores a este marco também ocorriam na Europa com a valorização do mundo natural domesticado, sendo os campos de cultivo os únicos que apresentavam valor, de acordo com Thomas apud Diegues (1996). O mesmo autor aponta que o crescimento demográfico levou a sociedade a gerar um sentimento antissocial, ou ante agregativo, o que resultaria em práticas de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual.

É nessas ideias, de acordo com Diegues (1996), que se apoia o conceito de parque nacional como área natural, selvagem e que se originou nos E.U.A. Essa noção, paralela à criação de parques, era de grandes áreas não-habitadas. Observa-se, assim, a determinação do Congresso dos

Estados Unidos de reservar a região do Parque Nacional de Yellowstone, proibindo sua colonização, ocupação ou venda, sendo o ser humano apenas um visitante desta área, jamais um morador (BENSUSAN, 2006).

Esse modelo foi adotado logo em seguida pelo Canadá e países europeus, consolidando-se num padrão mundial, especialmente a partir da década de sessenta, quando se tornaram expressivas a quantidade e o tamanho das áreas protegidas em todo o mundo (ARRUDA, 2000, p. 79). O mesmo autor explica que:

[...] a ideia que fundamenta este modelo é a de que a alteração e a domesticação de toda a biosfera pelo ser humano é inevitável, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em seu estado originário, antes da intervenção humana. Lugares onde o ser humano possa reverenciar a natureza intocada, refazer suas energias materiais e espirituais e, pesquisar a própria natureza

No modelo norte-americano de criação de parques nacionais é evidenciada a dicotomia entre parque e população, separando-a das áreas protegidas, onde pessoas apenas contemplariam estes espaços. Mediante esta ideia de natureza intocada atrelada à concepção de área selvagem e desabitada, Diegues (1996) pontua como sendo características dos primeiros conservacionistas norte-americanos, podendo ter suas origens nos mitos do “paraíso terrestre”, típicos do Cristianismo.

De acordo com Koppes apud Diegues (1996) foram três as ideias básicas que perduraram no movimento conservacionista da Era do Progresso de Theodore Roosevelt, a saber: a eficiência – onde havia os que pregavam pelo uso eficiente dos recursos naturais; a equidade – onde outros acreditavam que estes recursos serviriam como ferramentas para desenvolver uma democracia no acesso aos recursos naturais, e a estética – defendida por aqueles que objetivavam a proteção das áreas naturais não somente pela conservação da estética, mas também para aliviar as pressões psicológicas dos que viviam nas regiões urbanas.

Assim, a busca da conservação do meio natural no século XX caracteriza-se por uma visão conservacionista, onde o homem é o agente destruidor do meio ambiente, sendo que o uso, por ele, inadequado dos elementos naturais seria a principal causa de destruição.

## 3.2 Criação de áreas protegidas no Brasil

O estabelecimento das primeiras áreas protegidas no Brasil seguia o modelo norte-americano de conservação, cujos objetivos se orientavam para resguardar áreas de relevante beleza cênica, que serviriam para visitação e contemplação, onde populações humanas não pudessem residir (DIEGUES, 1996). Os critérios, até então, eram apenas estéticos, com preocupação restrita à beleza da paisagem, sendo que mais tarde passariam a se adotar critérios que estivessem relacionados às necessidades biótica e/ou antrópicas de se conservar determinadas áreas.

O termo Unidade de Conservação foi criado no Brasil, tratando-se de um subconjunto das áreas protegidas, chanceladas pelos órgãos ambientais e que possuam alguma correspondência com as categorias internacionais<sup>13</sup> (BENSUSAN, 2006).

A proposta, que inicializou a ideia de criação de parques nacionais, partiu de André Rebouças, em 1876. Nesta época, Rebouças publicou um artigo, intitulado “Parque Nacional”, onde indicava a criação de dois parques no Brasil: um localizado na Ilha do Bananal e o outro, no Paraná, que se estenderia das Sete Quedas<sup>14</sup> até Foz do Iguaçu (URBAN, 2002). Oficialmente, como já mencionado na seção anterior, o primeiro estabelecido foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1939, e dois anos após, criam-se o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional Serra dos Órgãos.

O Código Florestal Brasileiro<sup>15</sup>, de 1965, aponta como objetivo do poder público a criação de Parques Nacionais, tendo como finalidade “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos” (BRASIL, 1965). Porém, o artigo que se referia a este assunto vem a ser revogado com a Lei 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, por meio do qual são estabelecidos critérios e normas para a

---

<sup>13</sup> No que tange às categorias, será abordado subsequentemente.

<sup>14</sup> Hoje submersas pelo lago da Hidroelétrica Binacional de Itaipu.

<sup>15</sup> Revogado em 2012 pela Lei nº 12.651/12. Contudo, como na época da coleta de dados ainda era vigente o Código Florestal de 1965 (Lei 4771/65) e entre os assuntos de análise estão os conflitos socioambientais e as políticas públicas, então deve-se manter o que prevalecia na época e o que influenciou aquele contexto. Desta forma, não será dispensada atenção à lei 12651/12, pois não chegou a influenciar o cenário desta pesquisa.

criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

O SNUC estabelece dois grupos de UC, com objetivos distintos e compostos por suas categorias, sendo eles: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. A categoria Parque Nacional, objeto deste estudo, pertence ao grupo das Unidades de Proteção Integral.

Para Runte apud Morsello (2006), a criação dos primeiros parques nacionais no Brasil não estava ligada à questão biológica, mas para resguardar as belezas cênicas, com uma visão de monumentos, em contrapartida às ruínas dos países colonizadores. Morsello (2006) aponta que esta tendência muda a partir da década de sessenta, quando o Brasil começa a alargar suas fronteiras agrícolas e expandir a urbanização. Com a generalização do processo de desenvolvimento no mundo, a concepção de parques é mudada, onde se volta para a conservação. O Brasil, desta forma, passa a criar as áreas protegidas, contrapondo a transformação dos ambientes naturais, porém, recreação e belezas cênicas continuam influenciando, uma vez que inexistia uma metodologia para a seleção e criação destas áreas.

Outro fator influenciador foi a pressão externa ao país, por meio das agências de crédito e auxílio econômico que trazia como exigência para o financiamento de grandes projetos a criação de tais áreas. Porém, esta questão não foi a que ditou a localização das áreas, mas sim os custos de criação, sendo o valor da terra um dos custos que apresentava maior peso (MORSELLO, 2006).

Além destas condicionantes Mishra apud Morsello (2006) considera que a seleção de uma área protegida é resultado do compromisso entre um universo de diversificados grupos de interesses. Porém, a mais comum é a iniciativa dos órgãos governamentais, mas sem a existência de qualquer mecanismo de consulta pública permitindo a participação da sociedade.

Diegues (1996) esclarece que o aumento do número de criação de parques no Brasil foi lento e que o período em que houve expressivo número de unidades criadas foi durante o regime militar. Logo, as populações residentes nestas áreas tinham seu poder de resistência limitado para se oporem a qualquer iniciativa de criação. Já nos dias atuais, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre os anos de 2003 e 2006, foi ampliado em 41% a área ocupada por UCs federais no Brasil, sendo dezoito do grupo proteção integral e 35 do grupo uso sustentável.

Para Morsello (2006) teria se caracterizado como ato de negligência a política de seleção de unidades no que se refere à população local, sendo que os conflitos entre elas e estas áreas perduram até hoje no Brasil. No entanto, sabe-se que o SNUC não permite a presença do homem residindo nas áreas das unidades de proteção integral, seguindo, nos casos das categorias inseridas neste grupo, o modelo norte americano de parques sem habitantes.

Hoje, os critérios estabelecidos pelo MMA para criação de UCs se pautam nas indicações de regiões prioritárias para a conservação da biodiversidade e em áreas com maior pressão antrópica, o que antes era feito em regiões de menor complexidade social e política (MMA, 2007). Observa-se que o critério de maior pressão antrópica nos remete a áreas cuja urbanização e as atividades produtivas tenham graus elevados, o que, se não tomados os devidos cuidados com as populações de entorno, podem facilitar a incidência de conflitos socioambientais.

Porém, no que se refere a conflitos, a questão não é somente no âmbito nacional. Scherl (2005) afirma que a existência de conflitos implica que nestas áreas protegidas contenha algo de valor para alguns grupos, e é o entendimento, a promoção e a harmonização destes valores que precisam ser enfatizados.

As questões que se referem a este assunto serão tratadas em subseção específica acerca dos conflitos e oportunidades geradas com a criação de áreas protegidas. Em seguida serão apresentadas as categorias em que se classificam as Unidades de Conservação (Brasil) e/ou Áreas Protegidas (Mundo).

### **3.3 Conceituação e categorias de áreas protegidas**

Em distinção ao conceito da União Internacional de Conservação da Natureza – UICN, ou seja, dos demais países do mundo, que adotam o termo áreas protegidas, o Brasil preferiu outro: unidade de conservação. Ainda, uma UC apresenta: “delimitação explícita; objetivos de conservação da natureza; gestão especial e específica – isto é, como uma unidade operacional, (...) o termo Unidade de Conservação é definido legalmente, mas ‘área protegida’ [no Brasil] não” (MARETTI, 2004, p. 85). O autor ainda destaca que Terras Indígenas, Áreas de Preservação

Permanente, Reservas Legais e outras áreas similares não devem ser consideradas como UC, ou protected area para outros países, mesmo que possuam definição legal ou zoneamento.

Atualmente, o conceito de área protegida<sup>16</sup> é definido pela UICN como “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gestado mediante meios legais ou outros tipos de meios eficazes para conseguir a conservação em longo prazo da natureza e de seus serviços ecossistêmicos e seus valores culturais associados”. No Brasil este sentido é representado pelo termo unidade de conservação, que é definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (2000), em seu artigo 1º, inciso I como:

I – Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

(BRASIL, 2000)

Porém, a exclusividade não para por aí, enquanto a UICN apresenta seis categorias diferentes para enquadrar as áreas protegidas, o Brasil apresenta o dobro.

Após a realização do IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, ocorrido em Caracas, Venezuela, no ano de 1992, a UICN apresentou uma reclassificação para estas áreas, atualizando o sistema estabelecido em 1978 que propunha dez categorias. Esta nova categorização foi publicada pela UICN em 1994 e depois pelo Centro Mundial de Monitoramento da Conservação, apresentando seis categorias (DUDLEY, 2008).

O sistema de categorias de 1994 teve o objetivo de aproximar os termos concernentes às áreas protegidas nas diversas partes do mundo, facilitando o diálogo e a compreensão a nível internacional, uma vez que a base da categorização se dá no objetivo primário de manejo, ao qual a área estabelecida foi criada. Esta atualização também aponta que as categorias apresentadas pela UICN, com formas de manejo e objetivos

<sup>16</sup>Neste trabalho, por abordar as definições nacionais e internacionais, os termos unidade de conservação e área protegida serão adotados como sinônimos.

particulares a cada qual, fazem parte de um Sistema Internacional de Categorias, porém estas podem variar de acordo com os países, e cada categoria apresenta o mesmo patamar de importância (IUCN, 1994).

Esse sistema continuou evoluindo e a última atualização das categorias se deu no ano de 2007. Isso ocorreu em função da necessidade de se incorporar a dimensão governança destas áreas nas categorias, proposta esta apresentada no V Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, ocorrido em Durban, 2003, e também no Congresso Mundial da Natureza, em Bangkok, 2004. Assim, após vários eventos internacionais com participação dos membros da UICN para discutir a temática, em 2007 é apresentada a nova definição de área protegida, já citada, bem como uma redefinição das categorias, permanecendo num total de seis. Tais conceitos estão dispostos no documento “Diretrizes para implantação das categorias de gestão de áreas protegidas”, editado em 2008 (UICN, 2008).

Logo, tal atualização dispõe das seguintes categorias:

- Ia – Reserva natural estrita: área protegida manejada principalmente para fins científicos e para o monitoramento.

- Ib – Área selvagem: geralmente são áreas grandes, não ou pouco modificadas, sem residência humana significativa ou permanente, que estão protegidas e manejadas principalmente para proteção da suas características naturais.

- II – Parque nacional: geralmente são grandes áreas naturais, ou quase naturais, destinadas à proteção de processos ecológicos em grande escala, e que também proporcione alternativas de recreação e acesso à pesquisa científica.

- III – Monumento ou característica natural: área protegida manejada principalmente para conservação de específicas características naturais e que apresentam um grande valor para o visitante.

- IV – Área de gestão de habitats/espécies: objetiva a proteção de habitats ou espécies, tendo a gestão como prioridade, podendo levar a intervenções de gestão de forma habitual.

- V – Paisagem terrestre/marinha protegida: área cuja relação homem-natureza tenha produzido características de significativo valor ecológico, biológico, cultural e estético, e que a proteção da integridade desta interação é necessária para a proteção da área.

- VI – Áreas protegidas com uso sustentável dos recursos naturais: o objetivo principal é o baixo uso dos recursos naturais, compatível com a conservação da natureza.

Enquanto isso no Brasil, no ano de 2000, como já mencionado, é instituído o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, que, de acordo com Medeiros (2004) levaram-se mais de 20 anos de discussão e análise de diferentes projetos no Congresso Nacional desde o início da sua criação, no final do período militar, até sua aprovação. O SNUC, de acordo com seu artigo 1º, “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000).

As funções do SNUC, segundo o MMA (2005), vão além da proposição de estruturar o sistema, mas, também prevê ferramentas que legitimam o processo de criação dessas unidades, fazendo com que haja aproximação com as comunidades locais e regionais. Desta forma, sendo possível contribuir para a melhor gestão das UCs e propiciar que os benefícios da implantação destas áreas cheguem a essas comunidades.

Quanto às categorias brasileiras, o SNUC apresenta dois grupos, que se distinguem pelo tipo de uso que se faz dos recursos naturais protegidos, e suas respectivas categorias<sup>17</sup>:

- I – Unidade de proteção integral: cujo objetivo é preservar a natureza, permitindo uso indireto dos recursos naturais, exceto nos casos previstos na Lei. Categorias integrantes deste grupo: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre.

- II – Unidade de uso sustentável: compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. Engloba as seguintes categorias: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural.

Destaca-se que o grupo I tem objetivos mais restritivos que as unidades do grupo II. Comparando com as categorias dispostas pelo

---

<sup>17</sup> Para fins práticos, não serão comentadas separadamente cada categoria do SNUC, uma vez que para o objetivo deste trabalho, vale destacar a diferença entre os dois grupos de unidade de conservação, em função do uso que se faz em cada grupo. Mais informações sobre as categorias podem ser pesquisadas diretamente na Lei 9985/2000.

Sistema Internacional de Categorias, as unidades de proteção integral teriam objetivos aproximados com as classificadas nas categorias de I à III, que segundo a IUCN (1994) estão mais relacionadas à proteção das áreas naturais, já que a intervenção humana nestas áreas é limitada. No Quadro 1 estão dispostas algumas comparações entre o sistema internacional e o brasileiro.

No que se refere à definição brasileira da categoria parque nacional, destaca-se que seus objetivos legais atuais, apresentados pelo SNUC no artigo 11, diga-se tratar de uma exposição aperfeiçoada do que já apontava o Código Florestal de 1965, sendo de:

preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

(BRASIL, 2000).

**Quadro 1** – Correspondência das categorias da UICN com os grupos de categoria do SNUC.

	UICN	MMA – SNUC
<b>Conceito</b>	Área Protegida	Unidade de Conservação
<b>Total de categorias</b>	6	12, divididas em dois grupos
<b>Correspondência das categorias</b>	- Reserva natural estrita - Área selvagem - Parque nacional - Monumento ou característica natural	Unidades do grupo proteção integral
<b>Correspondência das categorias</b>	- Área de gestão de habitats/ espécies - Paisagem terrestre/marinha protegida - Áreas protegidas com uso sustentável dos recursos naturais	Unidades do grupo uso sustentável

Fonte: UICN e MMA, adaptado.

Como já apresentado, o Regulamento dos Parques Nacionais, de 1979, conceituou como “as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo”.

Para o Ministério do Meio Ambiente (2005), com a criação do SNUC as unidades de conservação passam a dispor de mecanismos que levarão a um contato mais próximo com a sociedade, possibilitando que esta seja beneficiária indiretamente do uso público destas áreas, principalmente no que tange a prestação de serviços.

### **3.4 Áreas protegidas e populações locais – aproximação *versus* separação**

Até o presente momento foi apresentado como se iniciou o estabelecimento de áreas protegidas e os objetivos destas áreas de acordo com a categoria que cada qual se submete. Porém, vale salientar o foco constante nos elementos naturais, pouco se verificando a inserção do homem nesse processo, quando se trata deste enquanto residente da área protegida ou de seu entorno. No entanto, é de praxe, ao longo da história, que para a conservação da natureza se faz necessária a exclusão das populações locais.

Já se observou que resguardar a beleza cênica da destruição humana foi um dos principais motivos que levaram ao estabelecimento das primeiras áreas protegidas no mundo, caracterizando o modelo norte-americano e a essência da filosofia preservacionista. Neste contexto, o ser humano precisa se proteger dele mesmo, a fim de assegurar que algo que existe de belo no mundo deva ser resguardado para que ele se deleite em seus momentos de lazer. A perversidade teve que sobressair ao dizimar os residentes destas áreas, porém a benevolência aflorou ao possibilitar um lugar conservado permitindo a visitação, que pouco provavelmente seria usufruída pelo grupo humano dizimado.

As considerações que relacionam a relação homem e áreas protegidas são divergentes: preservacionistas apelando para a exclusão do homem a fim de obter seus objetivos de preservação dos recursos naturais, e conservacionistas identificando os elementos cultura, história

e padrões de vida tradicionais como conhecimentos necessários para a efetiva gestão das áreas protegidas. Neste sentido, Acot (1990, p. 161) apresenta que:

Da criação dos primeiros parques naturais à gestão racional dos ecossistemas, passando pelo retorno ao Sagrado dos ecologistas contemporâneos: terá sido preciso menos de um século para que a unidade secular das concepções sucessivas das relações do homem com a natureza se estilhaçasse e se constituísse em duas grandes correntes de pensamento que interagem com práticas sociais antagônicas (...) estamos diante de uma abordagem sistêmica do mundo, isto é, na qual todos os elementos do mundo, incluindo sociedades humanas, interagem numa gigantesca rede de relações. Natureza e sociedade fundem-se numa totalidade (...)

Observa-se o surgimento de adeptos de que a criação das áreas protegidas não deva ser voltada estritamente para a conservação da natureza por meio da exclusão total e imparcial da espécie humana, como se nortearam os pensamentos que levaram ao surgimento dos primeiros parques nacionais no mundo.

Pompa e Kaus (1992, p. 133) chamam a atenção de que o conceito de áreas naturais intocadas é fruto de uma percepção urbana e que a questão não está na presença ou na densidade de humanos, “mas nos instrumentos, tecnologias, técnicas, conhecimento e experiência que acompanham o sistema de produção de uma determinada sociedade”. Os autores atentam para a necessidade de uma percepção compartilhada dos cuidados com a terra no que se refere à conservação e à educação, porém isto depende do reconhecimento da presença humana em áreas naturais.

Neste contexto, ao tratar de números, observa-se que o percentual ocupado pela rede mundial de áreas protegidas cresceu consideravelmente nos últimos anos, mas este crescimento não foi dedicado estrategicamente à maximização da representação da biodiversidade, de acordo com Rodrigues et al. (2004). Por outro lado, estudos recentes demonstram que a forma mais eficaz de conservar estas áreas é por meio da manutenção das populações nativas nos seus habitats naturais (BALMFORD et al. apud RODRIGUES et al., 2004).

Evidencia-se que argumentos favoráveis e contrários à presença de

populações nestas áreas existem. Um dos principais argumentos a favor é de que mesmo que seja uma população pequena esta não pode ser privada do acesso aos bens de consumo, com isso, o pequeno impacto causado por esta população tende a crescer e a ameaçar a biodiversidade. Porém, os contrários argumentam que estas populações fazem uso sustentável dos recursos naturais e também que a conservação não pode estar dissociada de outras políticas públicas, nem dos direitos humanos, desta forma, não resolvendo a situação apenas desalojando estas pessoas das unidades de conservação (BENSUSAN, 2006).

Para Max-Neef et al. apud Pimbert e Pretty (2000), muitos esquemas de áreas protegidas desconsideram a importância das formas locais de subsistência, e, apesar das necessidades serem universais, as formas que as satisfaçam irão variar de acordo com a cultura, região e condições históricas.

Poucas são as exceções em que o (re) assentamento destas pessoas não adotou o modelo cultural dominante da sociedade industrial, onde as necessidades básicas são, em sua maioria, satisfeitas por bens adquiridos no mercado ou produzidos industrialmente. Assim, estas comunidades são consideradas como pobres pela ideologia do desenvolvimento, já que não dependem exclusivamente da economia de mercado, uma vez que satisfazem suas necessidades por meios próprios. Tal consideração reforça o modelo dominante de desenvolvimento baseado na uniformidade, centralização e controle (PIMBERT e PRETTY, 2000).

Espelhado neste tratamento generalizado das necessidades das pessoas, deslocando-as de seus modos tradicionais de vida, alterando seu meio cultural ao reassentá-las e inseri-las ao modelo industrial, que vários autores (ARRUDA, 1997; MARETTI, 2004; BENSUSAN, 2006; Liu, Ouyang, Miao, 2010; entre outros) apontam as experiências de conflitos oriundos da exclusão das populações locais e o estabelecimento/gestão de áreas protegidas, resultando na grandiosidade de efeitos estritamente negativos causados ao meio ambiente. Com base nestes fatores, quão protegidas estão estas áreas, ao passo que excluem as pessoas e essa ação é revertida em conflito envolvendo os bens naturais? Apenas delimitar a área e deslocar as pessoas seria sinônimo de proteção? Como simplesmente desvincular as características culturais e a presença de humanos destas áreas? Se simplesmente desalojar fosse a resposta e a

garantia da não geração de conflitos, então os pensamentos imbuídos da filosofia preservacionistas estariam certos. Porém, a gama de variáveis e a complexidade que envolve a vida humana não remetem a uma solução tão imediatista como esta.

Neste sentido, de acordo com os resultados obtidos sob a égide desta concepção, Pimbert e Pretty (2000) atribui tal efeito às normas e práticas da ciência da conservação como sendo as principais causas do insucesso das áreas protegidas. Os cientistas da conservação tentam olhar o ecossistema pela perspectiva de sua disciplina profissional, levando ao estreitamento das observações, em função do paradigma cartesiano que marcou a investigação científica desde o século XVII. Utilizam poucos critérios para formatar decisões, bem como avaliar o grau de conservação. Os mesmos autores destacam que as populações rurais e nativas têm muitos outros critérios, enquanto gestores de sistemas complexos, para o manejo das áreas naturais. Assim, “a degradação se torna mais provável quando as comunidades locais são excluídas. Essa forma de pensar representa uma mudança completa nas políticas e prática profissional de conservação” (PIMBERT e PRETTY, 2000, p. 184).

A ciência e a tecnologia da conservação estão envoltas por forças políticas e econômicas cada vez mais poderosas, ao passo que o manual da conservação normal é “uma coleção de fatos verdadeiros ou falsos”, compreendido como um conjunto de escolhas sobre visões de mundo e relações de poder. Tais escolhas relacionam-se aos diferentes tipos de uso e formas de controle político e não apenas entre áreas naturais e uso humano. Contudo, a objetividade declarada pelo padrão conservacionista não deixa de ser uma forma de selecionar e modelar a natureza, ou mais específico, as áreas protegidas (PIMBERT e PRETTY, 2000).

Arruda (1997) aponta que passa a ser reformulada a interpretação inicial dos conflitos entre áreas naturais e populações locais enquanto confirmação da índole destrutiva. Esta oposição reflete a crítica às características do modelo de conservação vigente e a procura de uma compreensão mais precisa destas populações, de seu padrão de ocupação do espaço e utilização dos recursos naturais.

Para Maretti (2004), a atenção está mais voltada para os custos e benefícios das áreas protegidas do que aos seus valores propriamente ditos. No entanto para que a sociedade apoie a existência das áreas

protegidas é necessário reconhecer os valores que são atribuídos pelos diferentes grupos sociais. Para o autor, estas áreas são mais culturais do que científicas ou econômicas.

Com base nos resultados que vem sendo apresentados por esta prática da dissociação entre populações e áreas protegidas, as considerações correlatas também vem sendo amadurecidas. Ou melhor, do que se evidencia, esta dissociação tem refletido em efeitos negativos para a integridade da biodiversidade, devendo, então, conciliar a existência e necessidades humanas com os objetivos da resguarda dos elementos naturais.

Assim, é em função da reconsideração da interação entre as áreas protegidas e populações humanas que Borrini-Feyerabend, Kothari e Oviedo (2004) atribuem uma nova compreensão a estas áreas. Esses autores afirmam que os objetivos atuais incluem a utilização sustentável dos recursos naturais, a preservação do ecossistema, a integração do amplo processo de desenvolvimento social junto ao papel central de conservação da biodiversidade. Ressaltam o respeito aos valores culturais como essencial à biodiversidade e a necessidade de envolver as comunidades locais na gestão destas áreas. Partem do foco de que a natureza basicamente excluiu pessoas e hoje muitos profissionais das áreas protegidas reconhecem recursos naturais, pessoas e cultura como fundamentalmente interligados.

E como Bensusan (2006) bem destacou, neste contexto de exclusão quem acaba sendo punido são os que conservam (tais populações estão ameaçadas a serem desalojadas em prol do bem da humanidade), enquanto os que usam o ambiente de forma predatória são recompensados, já que tem a garantia dos benefícios que a proteção destas áreas pode trazer às suas vidas, por meio da manutenção dos serviços ambientais.

Contudo, observa-se que no cenário internacional atual é evidente a preocupação com as comunidades locais no que se refere à conservação do meio natural nas áreas protegidas. Independente da categoria da área, a essência de proteção dos elementos naturais é a mesma. O debate agora é voltado para a questão social, não só no desenvolvimento das comunidades locais, mas também na inserção destas como parceiras nos processos de decisão e manejo das áreas naturais, como será abordado na subseção que segue.

### 3.5 Criação de áreas protegidas: conflito ou oportunidade?

Com base no que já fora discorrido, onde se destacaram as formas como são consideradas a relação homem e área protegida, se questiona se o resultado de criação desta última se comportará como um conflito socioambiental com as comunidades locais ou como uma oportunidade para as mesmas. Como falar de proteção dos elementos naturais nos casos em que pessoas se enquadram em condições socioeconômicas que não lhes permitem o acesso ao mínimo necessário para a própria sobrevivência? Como conduzir para o entendimento sobre a importância de criação de áreas protegidas, diminuindo os conflitos socioambientais, proporcionando melhoria na qualidade de vida das populações locais e assegurando melhoria da proteção dos elementos naturais?

De acordo com Lopes (2006, p. 34-35), nestes casos, deve existir a ambientalização dos conflitos sociais a qual se relaciona à “construção de uma nova questão social, uma nova questão pública (...) [e que] implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, no lazer)”. Tais transformações, para esse autor, estão relacionadas a fatores, como:

(...) o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental, como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da ‘participação’; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos. (Lopes, 2006, p. 36.)

Em âmbito global, o V Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, ocorrido em Durban, na África do Sul em 2003, focou, em várias de suas seções, na necessidade da participação na gestão das áreas protegidas, afirmando haver incentivos políticos para reduzir os possíveis conflitos com as populações locais e para que estas exerçam seus direitos de democracia. Também foi destaque a importância dos organismos de conservação em se relacionar com as pessoas a nível geral,

influenciando a opinião pública, já que o apoio destas é essencial para as áreas protegidas, demonstrando que é possível conciliar o desenvolvimento com proteção ambiental, sendo compatíveis à equidade, à participação e aos direitos de cidadania. Neste evento foram apresentadas experiências que envolveram várias formas de gestão das áreas protegidas, conciliando a participação das comunidades e apresentando os benefícios que estas áreas podem trazer. Casos de gestão compartilhada com as comunidades (indígenas ou locais), com as organizações não governamentais, com os proprietários de terras, entre outros, resultaram num bom rendimento da conservação da biodiversidade, melhorando a relação entre área protegida e populações locais (UICN, 2007).

Os assuntos apresentados no V Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas já fazem parte de uma tendência atual que desmistifica a necessidade da dissociação entre populações locais e áreas protegidas, o que diverge dos pensamentos que os grupos preservacionistas, que norteou o modelo clássico de criação destas áreas, ainda defendem – o da exclusão total do ser humano.

Scherl et al. (2006), na publicação “As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações”, que teve origem por meio das contribuições do V Congresso Mundial de Parques, especificamente do tema Equidade e Comunidade, apresentam vários casos relacionados à participação das comunidades locais na gestão das áreas protegidas em diversas partes do mundo, bem como citam o retorno que esta participação possibilita para os dois lados.

Assim, estes autores citando os estudos de Lockett, Mkhizi e Potter (2003), comentam sobre os benefícios financeiros que as comunidades locais recebem em função das áreas protegidas localizadas em KwaZulu Natal, na África do Sul. A arrecadação provém de impostos cobrados dos visitantes destas áreas, o qual é destinado ao Fundo Comunitário de Impostos, que foi criado por uma organização paraestatal, responsável pela administração das áreas protegidas desta localidade. Uma fração de 90% deste recurso é destinada a projetos definidos pelas comunidades de entorno e o restante para áreas onde o turismo não é a atividade econômica principal.

Outro exemplo, de participação das comunidades locais na gestão de áreas protegidas apresentado por Child e Dalal-Clayton apud Scherl

et al. (2006), é observado no Parque Nacional South Lwangua, na Zâmbia. Neste parque ocorrem duas concessões de caça e 80% da renda proveniente dessa exploração é repassada às comunidades. De acordo com os autores, a democracia participativa e a distribuição de responsabilidades refletiram em mudanças de atitudes quanto ao parque, fazendo com que as comunidades percebessem a vida silvestre como bem privado, o que contribuiu para a redução da caça ilegal.

Scherl et al. (2006) ainda trazem os exemplos das áreas protegidas marinhas na África Oriental, das áreas totalmente protegidas em Sarawak, e outros casos das comunidades de entorno de áreas protegidas localizadas no Quênia e na Tanzânia (citando Waruinge, 2003; Tisen e Bennett, 2000; Wishitemi, 2002; Okello et al., 2003; respectivamente), onde a interação dessas comunidades com os gestores das áreas têm originado ações sustentáveis que resultaram em melhorias econômicas para os primeiros.

De acordo com os estudos de Soares, Bensunsan e Ferreira Neto (2002), sobre “Áreas de Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral” envolvendo nove unidades brasileiras, as ações para suprir as necessidades da população, promovidas por estas unidades, configuraram-se como fator determinante para que haja participação popular. O estudo revelou que a maioria dos casos analisados envolveu populações desassistidas, apresentando diversos tipos de carências e fazendo com que as prioridades se encontrassem no nível das necessidades básicas. Assim, a preocupação com a conservação das áreas protegidas acabou não representando preocupação para a maioria da população, sendo este tipo de preocupação limitada às propriedades rurais de cada qual.

Um exemplo de processo participativo está no próprio SNUC, que contou com o envolvimento de distintos segmentos da sociedade para sua elaboração. Consolidou avanços proporcionados pela referida Lei, como: o estabelecimento da forma de consulta pública, precedendo a criação de unidades de conservação; a definição das atribuições dos conselhos consultivo e deliberativo das unidades de conservação, viabilizando e legitimando a efetiva participação da sociedade na gestão das unidades de conservação, e a definição de critérios para gestão compartilhada das

18 Cabe destacar que no Brasil, de acordo com a Lei 9.6015/98, Lei de Crimes Ambientais, a caça é considerada um crime contra a fauna (art. 29), assim como adentrar em unidade de conservação portando apetrechos de caça configura-se crime contra flora (art. 52).

unidades de conservação com organizações sociais e de interesse público; como apontou a então Ministra do Meio Ambiente, V. Exa. Marina Silva, na apresentação da segunda edição da publicação da Lei, em 2004.

O SNUC, em seu artigo 5º., apresenta suas diretrizes, e nos seguintes incisos orienta quanto à participação local:

III – assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão de unidades de conservação; (...)

V – incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional; (...)

IX – considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Assim, não só o processo participativo que permeou a criação do SNUC pode ser tido como exemplo, mas também as diretrizes que regem tal sistema, apontando para a efetivação da participação local. E com base nas diretrizes apresentadas, o seu artigo 29 especifica que o grupo das unidades de conservação do grupo de Proteção Integral deverá dispor de um Conselho Consultivo, o qual, para os Parques Nacionais, deverá ser presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, e por representantes das populações tradicionais residentes, de acordo com o regulamento e o ato de criação da unidade (BRASIL, 2000).

Esse conselho deveria corresponder à função de fortalecer e assegurar a melhoria contínua da gestão dos parques, agindo no controle e na participação de órgãos públicos, das três esferas de poder, bem como da sociedade civil, em prol da conservação da natureza, de forma integrada com os anseios da sociedade.

A retórica da participação, entretanto, se distancia de sua efetivação por se tratar de um processo complexo e que implica na construção de cidadania e participação enquanto elementos centrais da sustentabilidade nas práticas de gestão. Para isso, é fundamental que seja priorizada politicamente, por parte do Estado e grupos sociais envolvidos com a questão ambiental, a formação dos conselhos gestores de natureza

consultiva nos parques nacionais, com base em princípios participativos e democráticos de gestão, objetivando a visão sistêmica do meio ambiente.

Para Lopes (2006, p. 52), é necessário o envolvimento dos cidadãos com as questões públicas ambientais para se legitimar a participação popular. Assim, o autor entende que “o modelo do meio ambiente, na sua experiência de políticas públicas para esses efeitos, e na experiência de financiadores internacionais incita à participação da população. Isso tende à democratização das políticas públicas”.

O estabelecimento de políticas públicas de caráter participativo implica em mudanças da matriz sociopolítica por meio do questionamento sobre o real papel do Estado, enquanto agente que induz tais políticas. Esta efetivação se estrutura em torno do aprofundamento do processo democrático e do seu potencial de influenciar os diversos processos decisórios em todos os níveis da atividade social e das instituições sociais (JACOBI, 1999).

Jacobi (1999) ainda relaciona as marcas da crescente exclusão social deixadas no cenário atual, reflexo de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, fazendo com que cada vez maior número de pessoas não tenha outra opção senão trabalhar em empregos socialmente excluídos. O desafio, diante desta ótica, é a geração de empregos com práticas sustentáveis e simultaneamente a melhoria do nível de consciência ambiental, ampliando as possibilidades da participação popular mais intensa nos processos decisórios. Assim, tal participação consequentemente refletiria, em função da corresponsabilidade, no fortalecimento da fiscalização e controle dos responsáveis pela degradação socioambiental.

Retornando aos fatores de transformação apontados por Lopes (2006), e tendo como estímulo os benefícios advindos da participação, ressalta-se a importância de iniciativas de educação ambiental por parte da área protegida e voltadas à população local no intuito de fortalecer as relações institucionais, fazendo com que a necessidade de existência desta área seja compreendida pela população, no intuito de aproximá-la e motivá-la a participar em seus processos de gestão.

De acordo com Primack et al. (2001), o histórico de más relações e desconfiança entre as populações humanas e as áreas protegidas, não havendo clareza quanto ao propósito destas, pode levar as comunidades

a rejeitarem o conceito das áreas e ignorar suas regulamentações. Este antagonismo prejudica tanto a conservação biológica quanto o bem estar social.

É neste contexto que emergem os conflitos socioambientais que, para Little (2001), são definidos como disputas entre grupos sociais que mantêm distintas relações com o meio natural. O conceito socioambiental, de acordo com o autor, remete às dimensões do mundo biofísico e os ciclos naturais, o mundo humano e os ciclos sociais, e as relações entre estes mundos.

Achselrad (2004, p. 27) complementa, apontando que tais conflitos remetem a “quatro dimensões constitutivas: apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade e interatividade espacial das práticas sociais”. Continua dizendo que cada configuração de modelo de desenvolvimento remete a modalidades específicas destes conflitos e, na combinação de distintas atividades, o ambiente é o meio de transmissão de impactos indesejáveis fazendo com que o “desenvolvimento de certas práticas comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem”.

Trazendo para o contexto do presente estudo, um exemplo de conflito socioambiental pode ser dado quando as práticas ambientalmente impactantes no entorno das áreas protegidas interferem nos resultados de conservação da biodiversidade destas áreas.

Assim, no que se refere aos conflitos e novas práticas, pode-se acrescentar os dizeres de Lopes (2006, p. 45):

(...) se os conflitos socioambientais locais promovem uma interiorização dos direitos e dos argumentos ambientais, pressionando por leis e controles estatais e ao mesmo tempo sendo alimentados por tais instrumentos estatais, por outro lado, a ambientalização como processo de interiorização de comportamentos e práticas se dá através da promoção da ‘educação ambiental’, (...) mas também comportando formas de difusão por meios de comunicação de massa.

Retrata aqui a importância da participação social nas questões ambientais – no presente estudo, na gestão dos parques nacionais – e também na parceria para que políticas públicas sejam promovidas. De acordo com Little (2001) a resolução dos conflitos socioambientais se dá por meio da implementação de políticas públicas em conjunto com

diversas estratégias e táticas políticas, sendo que a resolução destes é algo difícil em função de sua complexidade e das divergências existentes.

Entre as formas de resolução de tais conflitos que mais se aproximam da noção de resolução propriamente falando, está o diálogo e a cooperação, já que implica na participação de todas as partes envolvidas. Estes procuram eliminar as causas do conflito à medida que tentam substituir as relações de desconfiança por ações de colaboração (LITTLE, 2001).

Ainda quanto à participação, Jacobi (1999, p. 37) complementa que:

a participação social se caracteriza como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, na medida em que a superação das carências acumuladas depende basicamente da interação entre agentes públicos e privados, no marco de arranjos socioinstitucionais estratégicos.

A perspectiva da participação é da redistribuição do poder favorecendo os sujeitos sociais, ordenando as diferenças entre eles dentro do questionamento sobre o papel do Estado enquanto regulador da sociedade. Na realidade dos parques nacionais brasileiros, o Estado é representado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que é quem assume a responsabilidade de viabilizar os meios e diálogos para a promoção da participação social na gestão destas unidades.

Com a promoção da participação, a viabilização de um arranjo institucional participativo consolida-se na medida em que se proporciona a capacidade dos grupos de interesse de influenciar a formulação e gestão de políticas públicas, possibilitando a legitimidade e a garantia de governabilidade e de democratização da gestão dos bens públicos, admitindo os princípios de sustentabilidade ambiental conjugada a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social (JACOBI, 1999).

Assim, o efeito da participação pública na gestão das unidades de conservação seria remetido diretamente para as populações locais, uma vez que se possibilitaria identificar as demandas sociais e direcioná-las como objetivos de projetos que impliquem na ampliação das alternativas de renda locais, incentivando a prática de atividades com características menos impactantes para o meio ambiente. Ao passo que alternativas são

apresentadas e incentivadas pela própria unidade de conservação, é maior a possibilidade de mudança de foco sobre a exploração dos elementos naturais, enquanto que a prática de atividades sustentáveis também reflete para a qualidade da conservação destes elementos.

Neste sentido, os benefícios advêm para ambas as partes: população, por ser reconhecida e chamada a participar da gestão da UC, apontando os seus interesses e sendo englobada em projetos de desenvolvimento sustentável, o que pode resultar na melhoria da qualidade de vida destas pessoas; e a UC, por melhorar a sua relação institucional com a população que vive em seu entorno, ou mesmo em sua área, diminuindo os possíveis conflitos existentes, e assegurando melhor efetividade para a conservação da biodiversidade.

É evidente a diferenciação externada nos pensamentos que orientam para a designação do homem no contexto de interação área protegida e população local. É certo que emerge a necessidade de se conservar os elementos naturais em prol da própria existência humana, que, conforme aumenta, reflete na intensa exploração destes elementos e na devolução de resíduos processados, incapazes de serem absorvidos pelo meio ambiente no curto espaço de tempo em que os mesmos são produzidos. O estabelecimento das unidades de conservação, ao que parece, tem sido meios adotados para a proteção destes elementos, porém, é contraditório acreditar que a conservação destas unidades é alcançada num contexto onde se abstrai a presença humana local, originando um conflito socioambiental.

A peculiaridade deste tipo de conflito já é reconhecida e vem merecendo destaque de muitos estudos, principalmente após o IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, porém, ainda neste evento a divergência entre os pensamentos era acentuada (MORSELLO, 2001).

À medida que estes estudos vão demonstrando a necessidade de verificar meios de conciliação, as normas em relação ao estabelecimento e gestão destas áreas também vem evoluindo para aproximar-se da necessidade de cada realidade e, obviamente, possibilitar que ocorra efetivamente a conservação da natureza. Prova disto é observada na própria redefinição de áreas protegidas apresentadas pela UICN em 2007, que agrega a dimensão do reconhecimento do espaço enquanto

área protegida. Ou seja, assume que não adianta apenas dedicar a área à proteção e manutenção da diversidade biológica, como é apresentado no conceito de 1994, mas deve-se haver o reconhecimento do que efetivamente pretende esta área. Porém, não é suficiente que esse reconhecimento parta apenas do Estado, que, geralmente é quem a estabelece, mas também da população, que habita ou mora em seu entorno e que são as partes diretamente afetadas com a existência das unidades de conservação.

Para que chegue ao nível de reconhecimento, torna-se necessário o envolvimento da população nos processos de estabelecimento bem como na gestão destas unidades, por meio da participação, que no caso nacional, o próprio SNUC preconiza.

É interessante mencionar que tal participação, quando do estabelecimento da UC, leve também à que tipo de categoria tal unidade se encaixará em função da realidade em que se encontra: mais restritiva (no caso do SNUC, unidades do grupo de proteção integral) ou menos restritiva (grupo de uso sustentável). Já que, genericamente, o objetivo de conservação da natureza está em todas as categorias, porém, diferenciando as formas como se dará o manejo e as limitações de uso que cada uma apresenta. A categorização já dispõe de alternativas que não envolva a exclusão da população local, como observado anteriormente.

Faz-se coerente destacar que a conjuntura da participação se distancia de sua efetivação por se tratar de um processo complexo e que implica na construção da cidadania enquanto elementos da sustentabilidade nas práticas de gestão. Para tal, é fundamental que sejam priorizados politicamente meios de gestão com base em princípios participativos e democráticos, objetivando a visão sistêmica do meio ambiente.

No entanto, de acordo com Irving et al. (2007), a gestão dos parques nacionais brasileiros não está associada às demais políticas públicas que incidem sobre a sua área de influência. Esta gestão participativa implica em estratégias voltadas ao entorno no sentido de integrar as políticas e oportunidades. Tal integração se faz com o intuito de que o desenvolvimento local e a proteção da natureza sejam considerados no planejamento para além dos limites destas áreas.

Neste sentido, Fucks (2001) mostra que a definição dos problemas ambientais acontece num cenário determinado por seus aspectos culturais e de organização das instituições públicas, decorrendo daí parâmetros de

legitimidades e ordenamentos que condicionam a ação e debate público. E no que se refere à análise dos conflitos socioambientais, Little (2001) diz que esta deve partir da contextualização ambiental, geográfica e histórica dos mesmos, pois estão relacionados às distintas formas de produção dos grupos sociais.

Salienta-se a importância de que tal gestão consiga chegar num consenso de medidas onde cumpram com pelo menos o que prevê a própria redefinição de área protegida, da UICN19, que também considera a conservação dos “valores culturais associados”. Seria possível, entretanto, remover uma população, que se mantém por subsistência no meio em que está inserida, e realocá-la juntamente com sua cultura em outro meio, cujas características serão distintas do local onde vivia até então? E caso se estabeleçam estas áreas aleatoriamente, sem o envolvimento das populações e seus recursos se exaurirem em função dos conflitos socioambientais gerados, de que adianta?

Estas, entre várias outras indagações, permeiam o assunto dicotômico áreas protegidas e populações locais.

É digno aceitar que a causa ultrapassa as limitações previstas nos mandamentos e metodologias da conservação da natureza, estaticamente falando. A causa é interdisciplinar, devendo envolver os mais variados tipos de conhecimento para que os meios possíveis de serem acatados sejam avaliados, prevendo a sua dimensão.

O que tudo indica é que o estabelecimento de áreas protegidas não fará efeito sobre a conservação da natureza se desassociado de questões complexas que permeiam a própria necessidade de consumo humano, paralelo ao crescente desperdício observado no consumismo, característico da sociedade industrial. Enquanto isso, ainda se pensa em corromper o conhecimento tradicional, com a exclusão das populações das áreas onde se aplicam tal conhecimento, em prol do bem-estar desta sociedade industrial, consumidora dos elementos naturais e poluidora do próprio meio onde habita.

Assim, falar de conservação em áreas naturais protegidas remete à relevância da mediação dos conflitos existentes com as comunidades que

---

19 Já que a definição de UC apresentada no SNUC não externa a dimensão cultura, apesar de incluir em suas diretrizes, como apresentada no artigo 5º. a consideração das “condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais”.

vivem dentro ou na fronteira de seus limites. Desta forma, a redução dos conflitos com estas comunidades, para muitos autores, reflete diretamente nos objetivos de conservação destas áreas. Hockings (2006) afirma que para a efetividade do manejo da área protegida, buscando a conservação, deve-se considerar e também avaliar o uso da terra no entorno da área, bem como manter uma boa relação e o envolvimento entre comunidade local e os gestores destas áreas.

De posse destas ideias, passa-se para o objeto da pesquisa propriamente dito. Na próxima seção, será apresentado o Parque Nacional do Iguaçu, com suas características, e abordadas as questões concernentes a seus conflitos e oportunidades.







*Cataratas do Iguaçu, Paraná, outono de 2009.*

*Foto: Fabiana Faxina*

---

## **4 - O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E SEU CONTEXTO**

---

Essa seção objetiva-se a caracterizar a área de estudo do presente trabalho. Como a proposta é analisar uma política pública fomentada pelo Parque Nacional do Iguaçu, nas linhas que se seguem será contextualizado o enredo que esta UC se insere a fim de favorecer o entendimento das relações existentes com a comunidade de seu entorno, ou seja, a que está inserida em sua área de influência.

Serão destacadas algumas intenções previstas no Plano de Manejo que permeiam tais relações. Subsequente a este assunto, far-se-á uma breve explanação do histórico de conflitos envolvendo a área protegida e a comunidade do entorno, para então se chegar ao objeto desse estudo, o Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu (PDTS).

Criado o cenário que possibilite a compreensão da existência de tal política pública, passar-se-á à caracterização de dois dos municípios que foram abrangidos pelo PDTS e que se configuraram como o território de onde proveio grande parte dos dados primários que deram base aos resultados deste estudo.

#### **4.1 Características gerais<sup>20</sup>**

O Parque Nacional do Iguaçu, localizado na confluência entre Brasil, Argentina e Paraguai, abrange os seguintes municípios do estado do Paraná: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Céu Azul, Santa Teresa do Oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques, Serranópolis do Iguaçu e Capanema, todos no estado do Paraná (Figura 1).

Foi criado em 10 de janeiro de 1939, por meio do Decreto Federal no. 1.035, representando, como já citado, o segundo parque nacional criado no Brasil. Apesar de sua oficialização enquanto unidade de conservação ocorrer apenas nos fins da década de 30, em 1542 a área onde se localiza já havia sido descoberta pelo espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, sendo nesta época a região habitada por índios tupis-guarani. Em 1916 a visita de Alberto Santos Dumont, o “Pai da Aviação”, colaborou para a criação do Parque, sendo por ele solicitado tal feito ao governador. Em 1986 esse Parque recebeu o título, concedido pela UNESCO, de Patrimônio Natural

20 As informações referentes às características, apresentadas a seguir, são oriundas do Plano de Manejo do Parque, de 1999.

Mundial<sup>21</sup>. A palavra iguaçu é de origem guarani e significa água (i) grande (guaçu).

Em sua área encontra-se integralmente a bacia do Rio Floriano, um dos afluentes do Rio Iguazu. Apresenta um rico patrimônio genético, protegendo uma grande parte da Floresta Estacional Semidecidual, sendo que nas porções altas, a mais de 600 metros do nível do mar, pode ser encontrada a Floresta Ombrófila Mista, ou Mata de Araucária. Em relação à fauna existem registros de 257 espécies de borboleta, porém a estimativa aponta para aproximadamente 800; 200 espécies de aves catalogadas; 45 de mamíferos; 41 de serpentes; 18 de peixes; 12 de anfíbios e oito de lagartos.

Possui área total de 185.262,5 hectares e um perímetro de 420 quilômetros. Limita-se ao norte com a rodovia BR 277, a leste com o Rio Gonçalves Dias, ao sul com o Rio Iguazu e a oeste com o Rio São João e a Estrada Velha de Guarapuava. Seu clima é mesotérmico brando superúmido, sem seca e a temperatura média anual oscila entre os 18°C e 20°C, sendo a máxima absoluta de 34°C a 36°C e a mínima absoluta de 8°C a 4°C negativos. O volume pluviométrico médio fica na casa dos 1500 a 1750 milímetros anuais. Seu ecossistema é composto por Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila Mista e Formações Pioneiras Aluviais. O relevo é suave ondulado. Abriga o único e último registro ecologicamente viável da Floresta Estacional Semidecidual remanescente da região Oeste do Paraná, maior contínuo florestal da região Sul. Todas essas formações florestais compõem o Bioma Mata Atlântica<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Os sítios do Patrimônio Natural protegem áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da diversidade biológica e da paisagem e tem como atenção especial a proteção ao ambiente, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais. No Brasil existem sete áreas com este título (UNESCO).

<sup>22</sup> De acordo com Leal e Câmara (2005) é muito provável que seja o bioma mais ameaçado do planeta, restando, em território nacional, entre 7 e 8% de sua cobertura vegetal original. Em prol da proteção da Mata Atlântica é sancionada a Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006, onde, em seu artigo 2º. apresenta as formações florestais integrantes do bioma: “Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste”.



**Figura 1** – Remanescentes de Mata Atlântica do Paraná com destaque para localização do Parque Nacional Iguazu e municípios de divisa.

Fonte: Adaptado de SOS Mata Atlântica e arquivos do Parque Nacional do Iguazu.

Atualmente o Parque constitui-se como um dos últimos trechos onde o Rio Iguazu conserva suas características originais. Em seus limites nasce e deságua o Rio Floriano, que apresenta respeitável importância para o Sul do Brasil, uma vez que é tido como parâmetro para medir a qualidade da água nos demais cursos d'água, incluindo os que abastecem os centros urbanos. Sobretudo, o limite do Parque está assentado sobre um dos maiores reservatórios mundiais de água subterrânea, o Aquífero Guarani, que também abrange o Paraguai e a Argentina.

O Parque assume importância de âmbito internacional em virtude de sua localização na Bacia do Prata, terceira maior bacia hidrográfica do mundo, com fronteira entre os seguintes países: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. A sua vizinhança com o Parque Nacional del Iguazu (Argentina) tem favorecido conjuntamente iniciativas de conservação da biodiversidade. Ao somar a áreas dos dois parques obtém-

se 252.882,5 hectares, situando cerca de 275 quedas (variáveis conforme a vazão do Rio Iguaçu).

Abriga as Cataratas do Iguaçu (Figuras 2 e 3), cujo processo de formação dos seus degraus se deu por meio de derrames de lava do tipo vulcanismo por fissura, ocorrido entre 120 a 165 milhões de anos atrás. O empilhamento de lava formou degraus que propiciam as sucessivas quedas d'água. As Cataratas do Iguaçu são consideradas atração turística ímpar e responsável pela grande visitação que o Parque, bem como a cidade de Foz do Iguaçu, recebe. De acordo com dados da administração do Parque, no ano de 2008 foram 1.154.046 visitantes, que vieram de 159 países diferentes, incluindo o Brasil, que teve representação dos seus 26 estados e do Distrito Federal. As Cataratas se localizam no município de Foz do Iguaçu, onde também está a sede administrativa do Parque, hoje administrado pelo ICMBio.



**Figura 2** – Cataratas do Iguaçu – vista frontal da Garganta do Diabo.  
Foto: Fabiana Faxina.



**Figura 3** – Cataratas do Iguazu – vista lateral da Garganta do Diabo.

Foto: Fabiana Faxina.

## 4.2 Área de Influência

Como já observado na literatura, a proteção da biodiversidade em uma área protegida não se dá com a gestão voltada apenas para a área aquém dos limites de seu perímetro. As atividades que são desenvolvidas na área além desse limite, bem como os conflitos socioambientais, que podem ocorrer em função do acesso aos elementos naturais, tornam frágil a integridade da UC como um todo. Neste sentido, serão destacados alguns conceitos e ações previstas pelo plano de manejo para esta área além das fronteiras do Parque – a área de influência.

De acordo com o plano de manejo (1999) a área de influência, também chamada por zona de transição e que é a que contorna o Parque, compreende 14 municípios. O critério utilizado para sua composição depende das bacias que drenam para dentro da UC. Cinco desses municípios têm, em partes, terras abrangidas pelo Parque, sendo eles: Foz do Iguazu, São Miguel do Iguazu, Serranópolis do Iguazu, Matelândia e Céu Azul. Outros cinco fazem somente divisa com o Parque: Santa

Terezinha de Itaipu, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques e, atravessando o rio Iguaçu, Capanema. Os demais, que nem tem área abrangida pelo Parque, nem fazem divisa com ele, são: Medianeira, Ramilândia, Matelândia e Vera Cruz do Oeste.

Objetivando a integridade do Parque, o plano de manejo dispõe das características socioeconômicas destes municípios a fim de nortear o planejamento das ações orientadas ao melhor uso da terra em sua área de influência. Esse documento prevê ameaças de ordem físicas, bioquímicas, faunísticas e socioculturais que podem provenir do meio rural dos municípios para o interior da unidade.

#### ***4.2.1 Orientações previstas no plano de manejo***

Aqui serão destacadas algumas orientações que o plano de manejo prevê para a área de influência, relacionadas com o incentivo à atividade turística. No “Encarte 7” desse documento, que trata do Planejamento da Unidade de Conservação, estão contidos os programas de manejo e seus subprogramas. Dentre os vários subprogramas existentes, foi realizada uma busca para entender o que a UC já dispunha como norteammento que culminaram na concretização do PDTS.

Abrindo um parêntesis antes de dar início aos subprogramas, observa-se o destaque de alguns dos objetivos específicos do Parque que trata diretamente da questão, prevendo a interação da população do entorno para compreender o que é o Parque, bem como levar a esta população o desenvolvimento de atividades menos impactantes e, mais especificamente no objetivo 14, do ecoturismo:

(...) 9 - Ofertar, ampliar e diversificar as possibilidades de uso público e educação ambiental, levando o visitante e a população lideira a compreender e a respeitar o valor do Parque como uma área protegida e o valor da conservação ambiental.

(...)

12 - Contribuir com o planejamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo das áreas adjacentes ao Parque.

13 - Estimular o desenvolvimento regional integrado, com base nas práticas de conservação.

14 - Contribuir com o desenvolvimento do ecoturismo regional, integrando os municípios limieiros ao Parque, através de recursos compartilhados e outras potencialidades regionais. (...)23 (IBAMA, 1999, Encarte 7, p.2).

E de acordo com estes objetivos, observa-se o Programa de Uso Público que visa ordenar, direcionar e estabelecer novas atividades de uso público para o Parque, promovendo o conhecimento e a valorização dos seus recursos ambientais e culturais.

#### ***4.2.1.1 Programa de Uso Público***

É sob o Programa de Uso Público que se concentra a atividade turística desenvolvida no Parque, tendo as Cataratas do Iguaçu como atratividade principal. Essa atividade representa fator de relevante importância econômica para o município de Foz do Iguaçu. Esse programa passou por uma atualização no ano de 2000, resultando no “Programa de Revitalização do Parque Nacional do Iguaçu” (PRPNI), contendo as propostas para viabilizar e intensificar o ecoturismo.

Uma questão importante a ser ressaltada é que este programa de revitalização busca a melhoria dos serviços prestados aos visitantes, a fim de facilitar a recreação e a educação ambiental, ao tempo em que objetiva a geração dos recursos necessários à execução das demais atividades previstas no plano de manejo. Estas propostas partem de um novo conceito de ação administrativa do IBAMA (na época), considerando as exigências ambientais e sociais. Em consonância a isto, associa a iniciativa privada (por meio da concessão de algumas áreas públicas) às obras necessárias, promovendo a integração do capital privado ao interesse coletivo. Desta forma, o programa será brevemente descrito, na sequência, com base em informações obtidas nos arquivos do Parque e em relatos da administração.

Tal programa tem por objetivos atualizar os padrões de uso do Parque, de forma que viabilize à unidade o cumprimento das suas finalidades básicas de preservação e conservação dos ecossistemas naturais, dinamizando o manejo da área de uso público de modo a adequá-

23 Grifo nosso.

la à evolução e às mudanças do ambiente socioeconômico em que se insere. Visa auferir estes benefícios por meio de investimentos do capital privado, sendo apresentada como uma alternativa de financiamento, decorrente da escassez de recursos públicos.

Prevê também benefícios para a comunidade no que se refere à conservação, melhor aproveitamento do potencial de visitação do Parque e também à geração de empregos, redução dos gastos públicos, aumento da arrecadação do Estado e a criação de condições para a retomada da educação e pesquisa ambiental.

O PRPNI subdivide-se em dois subprogramas, interdependentes, porém inter-relacionados: Subprograma de Manejo e Meio Ambiente (PMMA) e o Subprograma de Revitalização de Visitação.

O Subprograma de Revitalização de Visitação do Parque teve como objetivo a renovação e melhoria da infraestrutura de atendimento ao visitante. Por meio de estudos realizados para elaboração do subprograma citado, foram identificadas e quantificadas as carências referentes à conservação, ampliação e melhoria da estrutura destinada ao movimento turístico. Isso foi a base essencial que o Parque, por meio de soluções inovadoras e inéditas frente aos demais parques brasileiros, buscou viabilizar investimentos privados na consolidação de um sistema de atendimento aos visitantes.

Desta forma, foram elaborados novos equipamentos de visitação. Com o intuito de melhor estruturar o processo de visitação, atrelado à intensa movimentação de visitantes, a falta de estrutura para tal atendimento, e também a diminuição dos impactos originados com as visitas, o IBAMA (na época) procurou viabilizar um projeto, piloto no Brasil, de concessão de serviços dentro de uma UC.

Com base em informações da administração do Parque, no período de realização desta pesquisa totalizavam seis concessionárias<sup>24</sup> que prestavam serviços aos visitantes dentro do Parque Nacional do Iguaçu, o que representava aproximadamente 715 empregos diretos, além dos empregos que correspondiam à administração, sendo 13 servidores do ICMBio e 90 colaboradores entre terceirizados, estagiários e convênio

---

<sup>24</sup> Sendo elas: Cataratas do Iguaçu S.A., que presta serviço de recepção, deslocamento e alimentação; Macuco Safári, Macuco Ecoaventura e Cânion Iguaçu, que dispõem de passeios opcionais e esportes de aventura; Helisul, que oferece sobrevoos às Cataratas do Iguaçu e Oriental Hotel, oferecendo serviços de hospedagem.

com organização não governamental (ONG) ambientalista.

O Programa de Uso Público, dentro do subprograma de Recreação, também descrito no Plano de Manejo da UC, apontam algumas atividades previstas para a área do entorno, sendo importante destacar duas delas:

Atividade no. 36 – que indica a implantação de posto de informação e controle (PIC) nos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, tendo entre os seus objetivos a possibilidade das comunidades de cada município desenvolver atividades recreativas e educativas.

Atividade no. 37 – elaboração de projeto de ecoturismo para os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, cujo objetivo seja desenvolver o potencial para o ecoturismo e turismo rural, estabelecer interfaces de uso com a área do Parque em atividades adequadas, incrementar a economia local, estimulando o estabelecimento de novos negócios, e promover uma nova visão por parte da população sobre os objetivos e propósitos do Parque.

A atividade de número 37 assemelha-se às intenções do que é previsto no PDTS, podendo até ser uma das ideias que levaram ao mesmo, porém, de forma pouco ambiciosa, abrangendo apenas dois municípios. Quanto à nova visão por parte da população refere-se a levar o entendimento do porque da existência do Parque, enquanto área protegida, principalmente numa tentativa de sensibilização visando à redução dos conflitos socioambientais.

#### ***4.2.1.2 Programa de Integração com a Área de Influência***

Este programa orienta para a busca da interação entre o Parque e o que compõe a sua área de influência, de forma a direcionar ações para o incentivo de atividades produtivas menos impactantes, favorecendo a conservação da biodiversidade.

Seu subprograma de Incentivos a alternativas de desenvolvimento objetiva o envolvimento com as populações locais, setores produtivos e as lideranças comunitárias para com os objetivos do Parque. Os objetivos deste subprograma orientam também para o desenvolvimento de alternativas econômicas de menor impacto, que garantam o aumento da rentabilidade e melhoria da qualidade de vida. Entre tais alternativas citam

o ecoturismo, a produção orgânica e a aplicação do ICMS Ecológico<sup>25</sup>.

#### ***4.2.1.3 Programa de Operacionalização***

O programa de operacionalização procura assegurar as formas para que os programas sejam desenvolvidos de acordo com a estrutura ideal para o bom funcionamento do Parque.

Em um de seus subprogramas, o de Cooperação Institucional, direciona para que a administração estabeleça e mantenha cooperação com instituições que de forma direta ou indireta desenvolvam ações de interesse para o Parque.

De posse destas orientações do plano de manejo é pertinente supor que o PDTS surge englobando objetivos contidos em três (que foram os comentados) dos cinco programas de manejo propostos. Essa preocupação com a área de influência será mais bem compreendida após a leitura das próximas linhas.

#### ***4.2.2 Conflitos com a comunidade do entorno***

Apresentar-se-á uma breve explanação acerca dos conflitos que tem permeado a relação entre o Parque Nacional do Iguaçu e as comunidades que vivem em seu entorno. Desta forma, será possível compreender o cenário existente e que induziram a formatação das orientações já conhecidas do plano de manejo.

Além das atividades ilícitas de caça e extração de palmito, que perduram como sendo os tipos mais frequentes de conflito registrados nessa localidade, existe, ainda, outro agravante que marca historicamente a relação da UC estudada e seu entorno: a Estrada do Colono<sup>26</sup>.

A Estrada, embora hoje fechada, sempre foi motivo de tensão entre

---

<sup>25</sup> Lei Complementar 59/91, que dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços) aos municípios com manancial de abastecimento e unidades de conservação. No artigo 1º. desta Lei aponta que os municípios contemplados por ela serão os que tenham unidades de conservação em seu território ou que sejam diretamente influenciados pela existência delas, bem como aqueles que possuam mananciais de abastecimento público.

<sup>26</sup> A partir desse momento ao mencionar termo “Estrada”, entender como Estrada do Colono.

o Parque e seu entorno. Tal conflito se dá em função da proibição do uso do trecho que liga os municípios de Serranópolis do Iguaçu e Capanema. Outro acesso, além da Estrada do Colono que tem cerca de 18 km, é pelas rodovias BR 277 e BR 163, distando 140 km um município do outro, já que este trecho dá volta no Parque (Figura 4).

A proibição, que gera o conflito, tem seus argumentos embasados em dados científicos e que estão em consonância com os objetivos e com a regulamentação da categoria Parque Nacional, previstos no SNUC. Já o funcionamento da Estrada, vem favorecer o acesso de um município a outro ao encurtar consideravelmente a distância, e estão relacionados, em sua essência, a fatores culturais, pois durante muitos anos a Estrada permaneceu aberta e era tida como rota para visitas familiares, por exemplo.

A Estrada, que corta o Parque Nacional do Iguaçu em duas partes, já foi local onde os veículos trafegavam e hoje está descoberta de sua vegetação original, em virtude dos vários impactos causados na área, e tomada por capim colônio, espécie exótica (IBAMA s/ data).

De acordo com informações da administração do Parque, esta Estrada foi aberta ilegalmente no ano de 1944 pelos moradores da região para facilitar o deslocamento de um lado ao outro do Parque. Em 1979, com a elaboração do primeiro plano de manejo, é previsto o fechamento da Estrada. No entanto, na década de 80, o governo estadual propõe o seu asfaltamento. Nesse período é que se dá início a uma trajetória de conflitos entre contrários (administração do Parque, ambientalistas e pesquisadores) e os favoráveis (moradores do entorno, principalmente dos dois municípios já citados, e políticos locais) à Estrada. Neste sentido, de acordo com os registros desses conflitos, concedidos pela administração do Parque, descreve-se, a seguir, uma cronologia desses acontecimentos.

Em 1986 é proposta, pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, a construção de uma estrada parque. No mesmo ano, em três de setembro, uma ação civil pública é proposta contra o IBDF27 por manter a estrada aberta e, uma semana depois, o juiz da 1ª Vara Federal de Curitiba concede liminar determinando o fechamento. No dia doze a Estrada estava fechada. Ainda neste ano, em novembro, é concedido o título de Patrimônio Mundial Natural, pela UNESCO, ao Parque

---

27 Responsável pela administração do Parque na época.

Nacional do Iguaçu.

Passou-se uma década e a Estrada volta a ser invadida em oito de maio de 1997. Aos vinte e sete dias deste mesmo mês o Tribunal Regional Federal da 4ª. Região (TRF4) suspende a liminar que mantinha a Estrada fechada. Em julho deste ano a Estrada foi desocupada para a revisão do Plano de Manejo do Parque e neste mesmo mês o Supremo Tribunal de Justiça caça a liminar do TRF4.

Em janeiro do ano seguinte, mesmo não concluídos os estudos do Plano de Manejo, ocorre nova invasão. Em consequência aos impactos que a utilização da Estrada causa ao Parque, em novembro de 1999 a UNESCO coloca o Parque na lista de Sítios do Patrimônio Mundial em Perigo<sup>28</sup>, e ameaçava a perda do título concedido em 1986.

Após essa invasão, os moradores, juntamente com agentes políticos locais, pregavam pela implantação de uma “estrada parque”, com guaritas de controle de veículos e velocidade, serviços de educação ambiental e transporte de balsa. Porém, isto ficou apenas na pregação e ao longo do tempo foram-se intensificando o tráfego de veículos de pequeno e grande porte, inclusive transportando produtos contrabandeados do Paraguai, carros roubados, já que não havia postos fiscais e policiais. Constataram, até mesmo, que a Estrada servia como rota de traficantes.

Com essa reabertura, foram depositadas grandes quantidades de brita no leito da estrada e revestimento bruto. Neste período havia cobrança de pedágio pela Associação de Integração Pró-reabertura da Estrada do Colono (AIPOPEC).

Em janeiro de 2000, o TRF4 deferiu pelo fechamento da Estrada e somente em junho de 2001 o IBAMA<sup>29</sup> consegue retomar a posse da área, iniciando-se um programa de recuperação, desobstruindo riachos, revolvendo a terra e reflorestando o leito com espécies nativas. Passados dois anos, em 03 de outubro de 2003 a área foi novamente invadida, com o uso de máquinas para o corte raso da floresta, que já estava em adiantado grau de recuperação. A invasão durou cinco dias, e com nova decisão vinda da 1ª. Vara de Justiça Federal de Foz do Iguaçu, os invasores se retiraram do local. Porém, inconformados, incendiaram o

---

<sup>28</sup> De acordo com a UNESCO, tal lista alerta a população mundial sobre os fatores que ameaçam as características dos patrimônios nela listados, sendo que estes merecem atenção especial e são objetos de ações emergenciais dos países que os abrigam.

<sup>29</sup> Com a extinção do IBDF automaticamente o IBAMA passou a administrar o Parque.

Posto de Informação e Controle – PIC, e a residência do colaborador do Parque que trabalhava neste PIC. Em 16 de outubro de 2003 foi aprovada a formação de uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados para avaliar o conflito entre a população local e o IBAMA.

Na ocasião da última invasão, o Parque contava com uma nova administração a qual vinha efetivando uma nova relação com a comunidade, em busca de aproximação, realização de atividades conjuntas em prol do benefício para as duas partes. Após o incidente, o Parque retoma o diálogo com os municípios e hoje vem buscando o desenvolvimento de alternativas de renda na região, como o ecoturismo, e desenvolvendo atividades de educação ambiental, o que tem aproximado e melhorado a relação com a comunidade.

Há muitos fatores, de acordo com a administração do Parque, que justifiquem o fechamento da Estrada, principalmente quando entendido que este se trata de um fragmento isolado de floresta, considerado como uma ilha no meio da intensiva atividade agrícola da região. Entre tais fatores está a fragmentação dos habitats e consequente alteração na dinâmica da floresta. Outra consequência é o efeito de borda, a disseminação de espécies exóticas invasoras, de doenças, o aumento no risco de incêndios, entre outros. Grandes áreas abertas em florestas densas também se constituem em barreiras para o trânsito das espécies animais, além do risco de atropelamento por veículos.

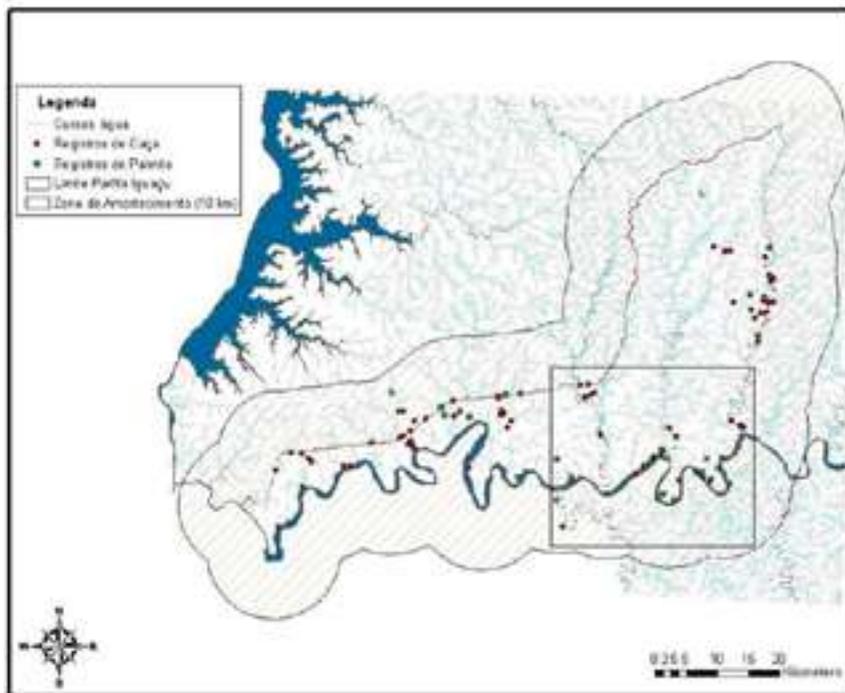
Outro conflito que pode ser favorecido com a permanência da Estrada aberta é a facilidade de entrada de caçadores e coletores de palmito. D'Amico, Costa e Cândido-Jr (2004), em estudo realizado acerca dos impactos dessas atividades sobre o Parque, demonstraram que os níveis de caça têm representado forte ameaça para a fauna local. Perceberam que a ocorrência de atos desta natureza acarreta também na proliferação de espécies exóticas, na disseminação de lixo, inclusive materiais tóxicos como pilhas e baterias, que são utilizados nos acampamentos e como apetrechos das práticas ilícitas.

Os mesmos autores utilizam-se de argumentos que enfraquecem a ideia de que a caça praticada nesta UC se daria para subsistência das populações humanas do entorno. O primeiro argumento tem como base o grau de urbanização dos municípios do entorno, inexistindo comunidades humanas isoladas geograficamente e impossibilitadas do acesso a outras

fontes proteicas. O segundo se fortalece com o nível da estrutura dos acampamentos dentro desta área, onde são encontrados alimentos industrializados, utensílios de alto custo e toda uma complexidade de artimanhas utilizadas para a prática desses crimes o que evidencia seu caráter comercial.

No entanto, políticos da região, que lutavam pela reabertura da estrada, tinham como argumento o fato de que o fechamento implicaria no desenvolvimento econômico dos municípios à margem do Parque, levando a gerar um sentimento de revolta na população que passava a ser incitada a esta luta.

Na Figura 5 é disposto um mapeamento de registros de caça e extração de palmito, realizado pela equipe de fiscalização do Parque Nacional do Iguaçu. Em destaque estão as regiões aproximadas dos municípios de Serranópolis do Iguaçu (ao norte do Parque) e de Capanema (ao sul do Parque). É possível observar que existe uma concentração densa de registros destas práticas localizada nesta área. Essa situação pode estar relacionada com a facilidade que os infratores têm de acessar a área por meio da abertura deixada pela Estrada, que ainda se encontra em vias de recuperação. No município de Capanema, a divisa com o Rio Iguaçu também pode ser uma característica que favoreça a entrada ilegal no Parque.



**Figura 5** – Registros de práticas ilícitas no Parque Nacional do Iguaçu.

Fonte: Parque Nacional do Iguaçu, adaptado.

#### ***4.2.3 Oportunidades – políticas voltadas para a comunidade do entorno***

Da mesma forma como observado na literatura, o Parque recentemente começou a direcionar atenção à sua comunidade de entorno. Mesmo sendo um dos primeiros parques nacionais criado no Brasil, ações envolvendo a comunidade são observadas principalmente a partir do ano de 2000, por meio de educação ambiental, e do ano de 2004 com o Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Entorno. Trata-se de ações que se configuram como oportunidades de aproximação, favorecendo o diálogo a fim de proporcionar à comunidade do entorno um melhor entendimento acerca da UC, bem como o fortalecimento da imagem institucional, buscando refletir no alcance dos interesses das duas partes.

#### ***4.2.3.1 Ações de Educação Ambiental – Escola Parque***

As ações de educação ambiental se dão por meio da Escola de Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu, conhecida por Escola Parque (Figura 6), e foi inaugurada pelo IBAMA em 26 de janeiro de 2000. Por meio de ações pontuais, objetiva a conservação do meio natural e a redução dos impactos causados pela população do entorno. Faz da educação ambiental o instrumento para informar e sensibilizar para a conservação da biodiversidade assim como envolver a população do entorno nas ações de conservação do Parque.



**Figura 6** – Escola Parque situada dentro do Parque Nacional do Iguaçu – PR.  
Foto: Fabiana Faxina

No início do ano de 2005 houve a descentralização da Escola Parque, que até então existia apenas no município de Foz do Iguaçu, dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Neste ano foram criadas bases nas cidades de Capanema e Matelândia, também lindeiras ao Parque, no intuito de otimizar a participação e o envolvimento da comunidade.

Como exemplos de projetos já desenvolvidos, pode-se citar: Curso/laboratório de Educação Ambiental, destinados aos professores dos municípios do entorno; Mostra Anual de Educação Ambiental, onde são apresentados os trabalhos desenvolvidos pela Escola Parque durante o ano; Conhecendo o Parque Nacional do Iguaçu e Visitas Técnicas, que

são atividades realizadas na sede da Escola Parque, com posterior visita ao Parque. Alguns destes projetos são realizados com alunos do ensino fundamental das escolas municipais locais e dos municípios do entorno (Figura 7).



**Figura 7** – Atividades de educação ambiental na Escola Parque do Parque Nacional do Iguaçu – PR.

Foto: Fabiana Faxina

Este último trabalho mencionado acontece desde a inauguração da Escola Parque, onde os grupos interessados agendam a sua visita ao Parque. Estes grupos são compostos de estudantes, professores, associações, grupos da melhor idade, entre outros interessados. Não é uma simples visita às Cataratas. A priori, é realizada uma programação envolvendo palestras, dinâmicas e atividades lúdicas acerca das questões ambientais e também referentes ao local que os participantes estão visitando, que se trata de uma unidade de conservação. Estas atividades são desenvolvidas e acompanhadas por monitores ambientais que

envolvem todo o grupo neste programa de Educação Ambiental. Depois de desenvolvidas estas atividades o grupo é direcionado para conhecer in loco o que acabaram de ver e participar na Escola Parque, por meio das trilhas de reconhecimento, realizando no percurso um trabalho de contato e interpretação da natureza.

#### ***4.2.3.2 Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu – PDTS***

Dentro das oportunidades, será abordado, neste momento, o objeto do presente estudo, que se concentra em uma das ferramentas de manejo do Parque Nacional do Iguaçu voltada para a sua área de influência: o Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu. Este Programa foi planejado pelo IBAMA<sup>30</sup>, em parceria com o Serviço Social Autônomo Ecoparaná<sup>31</sup>, trazendo os segmentos de turismo rural e ecológico como alternativas de desenvolvimento e proteção da área periférica desta UC.

Para compor a descrição do PDTS, em função da insuficiência de registros para tal, recorreu-se essencialmente às entrevistas realizadas com os seus promotores e articuladores locais. Também foram utilizados alguns documentos, referentes aos relatórios mensais de atividades desenvolvidas e de custos expendidos. No entanto, não existiu um projeto que discriminasse exatamente as metas a serem atingidas, com base em diagnósticos dos municípios, ou com dados anteriores ao PDTS, que servissem de parâmetros para se avaliar se tais metas foram cumpridas e, conseqüentemente, se os próprios objetivos do PDTS foram alcançados quando finalizada a sua “primeira fase”. Percebeu-se então, que o Programa, na verdade, compôs-se de um rol de intenções, desprovidas de metas capazes de apontar os seus reais efeitos. Grande parte de

30 Anterior à criação do Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade (ICMBio), que hoje é responsável pela administração do Parque.

31 O Serviço Social Autônomo Ecoparaná foi instituído em 1998, por meio da Lei Estadual nº 12.215/98, na qualidade de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo. Vincula-se, por cooperação, à Secretaria de Estado do Turismo - SETU, órgão responsável pela supervisão organizacional e administrativa, em conformidade com o contrato de gestão que mantém com o Governo do Estado do Paraná. A direção superior do Ecoparaná é constituída pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Disponível em:

<<http://www.ecoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>

tais intenções foram materializadas nas ações que serão descritas e conseguiram, de alguma forma, até apresentar resultados condizentes com os seus próprios objetivos, porém, com base apenas nos depoimentos de seus beneficiários, como será observado na seção seis.

Os interesses pelo desenvolvimento do Programa se originaram na gestão do Parque, que se iniciou em 2003. Havia uma motivação para o desenvolvimento de projetos para o entorno e que proporcionasse uma melhor interação com a comunidade. O Parque, como observado em outras experiências já demonstradas na literatura, estava em seu momento de ruptura com o padrão tradicional de gestão de área protegida, onde as populações humanas são excluídas desse processo e as ações de gestão são concentradas do limite para dentro da unidade. Dava-se, então, início aos diálogos com estas comunidades que contornam diretamente o Parque, ampliando, desta forma, a gestão da UC para além de seus limites.

A administração identificou, então, o turismo como um segmento da atividade econômica que pudesse ser desenvolvido de modo ordenado, acarretando impactos negativos pouco expressivos para o meio ambiente, mas que pudesse proporcionar geração de emprego e renda. Outro motivador foi o fato de o incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios do entorno já estar previsto no plano de manejo.

Neste contexto, é importante destacar que, mesmo o Parque com toda sua área e delimitando-se diretamente com dez municípios, a concentração turística sempre ocorreu no município de Foz do Iguaçu, onde está localizado seu principal atrativo, as Cataratas do Iguaçu. Embora detentora de grande parte do mérito da atratividade do Parque, não se deve desmerecer, no entanto, as distintas formas de belezas naturais encontradas no entorno. Porém, o êxito da atividade turística no município de Foz do Iguaçu decorre de variáveis ambientais, econômicas, geográficas, culturais, históricas, entre outras, que em seu conjunto contribuem para a expressividade da atividade local, análise esta que o presente trabalho não pretende aprofundar em função de sua complexidade. Neste sentido, é importante mencionar as características desse município, a fim de facilitar o entendimento de que a atividade turística nos demais municípios do entorno ainda é muito incipiente, não dispondo de variáveis comparáveis com as observadas em Foz do Iguaçu.

Este cenário nos remete a outra intenção do Parque, a de desconcentrar o fluxo turístico do município de Foz do Iguaçu, criando opções para conhecer o que se poderia denominar como o outro lado do Parque. O lado que, generalizando, a mídia não conhece, o trade turístico não trabalha, os “gringos” não imaginam que exista. Para isso, uma das primeiras ações realizadas pelo PDTS foi uma pesquisa de opinião com os visitantes das Cataratas do Iguaçu, no intuito de verificar se tinham interesse em conhecer o entorno, sendo este positivo.

O Parque foi em busca disso, amparado pelo plano de manejo, e conseguiu uma conversão de multa em prestação de serviço técnico especializado. Isso se deu em função do estado do Paraná empreender, sem o devido licenciamento ambiental, bases náuticas beirando o Lago de Itaipu, na região oeste do estado, para os Jogos Mundiais da Natureza, motivo que levou o IBAMA a multá-lo em quatrocentos mil reais.

No início, quando acordada a conversão de multa entre o governo federal, por meio do IBAMA, e o governo estadual, representado pela Ecoparaná que detinha um contrato de gestão com o Paraná, ficou estabelecido que fosse elaborado um projeto técnico que motivaria o desenvolvimento do turismo, na modalidade rural, nos municípios do entorno do Parque. Desse modo, era sugerido que o Parque implantaria este projeto nos municípios, não havendo envolvimento da Ecoparaná nas ações de implantação.

No entanto, a chefia do Parque, que estava assumindo a gestão da unidade na época, representada pela pessoa do Sr. Jorge Luiz Pegoraro, decidiu que essa forma de implantação do projeto não seria interessante para o Parque. Uma das questões se dava em função da história de conflitos que a UC apresentava com seu entorno, o que exigia uma aproximação que ocorresse de forma dinâmica com as comunidades.

O interesse do Parque seria a realização de trabalhos conjuntos entre a Ecoparaná, com o suporte técnico na área de turismo, e o Parque, com o conhecimento na área ambiental. Neste sentido, o plano de trabalho, ora elaborado, fora reformulado inserindo a Ecoparaná juntamente no processo de aplicação das ações no entorno. Assim, esta assumia a figura de parceira, porém usando de um recurso que o IBAMA poderia utilizar para qualquer fim, já que este provinha de uma multa.

Desta forma, foi elaborado um termo de compromisso de conversão

de multa entre a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Turismo e o Serviço Social Autônomo Ecoparaná, na condição de compromitente, e o IBAMA, na condição de compromissário. O objetivo do termo seria:

adoção de medidas específicas, tendentes a promover a melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente<sup>32</sup>, mediante indenização sob a forma de prestação não pecuniária, mediante conversão da pena da Multa Administrativa (...) em prestação de serviços relativos ao Plano de Desenvolvimento Turístico do Entorno do Parque Nacional do Iguaçu, em cooperação com o IBAMA e com os municípios limieiros ao Parque. (Termo de compromisso de conversão de multa – GAB/IBAMA/PR nº. 04/2003, p. 2).

Observa-se que a “adoção de medidas específicas” sinaliza para o que o PDTS acabou promovendo: ações com os municípios do entorno, não sendo necessariamente ações contempladas num programa, que tivesse como base de avanço o diagnóstico identificados e que possibilitasse uma avaliação do pós programa, comparando-se, assim, com a realidade anterior.

Em “tendentes a promover a melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” denota a característica da multa que o IBAMA aplicou sobre o estado do Paraná, de onde se originaram os recursos destinados ao PDTS, firmando-se então, as formas de sua utilização, por meio deste termo de compromisso de conversão de multa.

O cumprimento dos compromissos previstos nesse termo levaria à extinção da multa pecuniária que o IBAMA havia aplicado ao estado do Paraná. De acordo com o termo ficaria de responsabilidade da Ecoparaná a elaboração e coordenação do PDTS, de acordo com as orientações já delegadas no Plano de Manejo do Parque e seguindo os aspectos firmados no termo:

Oficinas de planejamento – previa a realização de oficinas com todos os municípios envolvidos, com participação dos representantes do poder público (sendo aqueles que atuariam diretamente com o PDTS), da iniciativa privada e do terceiro setor. Essas oficinas previam o alcance do consenso no que se refere às metas, às ações desenvolvidas para alcançá-las e à definição de responsabilidades quanto à execução das tarefas.

---

32 Grifo nosso.

Formatação de produtos turísticos – com ênfase nos que fossem relacionados com o Parque, levando em conta o potencial existente em cada município, contemplando localização desses produtos, necessidades de infraestrutura e definição de programa arquitetônico.

Capacitação profissional e fortalecimento institucional – que direcionava para a elaboração de programas de capacitação e de fortalecimento institucional, de acordo com as carências identificadas nesses quesitos, garantindo a qualidade na oferta dos serviços turísticos e a gestão eficiente da atividade por parte do poder municipal.

Por se tratar de uma conversão de multa, os custos oriundos da realização do PDTS deveriam ser cobertos pela Ecoparaná, devendo esta apresentar relatórios mensais ao Parque, no que se refere à prestação de contas e evolução dos trabalhos desenvolvidos. Estes relatórios, na verdade, foram os únicos registros encontrados do PDTS e que dispunham, mais especificamente, da caracterização da atividade realizada, dos recursos envolvidos, da quantidade de pessoas envolvidas, seguida de lista de presença com assinatura dos participantes.

O novo plano de trabalho previa a participação da comunidade nos processos decisórios e o seu início ocorreria em 2003. Porém neste mesmo período houve a última reincidência de movimentação da população contra a Estrada do Colono. Tais conflitos impediram o início dos trabalhos previstos, sendo, então, retomados no ano de 2004.

A princípio, o Programa abrangeria somente os dez municípios que limitavam-se imediatamente com o Parque, no entanto as ações foram estendidas a outros dois. Os trabalhos se iniciaram por meio de contato com as prefeituras, já que o Programa previa a participação destas instituições enquanto parceiras. Assim, todas as prefeituras dos municípios que seriam envolvidos foram visitadas pela equipe técnica do PDTS. O ressentimento existente na região quanto aos conflitos referentes à Estrada do Colono foi um fator que dificultou, de certo modo, os contatos com os municípios. Havia uma desconfiança por parte da população local quanto às intenções do IBAMA, já que a mesma via no Parque um ente repressor, em função dos conflitos referentes à própria Estrada, bem como à caça e extração de palmito. Porém, ao apresentar a proposta do Programa e inserir as prefeituras como parceiras deste projeto, obteve-se total aceitação.

No entanto, alguns ainda tinham em mente a ideia de que tal proposta poderia vir a motivar ou facilitar uma reabertura da Estrada, ou mesmo que esta seria utilizada como um produto turístico, ou algo do gênero. Contudo, as ações do PDTS foram mostrando que o caminho não era esse e que o incentivo de uma alternativa econômica para os municípios sempre foi o objetivo maior, imbuído da tentativa de amenizar tais conflitos, por meio de ações que instigassem as populações ao fato de que o Parque conservado poderia ser muito mais interessante a elas, do que o Parque enquanto alvo destes conflitos.

Neste contexto, a parceria estava estabelecida entre as três esferas públicas de governo, representadas pelo IBAMA, sendo um instituto federal; pela Ecoparaná, enquanto uma autarquia do estado do Paraná, e com as prefeituras municipais. As prefeituras, por sua vez, assumiam o papel de facilitadoras no contato com os atores locais que seriam abrangidos pelo Programa. Desse feito, é interessante destacar que os promotores do Programa não selecionaram, se assim pode-se dizer, os seus participantes, sendo tal “escolha” feita por cada prefeitura, cada qual com seus critérios particulares, aderindo, desta forma, os que, porventura, foram convidados e aderiram ao Programa.

Estabelecidas as parcerias, foram realizadas várias reuniões envolvendo os representantes das três esferas do poder público e os proprietários rurais que seriam beneficiários das ações do PDTS. Em função da própria concepção da atividade turística, enquanto algo novo apresentado àquelas comunidades, alguns municípios tiveram mais dificuldade em compreender o desenrolar das ações. Dificuldades estas observadas no início dos trabalhos, as quais foram sendo amenizadas com reuniões, oficinas, cursos entre outras ações realizadas com os participantes de todos os municípios.

Esta seria a primeira ação conjunta, de iniciativa do Parque, voltada para a sua área de influência, em consonância com as prefeituras, representada por unanimidade de aceitação da proposta. Consolidava-se o início do PDTS. O Programa se propunha, de acordo com o IBAMA (2006), com os objetivos de incentivar o turismo como alternativa econômica de baixo impacto, estimular o desenvolvimento integrado dos municípios, promover a conservação ambiental, a criação e o fortalecimento de associações e cooperativas que objetivassem a

sustentabilidade da atividade turística.

Os trabalhos foram desenvolvidos utilizando-se da metodologia de planejamento participativo, permitindo aos atores a troca de informações, experiências e ideias, na busca do consenso na tomada de decisão, gestão e planejamento das ações.

De acordo com o a administração do Parque e com a Ecoparaná, até no ano de 2007, foram desenvolvidas as seguintes fases:

a) Planejamento turístico do programa: que ocorreu por meio da análise inicial do Plano de Manejo, identificando as permissões de uso que o mesmo previa para a área de influência, bem como algumas ações que já estavam previstas. Também foram utilizados trabalhos de consultoria existentes que apresentavam diagnósticos das potencialidades turísticas da região. Nesta fase foram realizadas oficinas nos municípios para a identificação de alternativas para o desenvolvimento turístico.

b) Levantamento do potencial turístico, identificando os atrativos existentes, bem como os equipamentos da oferta turística regional. Com o intuito de traçar as vocações turísticas características da região, foram realizadas reuniões com o poder público e o setor privado de cada localidade. Esta fase ocorreu num estágio pós-oficinas de planejamento, o que propiciou a facilitação do entendimento dos participantes para identificar e caracterizar os atrativos turísticos existentes em suas propriedades, ou mesmo em outras áreas de seus municípios. De posse das informações dos participantes, as áreas identificadas foram visitadas, cadastradas e compuseram o diagnóstico turístico da região.

c) Mapeamento turístico, que se deu posteriormente à identificação das áreas prioritárias. O mapeamento possibilitou identificar a localização das potencialidades turísticas, suas formas de acesso e características locais. Depois do mapeamento, foram feitas visitas técnicas nos municípios para compor o diagnóstico turístico de cada qual e a confirmação dos proprietários rurais que estavam realmente interessados em trabalhar com a atividade turística.

d) Sensibilização turística em diferentes fases do processo, por meio de realização de oficinas participativas com os envolvidos. Este procedimento buscava motivar a participação e envolvimento da comunidade, poder público local e iniciativa privada nas fases do Programa, destacando a importância econômica, social e ambiental que

possibilitava a atividade turística. Os resultados oriundos dos processos de sensibilização nortearam as ações do Programa, que tem por princípio ser amparado na visão da comunidade. O termo turismo ainda era novo para muitos participantes. Além das oficinas, entre outros trabalhos realizados, também houve estudos de caso, elaboração e confecção de material informativo, produção e apresentação de peça teatral.

e) Promoção da participação dos atores locais e regionais, a fim de que a visão regional prevaleça, incentivando, desta forma, o fortalecimento municipal e conciliação dos interesses da UC e da comunidade do entorno. Para o fortalecimento do processo e que este ocorra de forma independente, é necessário que os grupos locais estejam organizados por meio de associações e cooperativas.

f) Caravanas técnicas, possibilitando ao proprietário rural do entorno o contato com outras realidades que apresentavam experiências semelhantes, como o desenvolvimento de roteiros de turismo rural e também a participação em eventos relacionados ao meio ambiente, à organização da propriedade rural e à promoção do turismo.

g) Treinamento e qualificação profissional, no intuito de fomentar o desenvolvimento da atividade turística com qualidade nos serviços prestados. Entre as temáticas contempladas pelos cursos oferecidos estava o meio ambiente, organização da propriedade rural para a atividade turística e atendimento com qualidade. Para contribuir com esse processo, foram realizados cursos e reuniões com discussão orientada para o desenvolvimento do turismo como alternativa socioeconômica para a região. Outros cursos também foram promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. Em 2006, foi realizado o primeiro Seminário de Turismo Sustentável, ocorrido em Foz do Iguaçu, onde os participantes receberam treinamentos referentes à elaboração de projetos turísticos e captação de recursos, gestão ambiental da propriedade rural e qualidade no atendimento, bem como foram apresentados alguns resultados oriundos do PDTs.

h) Adequação ambiental, por meio de orientações técnicas aos proprietários rurais referentes à regularização ambiental (averbação de reserva legal, proteção de matas ciliares, licenciamento de atividades econômicas) de suas respectivas áreas. No processo de adequação ambiental houve envolvimento do Instituto Ambiental do Paraná

(IAP), órgão responsável pelos assuntos ambientais no estado, e do IBAMA. Ocorreram reuniões públicas em todos os municípios, onde os participantes traziam as particularidades de suas propriedades. Foram realizadas visitas nas propriedades e distribuição de material informativo. No município de Capanema foi composto um grupo de trabalho para tratar da recomposição florestal e do uso turístico das áreas de preservação permanente, localizadas nas propriedades lindeiras ao Rio Iguaçu.

i) Formatação de roteiros e produtos turísticos, possibilitando a estruturação da oferta turística dos municípios. De posse de todos os resultados obtidos nas fases anteriores, a estruturação da oferta turística para a composição de um roteiro pode ser observada, de forma mais expressiva, nos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu.

Outros projetos específicos foram desenvolvidos de acordo com as particularidades de cada município, relacionados sobremaneira à sua identidade turística, entre eles de sinalização turística rodoviária e estudos de projetos arquitetônicos de infraestrutura turística.

Neste momento cabe um destaque concernente aos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, que foram os municípios que esse trabalho se propôs a pesquisar. Serão mencionados os fatores que motivaram a escolha de tais municípios e, finalizando, será feita uma caracterização específica de cada qual, contextualizando a atividade turística e o resultado observado, respectivamente:

a) Localização geográfica: este fator se deu em função destes municípios serem os extremos da antiga Estrada do Colono, o que, como já visto no histórico de conflitos do Parque, seriam os municípios “sentimentalmente” mais afetados pelo fechamento desta Estrada. Logo, os municípios aonde, historicamente, a UC vem registrando mais conflitos com a comunidade do entorno e que mereceram mais atenção do PDTS em função da amenização destes. Por localizar-se nos extremos da Estrada, também possuem o facilitador para a entrada de infratores nos perímetros do Parque, já que nesta área a vegetação ainda se encontra em estágio de recuperação.

b) Situação da atividade turística, enquanto resultado do PDTS: apesar de o Programa ter se desenvolvido de acordo com as fases já descritas, o mesmo resultado não foi obtido em todos os municípios do entorno. É claro que diversos fatores estão relacionados para o

alcance, ou não, de determinados objetivos, o que não tornaria possível uma comparação equitativa entre os demais, cujos resultados para a atividade turística foram incipientes. Tais resultados também foram mais expressivos nestes municípios em função de demandarem maior número de ações do PDTS, uma vez que a atividade turística já se encontrava em um estágio mais avançado quando do início do Programa, se comparado às demandas dos demais municípios.

c) Fases atingidas do Programa: foram os dois municípios que mais fases cumpriram. É bom destacar que o desenvolvimento do Programa se deu, em grande parte, em função das demandas apresentadas pelos municípios, ou seja, pelos interesses locais externados em necessidades de novas ações, de projetos específicos, entre outros fatores que certamente colaboraram para propulsionar a atividade turística de cada qual, como já mencionado.

No período entre o final do ano de 2007 a início de 2008 foram desenvolvidas as últimas ações do PDTS. Nesta época os trabalhos estavam mais voltados para Capanema e Serranópolis do Iguaçu. A partir dessa, que seria a primeira fase do Programa, os municípios deveriam dar continuidade nas ações buscando eles mesmos suas próprias parcerias. O recurso existente para essas ações se findaria, o que comprometeu o acompanhamento mais próximo da equipe técnica com os municípios. Isso também se caracterizou com uma dificuldade na continuidade das ações, uma vez que os promotores tinham interesse, no entanto não havia recurso financeiro para tal continuidade.

Quanto à questão financeira, no ano de 2009 o município de Matelândia, um dos abrangidos pelo PDTS, conseguiu viabilizar recursos para revitalizar a Estrada Velha de Guarapuava<sup>33</sup>. O projeto foi elaborado por iniciativa do município, com apoio do Parque, e a verba angariada proveio do Ministério do Turismo. Exemplo como este é apontado pela administração do Parque como algo que os demais municípios deveriam se propor a fazer: em função de suas necessidades, elaboram o projeto com o apoio técnico tanto do Parque quanto da Ecoparaná, a fim de facilitar o acesso a outras fontes de recursos que não emanassem apenas

---

<sup>33</sup> Estrada que ligava Foz do Iguaçu a Curitiba, passava pelo município de Guarapuava e que ficou inutilizada após a implantação da BR 277. Hoje integra a área rural dos municípios que contornam o Parque, passando por Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia e Céu Azul.

do Parque.

Essa iniciativa é mais bem observada no município de Capanema. No entanto, não há como negar uma desaceleração do PDTs, restando apenas algumas ações promovidas pelos municípios. Assim, serão apresentadas, na sequência, mais informações sobre os municípios estudados.

#### **4.2.3.2.1 Capanema**

O município de Capanema se localiza na faixa de fronteira do Brasil com a Argentina, na região Sudoeste do Paraná, distante 560 km do município de Curitiba, capital do estado, e 231 km de Foz do Iguaçu. Situa-se ao sul do Trópico de Capricórnio, latitude 25°35', longitude 53°33'. A área total do município é de 419 km<sup>2</sup> e a altitude de 350 m. Seu clima é subtropical e seu relevo é suave, constituído de planaltos poucos ondulados, com pequenas planícies que margeiam o Rio Iguaçu. Seus limites são: ao norte os municípios de Matelândia, Serranópolis do Iguaçu, Céu Azul e Capitão Leônidas Marques; a leste o Rio Capanema, que separa o Município de Realeza; a oeste o Rio Santo Antônio, que faz divisa com a Argentina, e a sul com o Município de Planalto (CAPANEMA, s/ data).

Ainda de acordo com dados dispostos pela Prefeitura Municipal, observa-se que a história de Capanema é marcada pela existência de alguns conflitos territoriais. Em 1885, a região onde está localizado o município, que vai do Sudoeste do Paraná até o Oeste de Santa Catarina, passa a pertencer ao território brasileiro. Decisão que foi tomada pelo Presidente Grover Cleveland dos Estados Unidos. Por volta da década de 50 foram surgindo os primeiros imigrantes de origem predominantemente italiana e alemã que vieram dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, iniciando um pequeno povoado.

Capanema é desmembrada do município de Clevelândia no ano de 1951 pela Lei Estadual no. 790, porém somente no ano seguinte seria elevada definitivamente para a categoria de município. É no ano de 1952 que se realiza a primeira eleição para o cargo de Prefeito Municipal. Esse processo de escolha por meio do voto vai até 1969 quando o município passa a fazer parte da área de segurança nacional, sendo seus prefeitos nomeados pelo presidente da república, período este que perdurou até 1986, de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Capanema.

A ocupação do seu território ocorreu de forma a não considerar a legitimidade de seu domínio e posse, possibilitando muitos conflitos. Nesse sentido, as companhias de colonização começaram a vender terras de forma desordenada o que geravam superposições de títulos com posse efetiva de posseiros. O auge desses conflitos foi no ano de 1957 com a revolta geral no Sudoeste Paranaense, também chamada de Revolta dos Colonos<sup>34</sup> (CAPANEMA, s/ data).

Ainda de posse de dados da prefeitura municipal, mediante estes problemas na tentativa de resolver ou mitigá-los, entra em ação o Grupo Especial de Ordenamento Territorial do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Sua função seria a legitimação da posse das terras e o cancelamento dos títulos dos quais eram duvidosos. Anos mais tarde o governo declara zona prioritária para fins de reforma agrária e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) soluciona os impasses de posse de terras e titulações respectivas.

A população aproximada do município é de 18.655 habitantes, onde cerca de 51,5% vivem na área urbana e 48,5% em área rural. As atividades econômicas que mais empregam são as relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, ocupando 57% da população economicamente ativa, que somam 10.101 pessoas (IBGE, 2007). Pode-se considerar que as atividades turísticas existentes no município facilitaram que o mesmo atingissem os resultados com as ações do PDTS, se comparado com os demais municípios participantes. Antes mesmo do início do programa já existiam alguns equipamentos turísticos que eram explorados, em sua maioria, por proprietários rurais, a exemplo dos balneários e das agroindústrias. Porém, a atividade turística ocorria de forma incipiente, os equipamentos que compunham a oferta turística local não apresentavam padrões que pudessem se equiparar a destinos consolidados que dispusessem de atratividade semelhante.

---

34 Tratou-se de um movimento complexo dos colonos contra a Companhia de Terras CITLA (Clevelândia Industrial Territorial Ltda), uma das companhias colonizadoras que mediu as transações de terra na região (PASSOS, 2008). O estado concedia terras demarcadas em carta geográfica a estas companhias, mas estas não tinham “por base uma observação da realidade social e ecológica destas regiões”, resultando em conflito agrário. Essas companhias contratavam jagunços, oriundos de outras localidades, que “assassinavam famílias inteiras acabavam com suas roças e casas e depois iam comemorar sujos de sangue em algum boteco a contar suas façanhas”. Ainda nos dias atuais tais fatos são tidos como tabu dos quais as pessoas não querem comentar, sendo muitas delas envolvidas diretamente ou que tenham algum ancestral que se envolveu nesse conflito (PARANÁ).

O diferencial de Capanema, perante os demais municípios do entorno, é a sua localização geográfica em relação ao Parque. O município é margeado pelo rio Iguaçu, e, do outro lado da margem, a mata densa do Parque, enquanto os demais fazem divisa seca com o paredão verde (Figuras 8 e 9). Com sua cultura tradicional é forte produtor orgânico e incentiva a agricultura familiar.

Capanema já havia participado do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT35, do governo federal. Porém, perdeu a titulação, pois não desenvolveu as ações exigidas, provavelmente pelo fato de a pessoa que era responsável, na época, não ter permanecido na prefeitura, já que não fazia parte do quadro efetivo de servidores municipais.



**Figura 8** – Corredeiras do Faraday – Rio Iguaçu, Capanema, Paraná.

Foto: Fabiana Faxina.

---

35 Esse programa teve início no ano de 1994 como um programa de gestão do turismo que buscou como resultado a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Teve como referência para sua estruturação os instrumentos operacionais elaborados pela Organização Mundial do Turismo – OMT, e trata-se do maior esforço já feito no Brasil pelo desenvolvimento do turismo sustentável (Avançar Brasil, 2002).



**Figura 9** – Margem capanemense do Rio Iguaçu, ao fundo Parque Nacional do Iguaçu.

Foto: Fabiana Faxina

É importante contextualizar que a atividade turística não existe por si só, não é só de belas paisagens ou da vontade da comunidade que um destino se torna notável, desejável e estruturado para a atividade. No entanto alguns fatores colaboraram para Capanema atingir um estágio mais avançado dentro do PDTS e a organização local propiciou resultados que foram além do município de Serranópolis do Iguaçu. Descrever-se-á, na sequência, tais fatores e, de modo sucinto, como ocorreu a participação do município no Programa.

Assim como os demais, houve o convite para participar do Programa por meio da Prefeitura Municipal, que destinou a Secretaria de Agricultura para tratar do assunto. No ano de 2004, após as primeiras oficinas, foi realizado um teste de um roteiro piloto, que ocorreu durante a 13ª Feira do Melado<sup>36</sup>. Isso foi possível em função da participação do município no PNMT, ou seja, eles já possuíam um projeto de roteiro e conseguiram, nos primeiros meses de ações do PDTS, colocá-lo em teste num evento de ampla abrangência regional.

<sup>36</sup> Trata-se de uma feira que ocorre a cada dois anos e conta com exposição agroindustrial, mostra de gado leiteiro, atrações culturais, e tem como produto símbolo o melado, bem como derivados da cana-de-açúcar. O evento, de abrangência regional, vem crescendo a cada edição e chegou a receber 40 mil pessoas no ano de 2008, de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Capanema.

Do ano de 2004 para 2005 houve mudança na administração municipal, em função das eleições municipais que ocorreram em 2004. Desta forma, foram-se enfraquecendo as atividades que já vinham sendo desenvolvidas pelo Programa. No entanto, os promotores começaram a cobrar a participação do município, resultando na contratação de uma funcionária, pelo próprio Programa. A equipe técnica era itinerante, composta por colaboradores que prestavam serviço para o IBAMA e a Ecoparaná, residentes em Foz do Iguaçu e Curitiba respectivamente, e que circulavam nos municípios em função das ações desenvolvidas. A esta equipe foi acrescida uma pessoa, residente em Capanema, específica para acompanhar o andamento das atividades neste município, juntamente com os demais integrantes.

Percebe-se, neste momento, um investimento diferenciado em pessoal para facilitar o desenvolvimento destas ações e atender melhor aos anseios dos participantes. É bom destacar que Capanema é o município mais distante de Foz do Iguaçu, onde se localiza a administração do Parque, fator limitante para viabilização das consultorias oferecidas pelo programa, assim como para atender às necessidades deste município.

No final do ano de 2005 foi criada a Associação de Turismo Doce Iguassu, sociedade civil, com fins não econômicos. Seus objetivos são: contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos associados, por meio da organização da atividade turística; valorizar esta atividade; resgatar a identidade cultural; sensibilizar a população local quanto ao potencial turístico do município, e divulgar o roteiro de turismo rural Doce Iguassu (DOCE IGUASSU, s/ data).

O ano de 2006 iniciava-se marcado por momentos muito importantes para a configuração do cenário que colaboraria para estruturação da atividade turística, sendo eles:

a) Criação do departamento municipal de turismo: ao findar-se o contrato da funcionária disponibilizada para acompanhar o Programa no município e por não haver possibilidade de recontração nesta função, a prefeitura municipal cria o Departamento de Turismo, subordinado à secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, e contrata a mesma pessoa para assumir a diretoria desse novo departamento.

Observa-se uma iniciativa do poder público local, assumindo seu papel de parceiro no processo que envolve o PDTs, e criando esta

repartição na administração pública, específica para atender ao mesmo objetivo que o Programa se propunha: desenvolver a atividade turística no município.

b) Inserção do município no Programa de Regionalização do Turismo<sup>37</sup>: estabelecida a associação, o município ganha forças para se inserir em mais um programa do governo federal, o de regionalização do turismo. Neste programa, o município participou de todas as fases e, juntamente com os municípios de Santo Antônio e Barracão, passou a compor um roteiro de turismo regional.

c) Lançamento do roteiro do Turismo Rural Doce Iguaçu: na 14<sup>o</sup> Feira do Melado<sup>38</sup> foi lançado o Roteiro de Turismo Doce Iguassu.

O ano de 2008 é marcado pelas últimas ações que o PDTS, apoiado por sua equipe técnica, desenvolveria em Capanema. Em função do esgotamento dos recursos financeiros do Programa nesse ano, e, pelos promotores esperar que os municípios “caminhassem com as próprias pernas”, grande parte do entusiasmo do município e dos produtores rurais foram minimizados.

No entanto, com o intuito de fortalecer a parceria já estabelecida entre o Parque, Ecoparaná, Associação de Turismo Doce Iguaçu e Prefeitura Municipal, esta última, no ano de 2009, buscou estabelecer parceria também com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE).

#### **4.2.3.2.2 Serranópolis do Iguaçu**

O município de Serranópolis do Iguaçu originou-se da união de dois distritos desmembrados de Medianeira – Flor da Serra e Jardimópolis – pela Lei 11.218 de 13 de dezembro de 1995 e data de 1<sup>o</sup> de janeiro de 1997 sua instalação (IBAMA, 1999), o que, de acordo com Bonassa (2004), resultou em formas alternadas de colonização deste município.

O município dista 590 km da capital do estado e 75 km de Foz do

---

<sup>37</sup> O Programa de Regionalização do Turismo trata-se de um macroprograma do Ministério do Turismo, que tem como estratégia as regiões turísticas para fins planejamento e gestão da atividade. Constitui a referência da base territorial do Plano Nacional de Turismo. O programa já mapeou 200 regiões turísticas no Brasil, o que compreende 3819 municípios, e para o Ministério do Turismo, é um dos seus principais elementos de execução da política nacional de turismo.

<sup>38</sup> De acordo com administração do Parque, na 15<sup>a</sup>. Feira do Melado, que ocorreu em agosto de 2008, seiscentas pessoas se inscreveram no *stand* do Parque Nacional do Iguaçu para conhecer o roteiro.

Iguaçu. Localiza-se ao sul do Trópico de Capricórnio, latitude 24°25'00" sul e longitude 54°02'00" oeste e está a 335 m de altitude (IPARDES, 2009).

De acordo com o IBGE, a área total compreende aproximadamente 486 km<sup>2</sup>, das quais cerca de 290 km<sup>2</sup> são terras abrangidas pelo Parque Nacional do Iguaçu, de acordo com o Plano de Manejo do Parque. Ao contrário de Capanema, faz divisa seca com o Parque (Figura 10).



**Figura 10** – Divisa da área rural do município de Serranópolis do Iguaçu (à esquerda) com o Parque Nacional do Iguaçu (à direita).

Foto: Fabiana Faxina.

Segundo o IBGE, a população aproximada é de 4.400 habitantes, onde cerca de 60% destes vivem na área rural. As atividades econômicas que mais empregam são as relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, ocupando 63% da população economicamente ativa, que somam 2.695 pessoas (IBGE, 2007).

Ao contrário do município de Capanema, Serranópolis do Iguaçu começou a estruturar a sua atividade turística quando do início do PDTS. A Secretaria que se incumbiu de atuar junto ao PDTS foi a de Indústria e Comércio, tendo parceria também com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

A agroindústria já era uma atividade explorada pelo município e

foi incorporada nas ações que o Programa abarcaria. Foram convidados produtores rurais que tinham algum potencial na propriedade ou que tivessem interesse em desenvolver atividades relacionadas à agricultura familiar, equipamentos de lazer e hospedagem, entre outros.

Alguns proprietários rurais se inseriram nas atividades do PDTS, somando oito propriedades que estavam trabalhando para formatar um roteiro de turismo rural. Existia uma iniciativa destes proprietários em compor uma associação, algumas reuniões foram realizadas, porém o estatuto ainda não havia sido submetido à aprovação, até o momento de finalização das pesquisas de campo deste trabalho.

Serranópolis do Iguaçu desenvolve anualmente, desde 2004, o Arrancadão de Jericos<sup>39</sup> (Figuras 11 e 12) que tem como atração principal a corrida no “jericódromo”<sup>40</sup>. O evento também conta com exposição industrial, de produtos coloniais locais, feira de artesanato, praça de alimentação, parque de diversão e atrações artísticas e culturais (Figuras 13 e 14). Conjuntamente ocorre a feira do produtor com participação dos proprietários rurais que fazem parte do PDTS. De acordo com os organizadores, no ano de 2009 totalizaram mais de 10 mil pessoas que frequentaram os três dias de evento.

Algumas propriedades, hoje abrangidas pelo PDTS, já haviam participado, junto com o município de Medianeira, do projeto Lindeiros, dos Caminhos do Lago de Itaipu, que se trata de um Instituto que visa organizar, desenvolver e promover a atividade turística de dezesseis municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. Por Serranópolis do Iguaçu não estar nessa classificação, uma vez não ser banhado por este lago, tais propriedades que participaram o fizeram por iniciativa própria e por meio do município de Medianeira.

---

<sup>39</sup> Pequeno veículo com motor e carroceria adaptada, é tido como instrumento de trabalho no campo.

<sup>40</sup> Nome da pista onde ocorre a corrida com os jericos.



**Figura 11** – Largada do Arrancadão de Jericos – Serranópolis do Iguaçu.



**Figura 12** – Arrancadão de Jericos – Serranópolis do Iguaçu.

Foto: Fabiana Faxina



**Figura 14** – Produtos coloniais locais expostos no Arrancadão de Jericos – Serranópolis do Iguaçu.



**Figura 13** – Produtos artesanais locais expostos no Arrancadão de Jericos – Serranópolis do Iguaçu.

Um comparativo entre os municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu acerca do desenvolvimento da atividade turística, paralelo às ações do PDTS, é disposto no Quadro 2, com base nas informações apresentadas pelos articuladores locais de cada qual.

Com base na contextualização dos municípios, pode-se notar que Capanema detém algumas vantagens, perante Serranópolis do Iguaçu, quanto ao número de ações motivadas não só pelo PDTS, mas também por iniciativa do poder público local, e também pela organização em que se encontram os beneficiários.

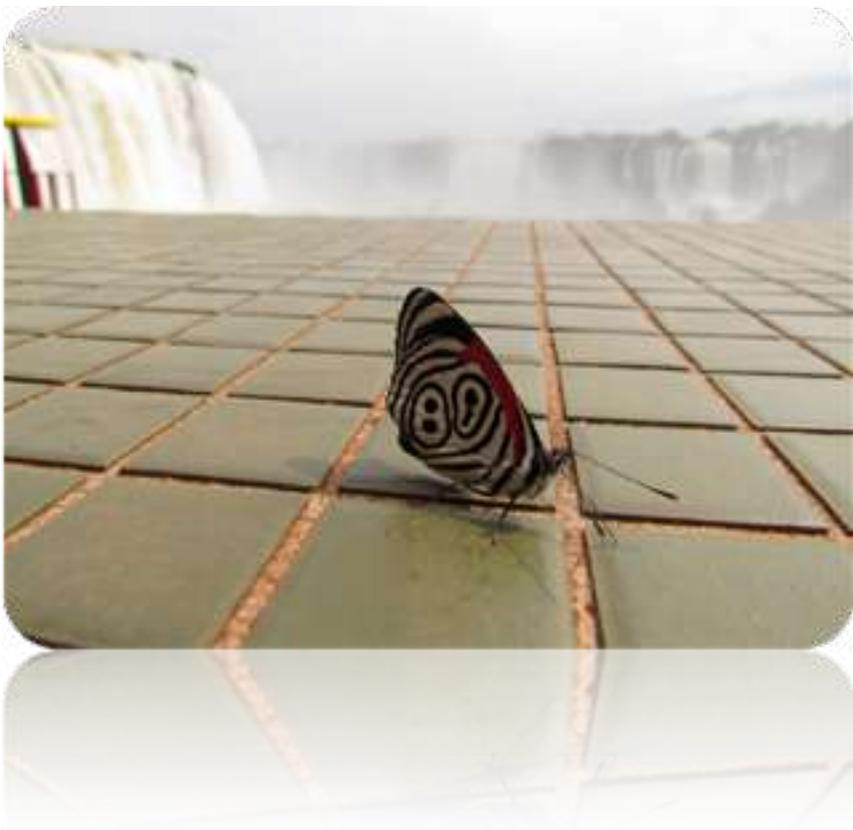
**Quadro 2** – Quadro comparativo das principais ações desenvolvidas em prol da atividade turística, paralelo ao PDTS, por ano e por município.

Ano	Ações	
	Capanema	Serranópolis do Iguaçu
2004	- Participação do município no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).	- Participação de algumas propriedades no Projeto Lindeiros – Caminhos do Lago de Itaipu.

2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratação de uma colaboradora pelo PDTS para atuar neste município.</li> <li>- Fundação da Associação Doce Iguaçu.</li> </ul>	
2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não prosseguimento por parte do município nas ações do PNMT.</li> <li>- Criação do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal.</li> <li>- Participação do município no Programa de Regionalização do Turismo.</li> <li>- Lançamento do Roteiro Doce Iguaçu.</li> </ul>	
2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução das ações do PDTS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Início da organização da associação.</li> <li>- Redução das ações do PDTS.</li> </ul>
2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Últimas ações promovidas pelo PDTS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Últimas ações promovidas pelo PDTS.</li> </ul>
2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Início da parceria com o SEBRAE.</li> </ul>	

Composta a descrição do contexto em que emerge o objeto do presente estudo, passa-se para os procedimentos metodológicos que nortearam os passos dessa pesquisa.





*Borboleta repousando - Cataratas do Iguaçu, Paraná, outono de 2009.  
Foto: Fabiana Faxina*

---

## **5 - PASSOS DA PESQUISA: EM BUSCA DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL**

---

## 5.1 Perspectiva de estudo

Para atingir ao objetivo deste trabalho, que é analisar as experiências de ações de turismo sustentável do PDTS no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, no que se refere às mudanças em relação ao manejo do meio ambiente e o efeito na renda dos beneficiários, foram adotados alguns procedimentos metodológicos, que serão descritos a seguir.

A pesquisa é de caráter interdisciplinar e, no que se refere a seus objetivos, foi dividida em duas fases. Na primeira, de caráter exploratório, foram levantados os dados bibliográficos que subsidiaram o referencial teórico da pesquisa, bem como os dados documentais referentes a contextos históricos, legais, regimentais e estruturais que permearam o entendimento do objeto desse estudo.

Assim, na segunda fase, foram coletados os dados primários da pesquisa, sendo esta fase de caráter descritivo, utilizando-se um roteiro semiestruturado de entrevista, como será detalhado na delimitação do estudo. Também foram feitas novas consultas documentais.

## 5.2 Delimitação do estudo

O objetivo principal da pesquisa de campo foi coletar dados para analisar a participação e o interesse das pessoas que foram diretamente envolvidas com as ações PDTS e, também, verificar o comprometimento prático para com as questões relacionadas à minimização das possibilidades de impactos ambientais negativos e à conservação do meio ambiente, bem como para observar os efeitos/resultados advindos por adicionalidade com a implantação do PDTS. Buscou-se, além dos itens já mencionados, conhecer as formas de interferência do Parque no cotidiano destas pessoas e como as atividades exercidas por elas poderiam influenciar na conservação do meio natural. Durante a pesquisa de campo, também foram realizadas consultas documentais. Na Figura 15 são apresentadas as etapas da pesquisa, o público envolvido, a análise utilizada para os dados coletados e a quais objetivos da pesquisa se relacionou o conjunto destes.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, que Denker (2000, p. 137) define como

“uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa”. Marconi e Lakatos (2007) afirmam que muitos autores atribuem à entrevista a excelência como instrumento da investigação social. A entrevista semiestruturada, para Denker (2000, p. 138) “permite maior liberdade do pesquisador”, o que pode levar à ocorrência da pré-determinação de perguntas e da adição e/ou submissão de outras no decorrer da entrevista.



**Figura 15** – Diagrama esquemático da pesquisa de campo.

Para a análise dos dados foi utilizado o método de Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (1972, p. 37) trata-se de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A técnica da Análise de Conteúdo representa uma busca por descoberta dos resultados e não propriamente uma análise deles, de acordo com Rocha e Deusdará (2005, p. 313), apontando que:

os resultados da investigação sejam apresentados como a descoberta de algo que possui existência independente e anterior à elaboração do projeto de pesquisa (...) as supostas descobertas validam a cientificidade do aparato teórico-metodológico utilizado, visto que o resultado obtido, a saber, o 'desvendamento' de uma realidade dada a priori, legitima-o como tal.

De acordo com Minayo (2004), para se atingir os significados imbuídos no material qualitativo, foram desenvolvidas várias técnicas dentro da Análise de Conteúdo, sendo elas: Análise de Expressão, Análise de Relações, Análise Temática e Análise de Enunciação.

Para este trabalho, foi escolhida a Análise de Conteúdo Temática, que segundo a autora, consiste na descoberta dos núcleos de sentido que compõem uma comunicação e que tenham algum significado para o objetivo visado. De modo qualitativo, a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso (MINAYO, 2004). Assim, além da análise estatística da presença dos temas, também foi utilizado trechos de depoimentos para ilustrar e embasar as análises.

### ***5.2.1 Descrição da pesquisa de campo***

O levantamento dos dados primários foi realizado nos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, onde foram entrevistados os beneficiários e articuladores locais do PDTS; e, em Foz do Iguaçu e Curitiba, para realizar as entrevistas com os promotores, sendo todos estes municípios localizados no estado do Paraná. Essa fase durou de abril a maio de 2009. Vale lembrar que o objetivo principal desse estudo é o de analisar os efeitos do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Entorno no Parque Nacional do Iguaçu (PDTS), enquanto política pública voltada para o desenvolvimento de alternativas econômicas menos impactantes, aplicadas à população de seu entorno, paralelo à proteção da biodiversidade.

Assim, para que fosse possível compreender o contexto de criação e desenvolvimento do PDTS e analisar os seus efeitos, optou-se por utilizar

a entrevista semiestruturada que fora aplicada com três grupos, assim definidos:

- Promotores, composto por colaboradores do Parque Nacional do Iguaçu e da Ecoparaná, parceiros na idealização e implantação do Programa, totalizando cinco entrevistas.

- Articuladores locais, representados pelas prefeituras municipais de Capanema e Serranópolis do Iguaçu e associação de turismo de Capanema, parceiros imediatos dos promotores e principal meio de contato com os beneficiários, num total de quatro entrevistas.

- Beneficiários, constituído pelo público alvo do Programa, ou seja, as pessoas que foram abrangidas diretamente por essas ações, composto em sua maioria por produtores rurais das cidades de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, o que totalizaram 22 entrevistas, representando todos os beneficiários de ambos municípios que ainda estavam ativos quanto à participação nas ações do PDTS.

No Quadro 3 poderá ser observada a distribuição de entrevistas por grupos de entrevistados e suas respectivas representações ou por entidades (para promotores e articuladores locais) ou por atividades econômicas (para o grupo dos beneficiários), bem como os municípios em que se localizam. Ressalta-se que a subclassificação do grupo beneficiários será mais bem detalhada na seção seis.

**Quadro 3** – Classificação e quantificação dos entrevistados.

<b>Grupo</b>	<b>Entidades/Atividades econômicas</b>	<b>Localidades</b>	<b>Total</b>
<b>Promotores</b>	Parque Nacional do Iguaçu	Foz do Iguaçu	4
	Ecoparaná	Curitiba	1
<b>Articuladores locais</b>	Prefeitura Municipal de Capanema	Capanema	1
	Associação de Turismo Doce Iguaçu	Capanema	1
	Prefeitura Municipal de Serranópolis do Iguaçu	Serranópolis do Iguaçu	2

<b>Beneficiários</b>	Produção (agroindústrias, orgânicos, orquidário e vinícola)	Capanema	5
	Prestação de serviço (em equipamentos de lazer: balneário, camping, esporte de aventura, escola rural, fazenda hotel, museu)	Capanema	9
	Produção (agroindústrias, vinícola)	Serranópolis do Iguaçu	3
	Prestação de serviço (em equipamentos de lazer: parque aquático, pesque pague, hospedagem, trilha ecológica)	Serranópolis do Iguaçu	5
<b>Total de entrevistados</b>			<b>31</b>

Salienta-se que, apesar de o Programa ter aumentado a sua abrangência de dez para quatorze municípios, esse estudo foi direcionado para os municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, pelos motivos expostos na seção anterior.

Inicialmente foram estabelecidos contatos por telefone com os representantes dos grupos dos promotores e articuladores locais a fim de explicitar os objetivos da pesquisa e a forma como esta ocorreria, bem como para facilitar o acesso aos beneficiários, que representou o grupo maior de entrevistados.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Santa Cruz, que consentiu o exercício da pesquisa, mediante Parecer Consubstanciado, protocolado sob número 238/08. Assim, todos participantes da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido de que estavam prestando tais depoimentos especificamente para fins acadêmicos.

Os trabalhos tiveram início no município de Capanema, onde foram visitadas dez propriedades rurais e outras atividades vinculadas ao roteiro de turismo rural, sendo essas últimas: um orquidário, localizado no centro da cidade; uma escola técnica rural, onde filhos de produtores rurais passam uma semana em regime de internato e outra semana em suas propriedades, colocando em prática o que aprenderam na teoria, e um ex-concessionário de esporte de aventura que era realizado no rio

Iguaçu em parceria com três propriedades rurais ribeirinhas.

Finalizadas as entrevistas com os beneficiários, foram feitas entrevistas com os articuladores locais, representados por uma pessoa do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal e por uma pessoa da diretoria da Associação de Turismo Doce Iguassu. Vale lembrar que em Capanema os beneficiários se encontram mais organizados que em Serranópolis do Iguaçu, no sentido do associativismo, pois já têm uma associação implantada, sendo que esta surgiu paralela à materialização do roteiro de turismo rural Doce Iguassu.

Na sequencia, deslocou-se para a cidade de Foz do Iguaçu, onde é sediada a administração do Parque Nacional do Iguaçu. Nesta localidade foram iniciadas as entrevistas com os promotores do PDTS e dada continuidade ao levantamento documental. Também procedeu-se com as visitas a Serranópolis do Iguaçu, onde oito propriedades rurais participam do roteiro de turismo,

Para finalizar a coleta de dados, a última entrevista realizada com o grupo dos promotores ocorreu em Curitiba, com a representante da Ecoparaná, que foi responsável pelo PDTS. Após este período foi iniciada a organização dos dados para análise.

Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e alguns recortes foram utilizados no decorrer da análise. Os dados coletados com os grupos promotores e articuladores locais deram base à composição do histórico do PDTS, bem como serviram para esclarecer pontos fundamentais concernentes a este, porém que não foram possíveis localizá-los nos documentos pesquisados. Estes grupos também forneceram informações importantes que possibilitou um melhor entendimento das questões que permeiam os depoimentos dos beneficiários, público principal desta pesquisa.

Para a análise das entrevistas com os beneficiários foi utilizada a técnica da Análise de Conteúdo. Primeiramente foi realizada uma leitura exaustiva das entrevistas transcritas a fim de se obter as categorias de análise que melhor desvendaram os dados necessários para os objetivos propostos no presente estudo.

De posse das categorias, que foram os eixos macros das análises, foram extraídas as subcategorias, de acordo com os depoimentos. Estas, por sua vez, foram quantificadas e descritas individualmente.





*Limite entre em Capanema e o Parque Nacional do Iguaçu, separados pelo Rio Iguaçu, Paraná, outono de 2009.*

*Foto: Fabiana Faxina*

---

## **6 - INTERAÇÃO ENTRE O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E A COMUNIDADE DO ENTORNO: os resultados do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**

---

Nesta seção será apresentada a análise dos dados primários coletados na pesquisa de campo, utilizando a técnica de análise de conteúdo, de Bardin (1972), como exposta na seção anterior. Para a finalidade de se buscar compreender os efeitos do PDTS, entende-se que o principal grupo de análise é o formado pelos beneficiários, já que compõe seu público alvo. Embora constituir um grupo só, percebeu-se a necessidade de subclassificá-lo de acordo com a conjunção das características apresentadas por cada atividade desenvolvida. Assim, surgem dois subgrupos:

- **Produção:** trata-se do subgrupo cujas atividades principais das propriedades rurais estão concentradas em sua produção. Nesses casos, a atividade turística é caracterizada ou pelo produto ou por seu modo de produção (artesanal, agroindustrial ou orgânica), e a lucratividade da atividade advém da venda de produtos. Nesse subgrupo estão os produtores orgânicos, agroindústrias familiares, orquidário e vinícola.

- **Prestação de serviço:** composto pelas propriedades rurais, entre outras atividades, que prestam serviços em equipamentos de lazer. A atividade está na beleza natural da propriedade, ou no tipo de atividade ofertada, e no seu aproveitamento para a prestação de serviços. Aqui se pode citar: balneários, camping, escola rural, fazenda hotel, museu, trilha ecológica, parques aquáticos e pesque pague.

No Quadro 4, é possível observar de forma discriminada a quantidade de atividade por localidade, de acordo com a subclassificação do grupo denominado beneficiários.

**Quadro 4** – Subclassificação do grupo *beneficiários* e respectivas atividades, por localidade.

<i>Beneficiários</i>			
Subgrupo	Localidade	Atividade	Total
<b>Produção</b>	Capanema	Agroindústria familiar	2
		Produção orgânica	2
		Orquidário	1
	Serranópolis do Iguaçu	Agroindústria familiar	2
		Vinícola	1
<b>Total de atividades no subgrupo <i>produção</i> (ambos os municípios)</b>			<b>8</b>

<b>Prestação de serviço</b>	Capanema	Balneário	3
		Camping	2
		Escola rural	1
		Esporte de aventura	1
		Fazenda hotel	1
		Museu	1
	Serranópolis do Iguaçu	Parque aquático	2
		Pesque Pague	1
		Trilha ecológica	2
<b>Total de atividades no subgrupo <i>prestação de serviço</i> (ambos os municípios)</b>		<b>14</b>	
<b>Total geral de atividades</b>		<b>22</b>	

Para o emprego da técnica da análise de conteúdo foram utilizadas sete categorias que melhor corresponderiam ao alcance dos objetivos buscados por meio das entrevistas realizadas, sendo elas:

1) Percepção sobre áreas protegidas: visa identificar a percepção que os entrevistados manifestavam sobre a existência de áreas protegidas, no que tange a benefícios e/ou prejuízos oferecidos por estas.

2) Atividades produtivas (inserção no mercado): essa categoria procurou agrupar os dados referentes às atividades desenvolvidas por meio do apoio fornecido pelo PDTS; se essas atividades já vinham sendo desenvolvidas, ou se o seu surgimento foi motivado pelo Programa; bem como entender os meios utilizados para divulgá-la.

3) Geração de emprego/ocupação e renda: visa identificar a existência de melhoria econômica para as pessoas, após a participação das atividades do PDTS, bem como verificar se houve incremento na oferta local de emprego e ocupação.

4) Mudanças na propriedade e/ou nos hábitos produtivos: nessa categoria buscou-se identificar a mudança nos hábitos das pessoas, principalmente no que se refere à gestão da propriedade e na percepção acerca das causas ambientais.

5) Posturas conservacionistas: tal categoria, juntamente com a categoria de número um, proporcionará o entendimento da percepção ambiental das pessoas paralelo à admissão de posturas menos degradantes. Todavia, ao agregarem-se também as informações da categoria de número quatro, obter-se-ão dados que possibilitarão observar a relação

das pessoas, enquanto parcela da comunidade do entorno, com a área protegida em estudo, por meio das práticas produtivas adotadas, que, como já observado na literatura, interferem sobre a biodiversidade.

6) Reserva Legal e Área de Preservação Permanente – mata ciliar: esta categoria foi destinada para verificar como está a situação legal de cada propriedade quanto ao disposto no Código Florestal Brasileiro, no que se refere à averbação de reserva legal e à recomposição da mata ciliar, que é o tipo de área de preservação permanente existente em grande parte das propriedades daqueles municípios.

7) Potencialidades e fragilidades do Programa: aqui buscou-se conhecer como os beneficiários se manifestavam quanto aos efeitos do PDTS sobre suas vidas, a participação e interesse destes e o alcance de melhorias advindas, paralelo às carências vivenciadas durante o Programa.

Primeiramente serão apresentadas as características dos entrevistados e na sequência dar-se-á início à análise por categoria. Cada categoria foi dividida em subcategorias, o que permitiu análises mais detalhadas dentro de um mesmo grupo de sentido. Procurou-se cruzar dados entre as subcategorias e os subgrupos, ou subcategorias e municípios a fim de identificar diferenças relevantes, proporcionando mais aproximação com a realidade e especificidade do público entrevistado.

O Quadro 5 apresenta um resumo das categorias, suas subcategorias e a frequência de cada qual, por total de entrevistado.

Ao finalizar a análise das categorias dispostas neste quadro, serão descritas outras percepções capturadas durante a fase de campo, oriundas das próprias entrevistas, do contato aproximado com estas pessoas. Paralelo a isto, serão apontados alguns comentários e sugestões com base nos dados coletados para este estudo.

**Quadro 5** – Frequência (F) das subcategorias de análise, por total de *beneficiários* entrevistados em Capanema e Serranópolis do Iguaçu, no ano de 2009.

Categorias		Subcategorias	F
<b>Categoria 1</b>  <b>Percepção sobre áreas protegidas</b>	Positiva	Benefícios para a sociedade	21/22
		Bem comum e necessário	10/22
		Manutenção dos serviços ambientais	7/22
	Negativa	Benefícios para a saúde	3/22
		Prejuízo para o produtor rural	6/22
		Prejuízo para o desenvolvimento local	3/22

<b>Categoria 2</b>  <b>Atividades produtivas (inserção no mercado)</b>	Início das atividades com o PDTS		12/22
	Atividades já existentes quando se iniciou o PDTS		8/22
	Divulgação: iniciativa própria		6/22
	Divulgação: conjunta		17/22
<b>Categoria 3</b>  <b>Geração de emprego e renda</b>	Geração de empregos além da família		3/20
	Contratação de trabalho temporário		8/20
	Melhoria na renda		13/20
	Ampliação da atividade após PDTS		4/20
<b>Categoria 4</b>  <b>Mudanças na propriedade e/ou nos hábitos produtivos</b>	Organização/estética		8/22
	Qualificação/ganho em conhecimento		8/22
	Melhoria nas relações sociais		4/22
	Limpeza/higiene		4/22
	Início da gestão ambiental da propriedade		4/22
<b>Categoria 5</b>  <b>Posturas conservacionistas</b>	Desconfiguração da paisagem original		1/22
	Plantio de árvores		10/22
	Destinação de rejeitos		10/22
	Preocupação com os insumos		4/22
	Repressão à depredação ao meio ambiente		3/22
	Práticas alternativas na agricultura		3/22
<b>Categoria 6</b>  <b>Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP)</b>	Legislação	Exigência de reserva legal e/ou APP	19/22
		Sem exigência	3/22
	Tipo de exigência	Exigência de Reserva Legal e APP	13/19
		Exigência de reserva legal, inexistência de APP	4/19
		Propriedade onde a área é APP	2/19
	Situação da APP	APP recuperada	8/13
		Deixando recuperar	3/13
		APP destruída	2/13
	Situação da RL	Área de reserva legal no SISLEG	9/17
		Área não regulamentada	8/17
<b>Categoria 7</b>  <b>Potencialidades e fragilidades do PDTS</b>	Positivo	Ganho em conhecimento	9/22
		Geração de oportunidades econômicas	7/22
		Melhoria na divulgação	5/22
		Aumento das relações sociais	5/22
		Ganhos ambientais	2/22
		Melhoria estrutural	1/22
	Negativo	Enfraquecimento no acompanhamento/incentivo	13/22
		Dificuldade em conseguir financiamento	8/22
		Baixa divulgação fora do município	6/22
		Restrições legais	5/22
		Baixa visitação	4/22
		Pouca qualificação	2/22
		Ineficiência na estrutura de acesso	1/22

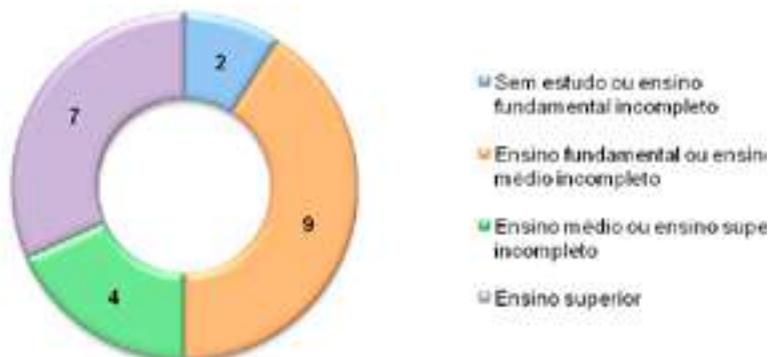
## 6.1 Características dos entrevistados

Iniciando pelas características, observou-se que 16 entre 22 dos entrevistados são do sexo masculino, enquanto oito são do sexo feminino. A predominância do sexo masculino possivelmente está relacionada com a forma como a pesquisa foi orientada, buscando pelo responsável da atividade turística nas propriedades e/ou aquele que participou das ações (cursos, palestras, visitas técnicas, reuniões) do PDTS, o que, na maioria dos casos, coincidia com o chefe da família. Ou seja, o critério utilizado, no caso, chefe de família, é quem determinou um número mais expressivo de entrevistas com pessoas do sexo masculino. A idade média dos entrevistados foi de 47 anos, com limite inferior de 31 e superior de 61 anos.

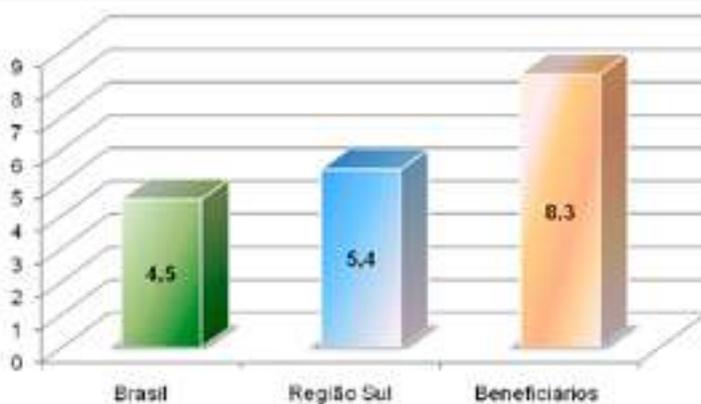
Apesar de se tratar de um público que está atrelado a atividades de turismo rural, nem todas estas ocorrem nas propriedades rurais, bem como existem beneficiários que não residem em suas propriedades rurais. Assim, buscou-se conhecer a representação dos que residem na área rural, totalizando 16 dos 22 dos entrevistados. Dos que residem em área urbana, 50% deles desenvolvem atividades na área rural.

Quanto ao grau de escolaridade, o que obteve maior representação foi dos entrevistados que tinham o ensino fundamental concluído ou o ensino médio incompleto. Na segunda maior representação estão os que possuíam ensino superior, seguidos dos que concluíram o ensino médio ou não concluíram o ensino superior. Sem estudos ou com o ensino fundamental incompleto foi o que obteve menor participação dos entrevistados, conforme pode ser observado na Figura 16.

Quando analisada a escolaridade média (8,31 anos) dos beneficiários residentes na área rural, embora se esteja tratando de um grupo pequeno e específico, observa-se que é consideravelmente superior à média da população residente na área rural na Região Sul (5,4 anos), a mais elevada do Brasil, e em torno de um quatro anos acima da média nacional, de acordo com dados do IBGE (Figura 17).



**Figura 16** – Nível de escolaridade dos beneficiários.



**Figura 17** – Comparação dos anos de estudo entre população rural brasileira, população rural da região sul e beneficiários do PDTS residentes na área rural de Capanema e Serranópolis do Iguaçu – PR.

Fonte: IBGE, adaptado com dados da pesquisa.

É importante destacar que, dos que possuem curso superior, seis entre os sete, são beneficiários da prestação de serviços. Isso indica que apenas um do subgrupo produção possui curso superior.

## 6.2 Categoria 1 – Percepção sobre áreas protegidas

De acordo com as respostas obtidas, totalizaram seis intenções acerca do modo como os beneficiários percebem a existência de áreas protegidas, como pode ser observado no Quadro 6. Vale destacar que houve casos onde ocorreu a presença de mais de uma subcategoria na fala dos entrevistados.

**Quadro 6** – Subcategorias de percepção sobre áreas protegidas e respectivas frequências (F) por total de entrevistados – beneficiários do PDTs nos

	Subcategorias	F
Positiva	Benefícios para a sociedade	21/22
	Bem comum e necessário	18/22
	Manutenção dos serviços ambientais	7/22
	Benefício para a saúde	3/22
Negativa	Prejuízo para o produtor rural	6/22
	Prejuízo para a zona de desenvolvimento local	1/22
	Total absoluto de entrevistados	22

Nota-se que quase a totalidade dos entrevistados acredita que a existência de áreas protegidas traz benefícios para a sociedade.

[...] eu acho que as áreas protegidas deveria de aumentar [...] só tem a trazer benefício [...] De maneira alguma [...] uma região de mata tá atrapalhando o funcionamento de tal atividade ou [...] da expansão do município, ou da região, ou algo parecido.

*Beneficiário 13C*

A comunidade... todas as cidades vizinhas acaba se beneficiando disso aí, né.

*Beneficiário 5S*

A frequência deste dado é muito próxima do estudo realizado por Brambilla (2007), onde a autora analisou a percepção ambiental dos proprietários rurais residentes na área de entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena, localizado no estado do Mato Grosso do Sul, acerca desta área protegida. Aqui, a grande maioria dos entrevistados acredita que tal parque possa trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para a região de entorno.

A percepção demonstrada por estes beneficiários está de acordo com a intenção manifestada pela administração do Parque Nacional do Iguaçu, quando questionado acerca da contrapartida que este gostaria de receber dos municípios, com a participação no PDTS, como pode ser ilustrado no depoimento que segue:

[...] a gente espera, assim, um conhecimento melhor que eles tenham sobre a importância do Parque Nacional. Acho que se a gente tiver pessoas, moradores ali do entorno do parque, próximos ao parque, né, os vizinhos do parque, que conheçam a importância de se ter uma unidade de conservação, uma área protegida como o Parque Nacional, acho que já tá valendo a pena, né, esse trabalho.

*Promotor – Parque*

Retornando aos dados da presente pesquisa, alguns entrevistados, mesmo concordando que a sociedade num âmbito global obtenha benefícios, acreditam que a existência dessas áreas pode causar prejuízo, quando considerados seus efeitos para um âmbito de menor escala – para o desenvolvimento local. Estes depoimentos são seguidos de justificativas que atribuem ao não uso, ou limitação no uso da área o fato de impedir que a região de entorno possa se desenvolver, opinião esta que representou seis entre os 22 entrevistados.

Agora, no termo município eu já não sou tão favorável, porque não deixa tu usar ele, vamos supor, como uma área, onde o povo pode fazer renda dele [...]

*Beneficiário 8C*

Outros (10/22) manifestam em suas falas que tais espaços são

necessários para resguardar áreas naturais, entendendo como algo que lhes pertença, embora acessíveis apenas para visitas.

Bom, eu acho bom. Seria melhor que tivesse uma área protegida, porque, fora o Parque, porque a gente tinha [...] mais reserva de matos, né [...]

*Beneficiário 3C*

Eu acho que o mato tem que ter [...] É claro que lá não pertence a nós, mas pertence [...]

*Beneficiário 4C*

[...] se caracteriza aí [...] uma consciência e [...] vontade, diante dos políticos em si, né, de se preservar alguma coisa e se manter, porque faz parte da educação de um povo [...] Interessante que o pessoal tenha [...] essa possibilidade de visitar [...]

*Beneficiário 2S*

[...] Eu acho que tem que ter as áreas [...] é interessante ter uma boa área verde.

*Beneficiário 6S*

A percepção destes beneficiários enquanto residentes do entorno de uma AP, remete ao que alguns autores (Pompa e Kaus, 1992; Diegues, 1996; Pimbert e Pretty, 2000; Bensunsan, 2006; entre outros) consideram como o modelo preservacionista em que se pautaram as criações de AP no mundo, emergidas à visão urbana dessas áreas, onde as mesmas deveriam permanecer isoladas das populações humanas, possibilitando o acesso apenas em situações de visitas e contemplação da natureza.

Quanto à separação entre ser humano e natureza, Fontana, Irving e Silva (2004) chegaram a resultados semelhantes ao estudarem a percepção ambiental de proprietários rurais do entorno da Estação Biológica de Santa Lúcia, no estado do Espírito Santo, apontando que estes percebiam tal área protegida como um lugar restrito, de acesso proibido, o que era motivo de receio para os moradores. Estação Biológica, assim como Parque Nacional, é uma categoria do grupo de proteção integral, que são as categorias de UCs mais restritivas de acordo com o SNUC.

Um montante de sete entre 22 dos entrevistados foi mais específico quanto ao tipo de benefício que estas áreas são capazes de proporcionar, atribuindo-os à manutenção dos serviços ambientais, por meio da preservação/conservação dos recursos naturais. Utiliza-se de falas que remetem às nascentes, à purificação do ar, à proteção de determinadas espécies, bem como à relação com a situação climática.

Traz benefícios pras nascentes. Hoje a água é o que mais... mais é protegida, né. Essa nascente de sanga<sup>41</sup>, a sanga, né... o sol pegando direto na água com certeza vai sumindo.

*Beneficiário 1C*

É, seria bom, porque daí nós temos pulmão pra captar mais a poluição que tem.

*Beneficiário 3C*

[...] eu acho que até traz um bom benefício por causa do oxigênio.

*Beneficiário 8C*

[...] lógico que é bom [...] porque [...] a gente chegando já mais perto a gente já vê, [...] como é que é bom, fresquinho, não tem a poluição [...] E também é pra chamar [...] o tempo, né [...] uma vegetação verde traz chuva.

*Beneficiário 1S*

Na pesquisa de Fontana, Irving e Silva (2004) também é evidenciada a percepção dos moradores do entorno quanto à relação da AP com a conservação dos recursos naturais. Estudos realizados por Max et al. (2004) no entorno da Estação Ecológica de Assis, no estado de São Paulo, demonstram percepção semelhante, onde grande parte dos moradores reconhece a Estação enquanto mantenedora dos serviços ambientais.

Três dos 22 entrevistados se referem aos benefícios que pode trazer à saúde, enquanto efeitos da existência de áreas protegidas.

É a melhor coisa que pode existir [...] eu acho pra saúde, né, pra tudo.

---

41 De acordo com os dizeres locais, sanga tem o mesmo significado de riacho, córrego ou nascente.

*Beneficiário 6C*

[...] Hoje, muitas doenças, nas culturas de soja, milho, [...] antigamente não existia tanta coisa assim, hoje, se nós preservar, com certeza vai voltar a normalidade de como era antes.

*Beneficiário 3S*

Já no que se referem às manifestações negativas quanto à presença dessas áreas, além do prejuízo ao desenvolvimento local, como já apontado, alguns entrevistados, mesmo concordando com o benefício que proporciona à sociedade, acreditam que o produtor rural é diretamente prejudicado, ou seja, o mais afetado com a existência de tais áreas. A justificativa de prejuízo se deu devido à limitação da produção pautada nas restrições legais existentes em função de tais propriedades rurais se localizarem em área de influência de uma área protegida – do Parque Nacional do Iguaçu.

[...] eu acredito que a nível coletivo, com certeza é benéfico, mas isso deveria de ter um custo pra sociedade [...] Essas [legislações] impostas pelo Código Florestal eu acho que não é justo o proprietário arcar sozinho, né.

*Beneficiário 9C*

Eu acho que traz prejuízo [...] num aspecto de restrições ambientais nas atividades produtivas. [...] pra sociedade [...] eu acho que é coisa boa.

*Beneficiário 10C*

É claro que tem essa questão então dos [...] lindeiros<sup>42</sup>, né, que tem alguns que tem pouca terra e se for realmente aplicar a distância da mata ciliar [...] a preservação vai acabar com a propriedade, né.

*Beneficiário 14C*

[...] pode tanto trazer benefício dum lado, desde que possa ser explorado. Como pode trazer prejuízo do outro lado que é a imposição pra manter a... delimita alguma certa tecnologia de

---

42 Aqui o beneficiário se refere às propriedades rurais que são margeadas pelo rio Iguaçu.

produção conforme as propriedades que estão em torno. [...] eu achava que podia ter uma flexibilidade um pouco maior na área de produção, pra manter o produtor na margem do Parque [...]

*Beneficiário 7S*

Observa-se que a queixa principal quanto ao prejuízo está no cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere a manter a mata ciliar, já que o proprietário deve destinar parte de suas áreas às reservas de vegetação previstas no Código Florestal – as áreas de preservação permanente. Entre os seis que opinam desta forma, quatro residem no município de Capanema, que é banhado pelo rio Iguaçu. Devido à largura do rio nessa localidade, se for aplicar a proporcionalidade da mata ciliar prevista no Código Florestal, existem propriedades que se resumirão à Área de Preservação Permanente, como pode ser observado no seguinte depoimento:

A minha [*propriedade*] assim oh, é complicado porque, se você analisar da parte da legislação, numa cabeceira falta 120 e na outra falta 130 m pra mim, né. Ela tem matrícula, tem escritura pública, é desmembrada, né. Mas, na época que a gente adquiriu isso já existia. E foi consentido com o IAP, com o IBAMA, que a gente pudesse transferir, né. Então veja assim, se você analisar da área da APP, eu tou irregular, porque ela é 100% APP.

*Beneficiário 9C*

Nesse município, por ser lindeiro ao rio Iguaçu, os problemas ambientais são mais expressivos. Ocorre que muitas propriedades de pequeno porte estão localizadas às margens do rio, logo, essas devem ter áreas destinadas para a APP, na modalidade mata ciliar que, em função da largura do rio naquele trecho, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, seria uma faixa de 200 metros destinada à vegetação, margeada ao rio. Isso tem sido motivo de grande tensão entre os pequenos proprietários rurais ribeirinhos que tentam intervir junto aos órgãos ambientais, estadual e federal, para que seja efetuado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), reduzindo essa faixa para 50 metros, tendo em vista que

a aplicação do Código Florestal reduzirá muitas propriedades em APP, ou então inviabilizarão muitas delas.

Salienta-se que quatro dos seis entrevistados que acreditam nesse tipo de prejuízo são pessoas que possuem nível escolar superior, o que pode vir a facilitar esta visão, relacionando que enquanto os proprietários rurais são prejudicados com a existência dessas áreas a sociedade afere os benefícios sem qualquer ônus.

[...] eu não acho justo agora o cara ter a propriedade dele, dizer que vai ter que deixar 50 metros de mata ciliar e ninguém pagar a conta desse cara, né. Afinal de contas todo mundo precisa de ar, todo mundo precisa de água limpa, todo mundo quer ver o rio correr, beleza... Mas... pega um prédio, 2 mil metros quadrados de área construída ou 20 mil metros de área construída, vamo pegar a reserva legal do prédio. É área também, né. Tem que deixar 20% dos apartamentos virar mato. Encher de terra e plantar, né. (*risos*). Então o negócio fica meio complicado, porque tem... quem vê de fora é uma situação, né, e quem ta vivendo a realidade é que é... é outra né.

*Beneficiário 9C*

Todos querem preservar. A grande questão é saber quem é que vai pagar a conta disso, né. Então do ponto de vista ideológico a preservação é fantástica, vamos ouvir os passarinhos e tudo mais. Agora, você chegar lá pro sujeito que não sabe o que que é um pé de soja, um pé de milho e diferenciar a vaca de boi, né, e... e tá nos gabinetes nas grandes cidades e perguntar pra ele assim: “Você quer que preserve a natureza?”, ele vai dizer: “Eu quero!”. “Então o senhor desligue o seu ar condicionado porque não tem energia pro seu ar condicionado funcionar”. “Ah, não, então não quero”, né. Então até... até essa onda de realidade chegar é... nos formadores de opinião, né, é... tem que saber se estas pessoas estão dispostas a pagar a preservação.

*Beneficiário 10C*

O subgrupo prestação de serviços é representado por cinco entre os seis que opinaram desta foram. Estes não têm na produção a atividade econômica de destaque no roteiro do turismo rural, no entanto as

limitações, impostas pela legislação ambiental nesta região, interferem diretamente no tipo de serviço que poderá ser ofertado ao visitante, como restrição do acesso ao rio Iguazu, para os residentes em Capanema, por exemplo.

Em função desta percepção negativa, procurou-se investigar as medidas conservacionistas apresentadas por estes beneficiários. Constatou-se que, apesar da negatividade, o conflito ambiental nesses casos é “abstrato”, ficando a percepção enquanto um ressentimento gerado e não se materializando em ações degradantes ao meio ambiente ou quanto ao uso e acesso dos recursos naturais, tendo em vista estas pessoas apresentarem preocupações com as causas ambientais, com a gestão de suas propriedades, com a busca da regularização ambiental das mesmas e com a sensibilização de outras pessoas para estes assuntos.

Esta percepção negativa também é evidenciada com representação aproximada no estudo realizado por Brambilla (2007), onde os entrevistados atribuíram como um dos fatores negativos da criação do Parque Nacional Serra da Bodoquena as restrições de utilização das áreas do entorno. Fontana, Irving e Silva (2004) demonstraram conflitos semelhantes, uma vez que a região de entorno da Estação Biológica de Santa Lúcia é dependente da agricultura e, mesmo reconhecendo a importância desta AP, a população a enxerga como algo limitante ao reduzir as áreas cultiváveis e restringir o uso do solo e das práticas normalmente utilizadas.

No que se refere a benefícios ou prejuízos Manfredi e Brown (2004) explicam que o sucesso da gestão de uma área protegida depende da identificação e da articulação dos benefícios que esta possa proporcionar. O processo de identificação e de priorização destes benefícios requer a participação dos grupos de interesses relacionados à área.

Assim, estes dados remetem para a necessidade de identificação do que a comunidade do entorno do Parque Nacional do Iguazu identifica como benefício que esta área pode trazer, a fim de que futuras ações de manejo possam ser orientadas com base nestas informações, aproximando aos anseios dos mais diferentes grupos de interesse na intenção de amenizar os conflitos existentes, como já demonstrado na literatura.

### 6.3 Categoria 2 – Atividades produtivas (inserção no mercado)

Neste item será demonstrado o total das atividades que se iniciaram com o PDTS e como as atividades impulsionadas por ele são divulgadas, a fim de compreender como foram inseridas no mercado. Apresentam-se, assim, as atividades produtivas influenciadas ou que resultaram do PDTS.

O Quadro 7 mostra a frequência destes dados. A linha e a coluna em destaque refletem a situação atual das atividades desenvolvidas pelo público beneficiário do PDTS, distribuídas por município e por subgrupo.

**Quadro 7** – Distribuição de atividades originadas antes e após o PDTS por município e por subgrupo de beneficiários.

Subcategorias	Geral	Por município		Por subgrupo	
		Capanema	Serran. do Iguacu	Produção	Serviços
Início das atividades com o PDTS	12/20	6/12	6/8	2/8	16/12
Atividades já existentes quando se iniciou o PDTS	8/20	6/12	2/8	6/8	2/12
<b>Totais</b>		<b>12</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>12</b>

Observa-se, de acordo com o Quadro 7, que o PDTS incentivou o início de mais da metade das atividades produtivas relacionadas ao turismo rural, o que representa 50% das atividades que fazem parte do Roteiro Doce Iguacu, no município de Capanema, e de 75% das atividades localizadas no município de Serranópolis do Iguacu. Dentre essas novas atividades, 83,33% se enquadram no subgrupo prestação de serviços.

O fato de Serranópolis do Iguacu apresentar um percentual elevado de novas atividades se dá em função de que as ações públicas para se desenvolver o turismo rural naquele município foram iniciadas com o PDTS, como demonstrado na seção que tratou da caracterização do município. Enquanto isso, em Capanema metade das propriedades já tinha atividades em andamento quando o PDTS se iniciou, o que, juntamente com as variáveis observadas naquele município, também pode ter favorecido para uma melhor organização dos beneficiários aí residentes.

Neste sentido, o surgimento dessas novas atividades, bem como o fortalecimento das já existentes, condiz com estudos como de Del Grossi e Graziano da Silva (2000) que destacam o crescimento do número das propriedades rurais pluriativas<sup>43</sup>, sendo que a prestação de serviços está entre as atividades não agrícolas que mais crescem nas propriedades rurais que não são exclusivamente agrícolas.

No que se refere à divulgação, todos os beneficiários residentes em Capanema a faz de modo conjugado, já que corresponde a um dos encargos da Associação Doce Iguaçu. Além disso, outros proprietários complementam a divulgação, como ilustra o depoimento do beneficiário 11C: “A gente também tem divulgação no informativo de roteiro de museus do Paraná”.

Já em Serranópolis do Iguaçu, pelo fato de não existir uma associação consolidada, as divulgações são feitas de modo isolado, por iniciativa própria dos beneficiários daquele município. Apenas dois entre os oitos beneficiários afirmaram divulgar as suas atividades em parceria com outras propriedades ou então com Medianeira, município vizinho, em função do projeto Caminhos de Itaipu, que envolve os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu<sup>44</sup>. No entanto, grande parte faz a divulgação por meios próprios, o que acarreta na venda fragmentada do destino, uma vez que não existem ações que promovam o município enquanto um destino turístico, o que independe da formalização ou não do roteiro de turismo rural.

É a gente faz em conjunto com o turismo... núcleo de turismo da cidade de Medianeira. Dos Caminhos também... do Instituto, né, que é dos Caminhos também.

*Beneficiário 4S*

[...] divulgação ela se deu em função [...] das feiras que a gente participa [...], degustações que a gente faz por aí, [...] quer dizer, de boca em boca,

*Beneficiário 2S*

---

43 De acordo com os autores, as propriedades rurais pluriativas são aquelas onde pelo menos um dos membros da família ali residente exerce uma atividade não agrícola, ou exerce dupla atividade, sendo uma agrícola e a outra não (DEL GROSSI, GRAZIANO DA SILVA, 2000).

44 Apesar de Serranópolis do Iguaçu não ser lindeira ao Lago de Itaipu, esta propriedade se integrou ao projeto por meio da parceria voluntária realizada com o município de Medianeira.

[...] através mais dos meios de comunicações, né, da radio, da televisão e... a gente também, procura nas feiras [...] divulgar o produto, fazer degustações [...]

*Beneficiário 3S*

Verificou-se, também, que os beneficiários esperam e acreditam na iniciativa do poder público local em promover o município e, enquanto isso não ocorre, cada propriedade separadamente divulga a sua atividade.

[...] ficou só a promessa deles [*prefeitura*] divulgarem [...] no momento, quem tem feito a divulgação somos nós mesmos [...]. Fizemos folders [...] um pouquinho na televisão.

*Beneficiário 5S*

#### 6.4 Categoria 3 – Geração de emprego/ocupação e renda

Trata-se de uma das categorias que melhor representa os ganhos financeiros que os proprietários rurais obtiveram com a participação no PDTS. No Quadro 8 é demonstrada a geração de empregos/ocupações, melhoria na renda dos beneficiários e a ampliação das atividades econômicas e suas respectivas frequências por total de entrevistados.

**Quadro 8** – Desempenho das atividades produtivas dos beneficiários do PDTS por total de atividades, nos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, 2009.

<b>Itens avaliados</b>	<b>Frequência</b>
Geração de emprego além da mão de obra familiar	3/20
Contratação de trabalho temporário	8/20
Melhoria na renda familiar	13/20
Ampliação da atividade após PDTS	4/20
<b>Total absoluto de atividades produtivas</b>	<b>20</b>

As atividades econômicas resultantes ou incentivadas pelo PDTS têm ocupado principalmente a mão de obra familiar, gerando alternativa

para que as famílias permanecessem unidas no campo, criando uma opção para o jovem rural.

É, eu sempre digo assim, né, eu sobrevivo e meus filhos deixam dois outros trabalhar, de repente necessitado, né. E se não, taria aí certamente tirando dois empregos de outros dois... de repente duas famílias, né. Então eu conseguindo manter a renda pra nós sobreviver aqui tudo desse jeito, né, e já instruindo eles pro futuro, né. Porque nós vamos... nós samo mortal, né. De repente amanhã, depois eles vão tá dando serviço, quando casar já vai ter pras nora, futuramente pros neto, né.

*Beneficiário 8C*

[...] mantém o emprego da mão de obra familiar.

*Beneficiário 7S*

Esses dados corroboram com o estudo que Del Grosi e Graziano da Silva (2000) realizaram sobre ocupações e rendas rurais no Brasil, com o qual constataram que as ocupações não agrícolas são as principais responsáveis por manter o homem na área rural, apontando que um milhão e meio de novos postos de trabalhos diversos à atividade agrícola foram criados entre os anos 1981 e 1999, havendo, também, ampliação da cobertura da Previdência Social nestas áreas. De acordo com estes autores, a partir da década de 90 praticamente se deixou de existir o êxodo rural, uma vez que a maioria da população que deixa de se ocupar na atividade agrícola não migra para a cidade, passando a existir, então, um êxodo agrícola.

Assim, apesar de parte das atividades demandarem apenas a mão de obra familiar, algumas têm contrato regular de trabalho com outras pessoas que não são da família.

- Gera outros empregos. Uma é da família e a outra vem da cidade.

*Beneficiário 1C*

- [...] da minha família que trabalha [...] são quatro [...], dois vizinhos, [...] tenho cinco vendedor [...]

*Beneficiário 1S*

Outros (8/20) representam as atividades que demandam contratação de serviços temporários. Entre os que contratam esse tipo de serviço, 87,5% são do subgrupo prestação de serviços. Isso ocorre em função da sazonalidade da atividade turística, concentrando essas contratações principalmente nos meses de verão, quando o fluxo de visitantes aumenta.

No verão chega a ser seis, sete pessoas por dia, tudo da família. Aí se precisa contrata mais, chama os vizinhos.

*Beneficiário 6C*

A gente chega a gerar emprego extra sim [...] especialmente com os vizinhos [...] em torno de cinco empregos [...] é uma atividade sazonal.

*Beneficiário 10C*

[...] gera [...] de seis a oito empregos [...]. Nossa família trabalha em prol do negócio [...] tem mais de dez pessoas [...] Mas [...] precisa de gente de fora pra fazer certas coisas.

*Beneficiário 5S*

Mesmo precisando de contratações permanentes, existem casos em que o beneficiário quer expandir a sua atividade, mas se depara com a dificuldade em contratar. Isso se dá em função de não existirem pessoas no campo com disponibilidade para arrumar empregos em outras propriedades e também pelo fato de não existir interesse, por parte dos que vivem na zona urbana, em ir trabalhar na zona rural.

Aqui é difícil. Aqui no interior todo mundo trabalha e é difícil arrumar uma pessoa pra trabalhar aqui [...] Até a gente podia contratar. Então a gente vai tocando como pode.

*Beneficiário 2C*

Outra questão concernente à contratação de trabalhadores relaciona-se às características da atividade, principalmente se forem as que se enquadram no subgrupo prestação de serviços, onde a necessidade maior

ocorre nos finais de semana, quando nem sempre as pessoas têm interesse em trabalhar.

[...] a gente tinha dificuldade de encontrar as pessoas, porque eles não têm essa... é... cultura de trabalhar nos finais de semana, o pessoal do interior [...] então a gente sentiu uma certa resistência.

*Beneficiário 9C*

Isso acaba por refletir na limitação da atividade, já que existe a demanda pelo produto/serviço ofertado, no entanto alguns beneficiários não conseguem supri-la em função de não haver trabalhadores suficientes para que a atividade se expanda. Nestes casos, o próprio beneficiário opta por limitar a atividade, procurando não divulgá-la, como ilustrado no depoimento do Beneficiário 8S:

A gente já treinou quatro rapazes e os quatro deixaram a gente na mão, porque é muito difícil deles continuar. Aqui fica só eu e a esposa trabalhando, às vezes domingo a tarde a gente tem mais gente [...] O pessoal que a gente contrata não quer trabalhar, eles querem receber mas não querem trabalhar. Nós não divulgamos... nós não divulgamos... aí foi o que eu e minha esposa decidimos fazer.

Ou então, se fechando para a recepção de visitantes:

[...] não to muito assim querendo chamar o turista, porque, na verdade a minha empresa, a fábrica aqui não pode entrar o pessoal lá dentro, né [...] a gente não tem tempo de tá, assim, recebendo o turismo rural. Mas eu posso... eu acompanho, né, os meus amigos, colega de trabalho, e tudo eu acompanho eles. Eles levam o meu produto pra lá, pra vender na propriedade deles. Então, é nessa parte que eu to [...]

*Beneficiário 1S*

Esses dados sinalizam que o PDTS conseguiu interferir no aumento da demanda por essas atividades/produtos, mas nem sempre o beneficiário

pode corresponder a esse acréscimo, em função das limitações de força de trabalho. Por outro lado, apesar da limitação de alguns, quatro entre as vinte atividades foram ampliadas, sendo que todas estão sediadas no município de Capanema, e 75% delas se enquadram no subgrupo produção:

Foi começado a divulgação [...] depois que eu entrei no roteiro, porque antes eu trabalhava meio fechado [...] Aí depois do roteiro [...] comecei a aparecer mais na sociedade. Porque eu não vendia tanta bolacha em Capanema [...] Eu vendo mais fora, Realeza, Santa Izabel, na região [...]

*Beneficiário 1C*

[...] o que a gente produz aqui a gente vende muito bem. A gente vende tudo. Depois que nós começemo a participar da associação aí a venda foi bem maior.

*Beneficiário 2C*

Esse outro orquidário aqui eu fiz depois que eu entrei no roteiro de turismo. Eu fiz ele financiado e pago ele com a venda da orquídea. Ele tem que se pagar [...] Porque se eu não tivesse entrado eu também hoje não teria... não teria nem construído isso aqui.

*Beneficiário 5C*

A melhoria na renda favoreceu a expansão das atividades produtivas naquelas propriedades. No entanto, mesmo havendo os que não chegaram a essa expansão, 13 em 20 casos dos beneficiários afirmaram haver melhoria sobre a renda familiar após terem aderido às ações do PDTS:

Criei meus filhos, estudou... os meus filhos estudaram tudo, né, tudo com o ganho daqui e o nosso sustento tá aqui, né

*Beneficiário 6C*

Com certeza, houve bastante.

*Beneficiário 9C*

Teve com certeza. Financeiramente sim.

*Beneficiário 8S*

Dentre estes, estão 75% dos beneficiários residentes em Capanema e 50% dos residentes em Serranópolis do Iguaçu. Quando analisado por subgrupo, o produção apresentou 75% de satisfação quanto a melhoria da renda, enquanto em prestação de serviços 58,33% sentiram essa melhoria.

Embora o incremento na renda familiar seja evidente em ambos os grupos, há depoimentos que refletem a pressão causada pelo proporcional aumento das horas trabalhadas, diminuindo o tempo de lazer e mudando o ritmo de vida dessas pessoas.

[...] só que também, nos finais de semana que tu tinha hábito de sair tu tá amarrado na tua propriedade. Você tem que receber a pessoa que tá vindo aqui.

*Beneficiário 7S*

Deixamos de fazer as nossas coisas, que a gente gostava de sair, passear, porque a gente ficou mais ocupado.

*Beneficiário 8S*

Cabe aqui indagar como os beneficiários foram preparados para aceitar as mudanças advindas desta nova estruturação de suas propriedades e, conseqüentemente, de seus hábitos de vida em prol do exercício de uma atividade, até então, desconhecida – o turismo rural. Neste sentido, Froehlich (2000, p. 184) apresenta que para o homem urbano essa readaptação do rural constitui uma resposta às demandas sociais urbanas, enquanto que o homem do meio rural pode perceber “tais demandas ou exigências de readaptação como algo que lhes é imposto por representações sociais e relações de forças forâneas, que os têm compelido a relegar uma histórica relação (de ocupação, de habitação, de trabalho) com a terra”.

Assim, para o visitante oriundo da área urbana, estar no espaço rural pode representar um reencontro com a natureza, ao passo que representa, para os que residem neste meio, uma situação não tão agradável, como deixar de fazer o que sempre faziam para ofertar suas propriedades enquanto atrativos turísticos. Essa percepção parece ser negativa quanto

à atividade, mesmo havendo o incremento da renda, que é observado como fator positivo.

Por outro lado, os demais entrevistados não apresentaram melhoria na renda, ou até mesmo ainda não recuperaram os investimentos feitos na propriedade em função do PDTs, apresentando um caráter negativo quanto aos efeitos que este poderia proporcionar.

É, na verdade né, [...] vamo dizer que a gente até hoje tá trabalhando em vermelho.

*Beneficiário 3C*

Na verdade assim, acho que o turismo pra nós não deu lucro nenhum [...] que nem pra esse ano agora não veio nenhuma visita [...]

*Beneficiário 4C*

Eu acho assim que não. Do que eu tinha [...] tá tendo.

*Beneficiário 4S*

Situações divergentes ocorrem, em alguns casos onde o sucesso foi tanto que já foi possível se obter o retorno dos investimentos despendidos, enquanto em outros casos, a geração de riqueza observada ainda sequer cobre as despesas fixas do empreendimento.

Óia, eu, particularmente, né, a minha opinião é a seguinte: seguir [*no turismo*] porque se fosse pra parar eu já tinha vendido essa propriedade a quatro, cinco vezes o valor que ela vale, e o meu investimento já retornou, né.

*Beneficiário 8C*

[...] vai demorar um certo tempo ainda [...] pr'aquilo ali gerar alguma renda que possa dizer renda. Hoje ela não cobre nem os gatos dela.

*Beneficiário 5S*

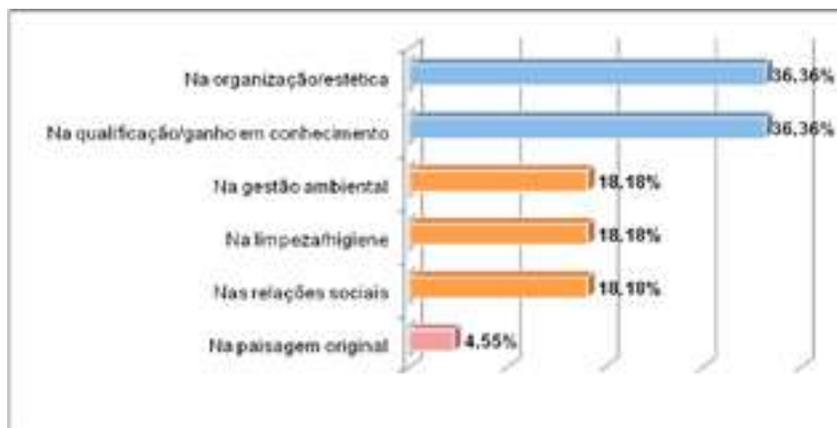
De acordo com Telfer (2002), a nível mundial os programas de desenvolvimento do turismo nas áreas rurais foram iniciados nos mais

diversos níveis de governo para promover a regeneração dessas áreas em função do declínio agrícola ou de prestação de fontes adicionais de renda. Há estudos a nível nacional que demonstram a revalorização do meio rural, como por meio da promoção do turismo rural, em função da mecanização da agricultura e conseqüente redução da oferta e do tempo de trabalho, o que poderia ser convertido em atividades não agrícolas (Del Grossi, Graziano da Silva, 2000; Blos, 2000; Froelichi, 2000). No entanto, o contexto que originou o PDTS não estava imbuído desta tendência, uma vez existir a necessidade de se criar alternativas menos impactantes no entorno bem como aproximar a população que aí vive para participar das questões relacionadas ao Parque Nacional do Iguaçu. Tendência esta, como observada na Seção 3, que vêm sendo relatada por pesquisadores que estudam as relações entre áreas protegidas e populações humanas.

## **6.5 Categoria 4 – Mudanças na propriedade e/ou nos hábitos produtivos**

Mudanças em termos da relação entre a comunidade e o Parque, por intermédio das ações desenvolvidas pelo PDTS, de forma imediata, ainda não foram registradas. As mudanças neste sentido, registradas por esta pesquisa, restringem-se à propriedade dos beneficiários, no entanto certamente refletem na relação da comunidade com o Parque e criam condições para que se desencadeie um processo contínuo de mudanças.

Desta forma, procurou-se identificar as manifestações dos beneficiários quanto às mudanças, tangíveis (mudanças estruturais/administrativas, que surtem efeitos na paisagem) ou intangíveis (mudanças cognitivas/afetivas, cujos efeitos são sentidos pelos sujeitos e em suas relações sociais), que os mesmos obtiveram depois que começaram a participar das ações do PDTS. Vale destacar que a princípio procurou-se obter apenas o que se dominou de mudanças tangíveis, no entanto, as mudanças intangíveis foram sendo manifestadas nos depoimentos. Na Figura 18 é possível observar tais mudanças sendo que uma delas, com menor frequência, é de caráter negativo.



**Figura 18** – Mudanças admitidas pelo total de beneficiários, após o PDTS.

Ao questionar os entrevistados sobre quais foram as mudanças na gestão da propriedade ou nos hábitos produtivos que os mesmos assumiram após a participação no PDTS, oito entre 22 deles reportaram aos investimentos relacionados à organização e estética da propriedade.

Houve, houve bastante mudança. Mas a gente tá indo devagarzinho, mas tá tentando mudar. [...] não tá 100%. A gente prepara um pouco né. Mudança no visual. [...] a frente aqui também foi arrumada [...] depois que entramos no turismo.

*Beneficiário 1C*

A nossa preocupação aumentou muito em questão de embelezamento, de organização [...]

*Beneficiário 14C*

[...] teve um pouco a organização da propriedade [...]

*Beneficiário 6S*

Com a mesma representação estão os que afirmaram obter mais conhecimento, adquirido principalmente com os cursos e palestras ministrados, melhorando a qualificação pessoal e refletindo nas formas de lidar com o público e administrar a propriedade, por exemplo.

[...] a nossa gestão melhorou muito. Nós, as pessoas também foram qualificadas [...]

*Beneficiário 10C*

[...] toda informação é bem vinda, se você saber aproveitar, né. Você leva em prática, assim. Só que tu sempre tem que continuar tendo esses apoios, né. Então isso ajuda muito... A visão, né, das coisas lá fora, do que você pode melhorar dentro do seu empreendimento, no atendimento, no teu visual. Isso tudo são coisas que ajudam muito.

*Beneficiário 4S*

[...] teve uma organização, você ajeta melhor a propriedade, já fez uma estética que você se sente melhor na propriedade, por causa dos cursos, formação que você teve conhecimento maior.

*Beneficiário 7S*

Limpeza da propriedade e mais cuidados com a higiene nos processos produtivos, foram mudanças, ocorridas após o PDTS, apontadas por quatro entrevistados.

É... o negócio de higiene, né. Isso foi uma coisa que foi mudado, né. Porque a gente participou do... do SEBRAE, né. [...] nisso aí a gente mudou bastante. Isso foi uma coisa que foi muito bom.

*Beneficiário 2C*

A gente tenta segurar mais limpo [...] Porque sempre tem gente visitando.

*Beneficiário 6S*

Com a mesma participação estão os que de alguma forma iniciaram as melhorias em prol da gestão ambiental da propriedade, externando em seus depoimentos a preocupação ambiental que passaram a ter com os conhecimentos adquiridos com o PDTS.

[...] a própria preservação [...] a reciclagem [...] o plantio de árvores [...] Isso tudo a gente se interessou mais, preservação da fonte, [...] foi uma coisa [...] [que] a gente não pensava em fazer e depois a gente teve essa ideia.

*Beneficiário 12C*

[...] a gente aprendeu muito [...]. A conservação de florestamento, de higiene, de... não deixar lixos, né, ao redor da casa, do pátio.

*Beneficiário 1S*

Também obtendo a mesma representação estão os que observaram as mudanças de forma mais abstrata, intangível, estando estas relacionadas com a melhoria nas relações sociais que ocorreram por meio da participação das ações do PDTs. Esse ganho proporcionado quanto à sociabilidade das pessoas participantes ocorre em função das características das ações desenvolvidas: palestras, cursos, visitas técnicas em outras propriedades rurais e em outros municípios, recepção de grupos de visitantes, entre outros.

Oh, pode dizer que houve sim, né, porque a gente..., aprende, né, um pouco a mais a conviver com... né, com o povo, né, entendeu? Dia a dia, entendeu? E dali pra frente... A gente, né, lógico que muda. Muda mesmo! [...] A gente tem aquele... aquele diálogo dia a dia com o povo, né, isso é uma grande coisa, entendeu?

*Beneficiário 7C*

Houve também um acréscimo [...] no aspecto social [...] integração maior entre nós e os próprios cooperadores [...]

*Beneficiário 10C*

[...] a gente tem mais convivência com mais pessoas.

*Beneficiário 8S*

Apenas uma das respostas se relaciona ao descontentamento com as transformações ocorridas, sendo estas atribuídas à desconfiguração da

paisagem original.

Eu achei um pouco dificultoso o [...] Programa do turismo porque me tirou do habitat [...] meu espaço é mateiro, eu tinha minhas barracas de lona e como eu entrei nesse Programa aí tiraram todas as lonas [...] me tirou [...] da coisa natural, que eu gostava mais [...] do que ter dois, três prédios aí. [...] o público até acha melhor assim.

*Beneficiário IIC*

Embora haja a insatisfação por parte do beneficiário, o mesmo admite que o público que frequenta, em sua grande parte da área urbana, tem preferência pelo local da forma como ficou após as reformas empreendidas. Ou seja, a insatisfação não vem por meio de reclamações de visitantes, por exemplo, mas do beneficiário enquanto proprietário e vivente daquele espaço. Parece que o PDTS conseguiu proporcionar uma mudança estrutural de forma saliente, porém, a mudança quanto à visão do beneficiário para a atividade turística foi incipiente, já que este não estava preparado para enfrentar tamanha mudança estrutural, acarretando em mudança nos seus hábitos particulares, o que, possivelmente, não era de interesse do mesmo.

Este é mais um caso para se resgatar o questionamento quanto ao preparo que estas pessoas tiveram para com o novo – o turismo rural. Teria sido suficiente? Vale resgatar as considerações de Froehlich (2000), quando aponta que tais mudanças remetem às representações sociais urbanas sobre o rural, fazendo os viventes deste último relegar suas relações com o espaço rural.

## **6.6 Categoria 5 – Posturas conservacionistas**

Posturas conservacionistas concentraram as práticas admitidas pelos beneficiários na tentativa de reduzir os aspectos ambientais negativos em suas propriedades, sendo explicitadas na Figura 19 as que melhor tipificam tais atitudes



**Figura 19** – Posturas conservacionistas adotadas pelos beneficiários após o PDTS.

De acordo com esta intenção, ao questionar aos entrevistados o que estes vinham fazendo para reduzir os aspectos ambientais negativos oriundos das atividades, de um modo geral, existentes em suas propriedades, dez entre 22 deles afirmaram reflorestar a área. O plantio de árvores está relacionado com a recuperação da mata ciliar, com a destinação de área para a reserva legal, bem como para o ajardinamento e obtenção de sombra na propriedade, sendo estes dois últimos casos incentivados para a melhoria da aparência da propriedade para a recepção de visitante. Evidencia-se que a totalidade dos que têm a preocupação com plantio de árvores é de Capanema. Esse fato pode estar atrelado à questão da situação em que estão as APP no município, em função da largura do rio Iguaçu, com já mencionado e que será melhor explanado na Categoria 6, que trata especificamente da situação da Reserva Legal e da APP nas propriedades. Outro fator que remete ao não aparecimento desta subcategoria nas falas dos beneficiários de Serranópolis do Iguaçu se dá, provavelmente, pelo melhor estágio de adequação ambiental das propriedades localizadas neste município, tendo em vista ser um dos únicos do estado do Paraná a ter quase a totalidade de sua mata ciliar recuperada, de acordo com o que preconiza o Código Florestal.

Porque na época que eu entrei nessa terra ali era pelada, né. Eles limparam até na barranca de rio. Mas só que como eu sempre fui uma pessoa que respeitou o meio ambiente, a

natureza, eu falei logo: “Vamos nós deixar uma reserva ali pra ao menos filtrar a água que vai pros rio”, né.

*Beneficiário 3C*

A gente cuida o que tem ali, né. Eu acho que não tem muito o que mudar também. A gente plantou umas árvores a mais, assim, em volta. Aqui tem umas árvores novas, pra lá tem... assim. A gente não destruiu nada.

*Beneficiário 4C*

Que nem... nós tamo cuidando, 450 metros na barranca do rio, nós cuidemo o que nós podemo [...]

*Beneficiário 6C*

A própria regeneração das matas ciliares também adveio com o turismo [...] Então se hoje lá tem 50 metros, por exemplo, abandonado, é... antes do turismo não tinham nenhum metro (risos). Então hoje, pelo menos: “Ah não, mas é obrigação”. Sim, é obrigação! Mas acontece que existe uma motivação, entendeu?

*Beneficiário 10C*

Apresentando a mesma participação estão os que buscaram melhorar a destinação dos rejeitos originados na propriedade. Dentre estes, 90% são do subgrupo prestação de serviços, que carregam uma preocupação mais acentuada com a apresentação da propriedade em função dos visitantes que ali frequentam. Foram registrados até casos onde o beneficiário faz a separação dos lixos e vende para empresas de reciclagem, ou mesmo produzem o próprio adubo orgânico para ser utilizado na agricultura e jardinagem.

Ah, tem o lixo, nós que cuidemo, né. O povo [*visitantes*], né... a gente botou tudo os lixeiros lá em baixo, a gente que cuida, a gente tira, a gente vende tudo. Separa tudo os lixos, né, e vende todo ele. Todo: o vidro, plástico, tudo a gente separa, né. Vende, porque tem quem compra. Então, isso é uma coisa muito boa.

*Beneficiário 6C*

[...] que nem, esse povo do IBAMA, eles me conhecem, desde o dia que eu comecei eles tão direto por aí, até hoje só me incentivaram, né, porque eles vê que a gente cuida bem, né. Pra começar, né, 100% eu cuido o lixo [...] E, que nem eu falei, né, eu refriço, né, é cuidar desse lixo que... do longo dos afluentes que grandes cidades traz. Como a gente conhece que o rio Iguaçu, até... inclusive eu conheço a nascente dele em Curitiba, né, que ele passa nas grandes cidades e vem trazendo lixo que o povo desordenado [...] e hoje aqui, né, a gente recolhe isso aí, né, recicla, entendeu? Dá um basta, dá um fim, né.

*Beneficiário 7C*

A gente não queima, né, as coisas que não pode ser queimado. O lixeiro... o caminhão de lixo passa aí, a gente ponha lá. E, os resíduos... a gente vem a transportadora lá de Santa Terezinha buscar, né.

*Beneficiário 1S*

Olha, eu tenho de melhor no açude aqui. Água suja, resto de peixe nada vai pro rio. A gente pega o resíduo de peixe e faz adubação. A gente coloca numas vasilhas grandes, coloca cal virgem, aí depois a gente leva pra lavoura.

*Beneficiário 8S*

Também existe, por parte de quatro dos 22 entrevistados, preocupação quanto ao uso racional dos insumos, como água e energia elétrica, e com a compra de reciclados, preocupações atreladas à redução de custos.

[...] a energia e água nós vamos gastar o mínimo possível [...]. Quanto menos gastar menos vamos pagar. Isso é significativo.

*Beneficiário 11C*

A gente compra garrafas recicladas.

*Beneficiário 5S*

Outros beneficiários buscam desenvolver práticas alternativas na

agricultura, principalmente no que se refere ao menor uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e aplicação de técnicas de conservação do solo. Aqui não foram contabilizados os produtores que sempre trabalharam com a produção orgânica, por não ser uma prática impulsionada pelo PDTS, uma vez que nesses casos a atividade já ocorria. Assim, estão apenas aqueles que tiveram mais conhecimento por meio do PDTS e iniciaram práticas que buscassem minimizar o uso de produtos sintéticos industrializados.

[...] nós buscamos sempre [...] a questão da conscientização, no cuidar com os agrotóxicos [...] Sempre que possível utilizar roçadeira. E, a gente faz a contenção também de erosão.

*Beneficiário 2S*

[...] uso racional de tudo, tanto de adubos químicos, procuro sempre adubo natural [...] Eu tento fazer técnicas que têm tudo mais voltado ao natural possível. A parte de conservação de solo tenho todas elas implantada em toda minha propriedade; contenção de água de chuva [...] pra ser autossuficiente em irrigação.

*Beneficiário 7S*

É relevante destacar que entre aqueles que objetivam uma agricultura menos impactante, todos possuem formação superior, o que pode influenciar na forma de compreender os processos naturais e os efeitos negativos que o uso desses produtos pode causar, principalmente na saúde do trabalhador que lida diretamente com isso.

Também existem os entrevistados que buscam combater a depredação ao meio ambiente e os impactos negativos causados por terceiros.

[...] hoje o turismo, queira ou não queira, mas inibe caça, inibe extração de palmito, onde tem as propriedades, onde tem mais gente. É mais... é mais visitada, é mais presente, né, na barranca do rio.

*Beneficiário 9C*

[...] antigamente lá existia uma grande pressão de pescadores na fazenda [...] Com a chegada do turismo [...] aquilo lá

virou uma atividade empresarial [...] é feito através de um monitoramento hoje o acesso ao rio [...]

*Beneficiário 10C*

Lá [...] a gente não permite que seja feito nada contra o meio ambiente [...] a gente quer preservar realmente, a gente quer cuidar da natureza e a gente tem um lema assim: vai quem gosta e cuida [...] e preserva, senão nem vá!

*Beneficiário 12C*

Ressalta-se que dos que apresentam essa preocupação, todos residem na área urbana, possuindo atividades na área rural. Quanto à escolaridade, todos possuem curso superior. Estas variáveis podem estar relacionadas ao diferencial apresentado por estas pessoas no intuito de inibir que terceiros venham causar danos aos elementos naturais protegidos, bem como aos existentes em suas propriedades.

Destaca-se, também, que todos são do município de Capanema, onde a fiscalização do Parque, em parceria com o pelotão de Polícia Militar Ambiental, registra constantemente infrações ambientais, relacionadas sobremaneira com a caça da fauna silvestre e a extração de palmito, tendo, os caçadores, acesso ao Parque por meio de embarcações utilizadas no rio Iguaçu. O aumento da frequência de pessoas (sejam proprietários, colaboradores ou visitantes) nessas propriedades, tornando menos inóspitas as margens do Iguaçu, possibilita a inibição deste tipo de prática. No entanto, ainda não existem meios suficientes para o registro de dados e o monitoramento desta informação, apenas relatos de alguns proprietários ribeirinhos que observam isso em seus cotidianos.

Assim, em função da falta de uma base de dados prévia ao PDTS, que apontasse o nível de conservação dos recursos naturais, ficou impossibilitada a análise deste nível enquanto um resultado efetivo do PDTS. O que se sabe, no entanto, é que a melhoria na gestão das propriedades, a preocupação em adequá-las de acordo com as legislações ambientais e a adoção de novas posturas conservacionistas, foi, de certa forma, incentivada pelo PDTS. Assim, essas ações dos beneficiários podem refletir sobre a conservação dos recursos naturais não só de suas respectivas propriedades, como também nos localizados dentro do Parque, reduzindo as pressões antrópicas sobre a área protegida.

## 6.7 Categoria 6 – Reserva legal<sup>45</sup> e Área de Preservação Permanente<sup>46</sup> – mata ciliar

Optou-se por construir uma categoria específica que trate da averbação de Reserva Legal e da recuperação de APP – mata ciliar, já que foi uma das questões abordadas diretamente na entrevista e, também, por se configurar como um dos ganhos ambientais objetivados pelo PDTS.

Inicialmente buscou-se identificar quais beneficiários se localizavam em áreas onde a legislação exige a presença de Reserva Legal e APP, resultando num total de 19 entre os 22, como pode ser observado na Figura 20. Os demais desenvolvem suas atividades em áreas urbanas<sup>47</sup>, onde não ocorre tal exigência.

Destes 19, quatro são os que não precisam manter APP, em função das características de suas propriedades<sup>48</sup>, enquanto as propriedades de outros dois estão em áreas consideradas 100% APP.

Procurou-se verificar, então, entre os que a lei exige tanto Reserva Legal quanto APP, ou seja, 13 entre os 19 casos, como estava a situação desta última. A maioria já tem a mata ciliar recuperada, enquanto os demais estão em vias de recuperação.

Na época, né, que eu comprei essa chácara, ela era já era toda desmatada, entendeu? Não tinha mais mata nenhuma, né. Inclusive, né, hoje eu tenho toda mata ciliar.

*Beneficiário 7S*

45 De acordo com o Código Florestal vigente na época Área de Preservação Permanente é conceituada amplamente, mas em termos gerais consiste em: áreas que margeiam cursos d'água; encostas; topo de morros, montanhas, serras; restingas como fixadoras de mangue ou dunas; em altitudes acima de 1800 metros, entre outros localidades se assim a Lei estabelecer.

46 De acordo com o Código Florestal vigente na época: “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas”. Ver mais em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm)>

47 De acordo com o Código Florestal vigente na época, em ser artigo 2º, parágrafo único: “No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.”

48 Que no caso de ambos os municípios se enquadram nas exigências das alíneas a e c, do artigo 2º. Do Código Florestal, vigente na época: “a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água (...); c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados “olhos d'água”, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura”.

Dois entre esses 13 tiveram a sua mata ciliar destruída por questões climáticas, como enchentes, ou então, estava em vias de recomposição e os próprios visitantes depredaram a vegetação, ao terem acesso ao rio ou montar suas estruturas nas áreas de camping.

[...] a mata ciliar não tem. Na verdade assim, quando nós viemos morar aqui tinha, né. Mas daí deu aquelas enchentes, não sei se vocês estão lembrados, em 1983, 1992, daí acabou com tudo. Destruíu tudo. O que tinha ali pra baixo, ali tinha uma berada de mato assim uns 20, 30 metros na beira do rio, até o barranco. Era bonito, assim, era mato até lá na água, assim. Daí acabou tudo e nunca mais se criou, né.

*Beneficiário 4C*

[...] eu quando cheguei aqui... olha é difícil, me incomodei por causa da proteção das árvores. Um problema terrível, né [...] Do dia que eu plantava e tudo, né. Porque arrancavam, a mulecada arrancava.

*Beneficiário 8C*

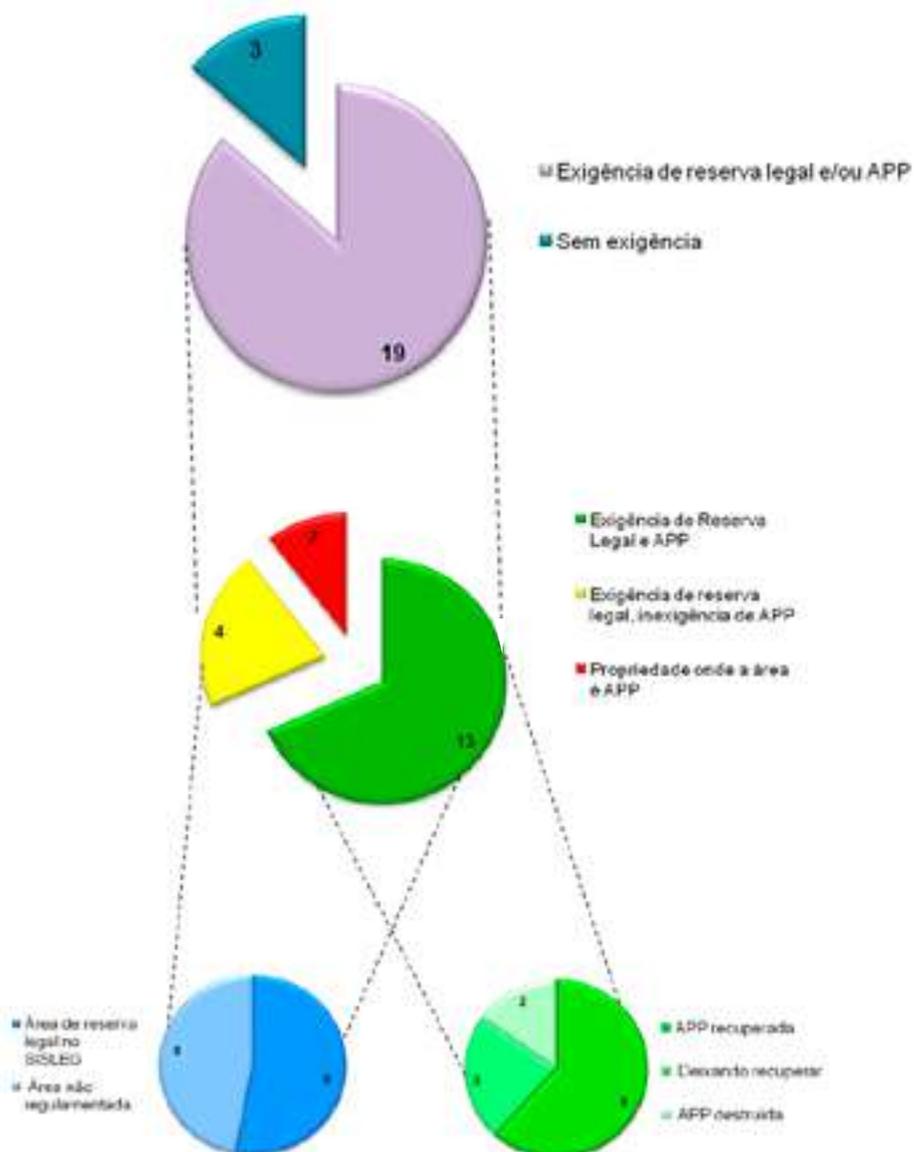


Figura 20 – Situação dos beneficiários quanto ao Código Florestal – averbação

de reserva legal e APP.

Destaca-se que entre os que já possuem a mata ciliar recuperada estão quase todos os beneficiários que residem em Serranópolis do Iguaçu, o que representa 86% dos que devem destinar este tipo de área em sua propriedade. A exceção nesse grupo afirmou estar em processo de recuperação da mata ciliar. Em relação a Capanema, apenas 33% já recuperaram a mata ciliar entre os beneficiários cujas propriedades a lei exige.

Procurou-se saber, também, quanto à situação da Reserva Legal nas propriedades em que ocorre a exigência. Verificou-se que todos os beneficiários têm áreas destinadas à Reserva Legal, no entanto pouco mais da metade foram os que as submeteram para averbação junto ao IAP, órgão ambiental do Paraná responsável pela regulamentação destas áreas, e constam com suas áreas no Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação (SISLEG)<sup>49</sup>. O SISLEG é um sistema de gerenciamento que o estado do Paraná criou no intuito de “facilitar aos proprietários rurais o cumprimento das exigências legais estabelecidas pelo Código Florestal e averbar às margens das matrículas, as áreas de Reservas Legais de suas propriedades”, de acordo com o CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, daquele estado.

No que se refere à regularização da Reserva Legal, novamente o município de Serranópolis do Iguaçu apresenta os maiores índices, com 75% das propriedades já fazendo parte do SISLEG, enquanto Capanema apresenta apenas 27%.

Quanto às adequações ambientais das propriedades participantes do PDTs, no que se referem ao Código Florestal, as localizadas no município de Serranópolis do Iguaçu apresentam melhores resultados. Contudo, destacam-se mais uma vez as particularidades geográficas de cada município o que acaba acarretando numa ação mais dispendiosa recompor a mata ciliar para o município de Capanema. No entanto, a

---

49 “O SISLEG foi institucionalizado através do Decreto Estadual 387/99, estabelecendo um sistema estadual de implantação de Áreas de Reserva Legal previstas no Art. 16 da Lei Federal 4771/65 (Código Florestal), tendo como diretrizes básicas a manutenção dos remanescentes florestais nativos, a ampliação da cobertura florestal mínima visando a conservação da Biodiversidade, o uso dos recursos florestais e o estabelecimento das zonas prioritárias para a conservação e recuperação da biodiversidade.”

Ver também: < [http://www.crea-pr.org.br/crea3/html3\\_site/doc/guia/cartilhaSISLEG\\_baixa.pdf](http://www.crea-pr.org.br/crea3/html3_site/doc/guia/cartilhaSISLEG_baixa.pdf)>

exigência de Reserva Legal é a mesma para ambos, 20% da área total da propriedade, como pode ser observado nos seguintes incisos do Código Florestal, Lei 4.771 de 1965, em seu artigo 16º, inseridos por meio da Medida Provisória 2166/67 de 2001:

I - oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal;

II - trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do § 7o deste artigo;

III - vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País; e

IV - vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País.

## **6.8 Categoria 7 – Potencialidades e fragilidades do PDTS**

Objetivando destacar o que os beneficiários identificaram como potencialidades e fragilidades do PDTS, finalizou-se a entrevista destinando tempo que permitisse a eles externar tais percepções. No Quadro 9 estão dispostas as frequências por total de entrevistados acerca das percepções. Ressalta-se que alguns beneficiários apontaram mais de uma potencialidade e/ou fragilidade.

**Quadro 9** – Potencialidades e fragilidades do PDTS sob a ótica dos beneficiários residentes nos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu, 2009.

	<b>Subcategorias</b>	<b>Frequência</b>
<b>Potencialidades</b>	Ganho em conhecimento	9/22
	Geração de oportunidades econômicas	7/22
	Melhoria na divulgação	5/22
	Aumento das relações sociais	5/22
	Ganhos ambientais	2/22
	Melhoria estrutural	1/22
<b>Fragilidades</b>	Enfraquecimento no acompanhamento/ incentivo	13/22
	Dificuldade em conseguir financiamento	8/22
	Baixa divulgação fora do município	6/22
	Restrições legais	5/22
	Baixa visitação	4/22
	Pouca qualificação	2/22
	Ineficiência na estrutura de acesso	1/22
<b>Total de entrevistados</b>		<b>22</b>

Observa-se que dentre as potencialidades com maior representação está o ganho em conhecimento. O aumento no conhecimento fora também relatado por alguns entrevistados quando questionado a respeito das mudanças que ocorreram após o PDTS, como já demonstrado com a análise da Categoria 4. Ao investigar as potencialidades, novamente este argumento apresenta peso quanto à participação das respostas.

Que nem, é os cursos que nós fizemos foi bastante importante. Porque além disso que a gente é analfabeto mas a gente sempre aprende mais coisa, né. Às vezes ali tem coisa que a gente não sabia [...] Porque se gente não tivesse os cursos hoje em dia a gente tava meio perdido, né.

*Beneficiário 3C*

[...] vou falar [...] que eu fui uma pessoa muito atrasada, né. Eu comecei a fazer cursos, eu não sabia lidar com o povo. Hoje eu sei lidar com o povo.

*Beneficiário 6C*

[...] fiz uns cursinhos pelo SENAI, né, entendeu? De olho na qualidade, vários, né. A gente fez uns cursinhos na Foz do

Iguaçu sobre isso, entendeu? Apesar que a minha escolaridade é baixa, né, mas eu frequentei. Fui lá, né, entendeu? Tava presente, né. Então, foi por ali, né.

*Beneficiário 7C*

[...] o principal, o positivo ponto foi [...] conhecimento. Veio uns grupos aqui, né [...] na época, primeira vez que eu atendi eles, então eu nem tinha experiência nenhuma, depois que eu fui fazer uma visita que eu vi como que é o atendimento. Passei até muita vergonha, porque a gente não sabia. Aprendi muita coisa com isso. Acolhimento, né, como receber a pessoa, como atender eles, de toda forma, né. Então eu aprendi muito com isso. Nossa!

*Beneficiário 1S*

Positivo foi que [...] no início [...] fizeram vários cursos [...] pra gente poder gerir melhor a nossa propriedade [...] como noção do que é o turismo rural [...]

*Beneficiário 5S*

A segunda potencialidade que mais se destacou foi a geração de novas oportunidades econômicas, relacionando-se ao fato de se criar novas demandas por mão de obra, tanto com o surgimento de atividades econômicas como com o fortalecimento de outras, conseqüentemente ocupando a família do beneficiário. Atrelado a este conceito também está a melhoria sobre a renda de muitas famílias.

Óia, isso aí é uma coisa boa, né, porque é negócio de reunião, participação, de todo o grupo, né. Então a gente vai melhorando, vai vendendo mais, vai abrindo negócio fora, né. [...] porque já temo hoje até Santa Tereza [...]

*Beneficiário 2C*

[...] e revolucionou um pouco a economia [...] familiar foi, assim, revitalizada, foi muito bom o Programa pra isso, eu acho.

*Beneficiário 12C*

[...] a união dos familiares, um exemplo pra manter pais,

filhos, juntos na mesma propriedade. O filho não precisar sair de casa, ir pra trabalhar de empregado numa cidade, numa indústria. Então já ta dando uma oportunidade diferente, onde ele pode ganhar seu salário digno, cuidando da sua propriedade e ficando com seus pais, uma família, né. [...] E esse que acho que é o ganho maior [...] é manter o jovem junto na propriedade.

*Beneficiário 7S*

A melhoria da divulgação também é lembrada pelos entrevistados como um dos fatores positivos do PDTS.

[...] se ñ tivesse esse programa nós não estaríamos nem falando hj de turismo em Capanema. [Divulgação] eu acho que é o principal benefício que teve [...]

*Beneficiário 9C*

Assim como o aumento das relações sociais é novamente citado, desta vez como uma das potencialidades do PDTS.

Han... o coleguismo que você faz e você conhece, porque assim, como a gente trabalha e você mora na cidade você... han... não se dá aquele tempo de você ir pro interior, ou... é... de conhecer... Muitas vezes você deixa de prestigiar a natureza, por assim... Ah! Você fica acomodado em casa. Assim não, você já faz um grupo, um roteiro e você acaba um visitando o outro, você acaba conhecendo e na natureza você sempre descobre coisas novas, né.

*Beneficiário 5C*

E o que eu poderia dizer, assim, é a amizade que a gente teve, né, com os colegas, também, né, bastante.

*Beneficiário 1S*

Olha, mais foi a convivência entre os nossos amigos ali, ah... o diálogo, muitos amigos, e mais foi assim que a gente conheceu outros lugares e a gente precisava conhecer mais lugares. A gente saiu, a gente foi pra Veranópolis, a gente viu... A gente

foi lá em Curitiba...

*Beneficiário 8S*

Ganhos ambientais é outra potencialidade apontada pelos entrevistados.

Houve um ganho de fauna, tinha bicinho lá que não via há anos e voltou a ter, né. O guacho mesmo era um bicho que não existia mais, né. E hoje não, hoje ele tá lá, ele tem um ambiente favorável, né.

*Beneficiário 10C*

Apresentando a participação de apenas um entrevistado, está a melhoria estrutural advinda na propriedade em função das orientações repassadas durante as ações do PDTS.

Conhecidas as potencialidades, procurou-se, então, identificar quais foram as fragilidades percebidas pelos beneficiários. A falta de acompanhamento de um profissional da área de turismo, falta de apoio, incentivo, ou seja, a descontinuidade do Programa, representa uma carência observada por 13 entre os 22 entrevistados. É notável o descontentamento que marca os depoimentos quanto à paralisação das ações do PDTS e a não continuidade pelas prefeituras municipais.

[...] não vejo comprometimento com o Programa nem pelo Parque nem pela associação.

*Beneficiário 9C*

[...] enquanto a gente tinha o acompanhamento do Programa a gente até era mais animado [...] E quando parou parece que todo mundo estagnou.

*Beneficiário 14C*

[...] o que nós sentimos mesmo na pele é essa falta de entusiasmo [...], que realmente exista um grupo [...] pra caminhar junto e que possa contar com o apoio do poder público municipal pra começar [...], divulgar [...], incentivar, uma forma de visitação e, senão de solução, mas pelo menos de busca de resposta pros

problemas existentes [...] A continuidade, pra nós, seria muito mais interessante que nós... nós nos sentimos desamparados com isso. Quer dizer, quando... enquanto estavam por aí o negócio andou e depois parou mesmo.

*Beneficiário 2S*

[...] Esse Programa, deu uma parada [...] o município tinha que ver isso aí [...] Trazer pessoal de fora, incentivo [...]

*Beneficiário 3S*

[...] quando tava no auge mesmo surgiu de que ela [*técnica contratada do PDTS*] não poderia mais trabalhar com a gente. Então aquilo morreu [...] Só que tu sempre tem que continuar tendo esses apoios [...].

*Beneficiário 4S*

[...] esse foi um grande erro: de ter deixado perder essa parte [...] perder o foco [...] as pessoas que estavam [...] que conheciam bem a realidade de cada propriedade [...] Tem que trazer de novo pra dentro desse Programa mais [...] firmeza mesmo.

*Beneficiário 5S*

[...] O Programa inicial, enquanto ele tava em andamento, tava tudo andando conforme o cronograma [...] na metade do Programa houve a saída de certas pessoas [...] Então o Programa ficou desestruturado.

*Beneficiário 7S*

Entre os depoimentos de insatisfação quanto à falta de acompanhamento estão 88% dos beneficiários de Serranópolis do Iguaçu e 43% dos beneficiários residentes em Capanema. Estes índices, principalmente do primeiro município, vêm corroborar a falta de apoio do poder público local no que se refere à continuidade das atividades do PDTS. Em Serranópolis do Iguaçu a situação é mais crítica, a não organização em associação se configura como um fator prejudicial para a busca dos interesses coletivos dos beneficiários junto aos entes políticos, levando ao enfraquecimento das ações ofertadas pelos articuladores locais, uma vez que promotores já não mais desenvolvem suas ações

como inicialmente, tendo em vista o encerramento do que seria por eles denominada a primeira fase do PDTS, nos anos de 2007 e 2008.

No entanto, promotores atribuem tal carência aos articuladores locais, que deveriam dar continuidade ao Programa, após todo acompanhamento prestado pela equipe técnica. Ou seja, que eles deveriam dar continuidade por eles mesmos, terem autonomia para persistir. Em resposta a isso, articuladores locais dizem desconhecer que os promotores se comprometeriam apenas até aquele momento, atribuindo esta ausência de acompanhamento técnico apenas aos promotores.

Observa-se a disputa por não responsabilidades ou não comprometimento nesse embate, onde, entre as parcerias do Poder Público, uma atribui à outra o papel da continuidade, levando ao desmerecimento da causa e ao enfraquecimento do Programa, externado, até mesmo, pela desmotivação enfrentada pelos beneficiários e a ânsia pela volta do acompanhamento da forma e com a frequência como vinha sendo feito.

Quando analisado por subgrupo, observou-se que dentre os que sentem a falta do acompanhamento estão 72% do prestação de serviços e 38% do produção. Essa maior representação do primeiro subgrupo provavelmente pode estar relacionada ao tipo de atividade, por se tratar de algo novo, de algo intangível, onde a beleza e atratividade do local, as atividades de lazer ali existentes paralelo ao atendimento aos visitantes que se configuram como a oferta destas propriedades. Nesses casos o beneficiário depende do deslocamento de pessoas para consumir o que estão ofertando, já que a oferta se trata de serviços. Diferentemente do que ocorre com o produção, onde a oferta ali originada é tangível, concreta, pode se “deslocar” para atingir o consumidor, não dependendo necessariamente da presença do visitante, já que a oferta se trata de produtos. Aqui também tem o diferencial de a maioria das atividades desse subgrupo (63%) já existirem quando o PDTS se iniciou, o que, provavelmente, leve tais beneficiários a não sentir tanta necessidade de acompanhamento contínuo, pois o fato de empreender em tal atividade fora algo anterior ao Programa, ou seja, este proporcionou outros benefícios a estas pessoas que não fosse a motivação para iniciar uma atividade econômica. Assim, a carência quanto ao suporte técnico nesse grupo não é tão percebida quanto no grupo prestação de serviços.

[...] a gente tem que ter uma pessoa capacitada que nos acompanha como a gente tem uma lavoura, a gente tem um agrônomo, um técnico que acompanha a gente e como a gente que tá no dia a dia na mesma propriedade a gente não percebe nada, tudo normal. Quando é uma pessoa de fora ela enxerga. É uma coisa assim que eu acho...

*Beneficiário 8S*

Uma carência apontada por oito entre os 22 entrevistados se refere à dificuldade para se conseguir financiamentos para as suas atividades. Este também pode ser considerado como mais um fator que limita a expansão das atividades econômicas relacionadas ao turismo rural, desenvolvidas nesses municípios. Destaca-se que entre os que opinaram desta forma todos pertencem ao subgrupo prestação de serviços.

[...] não vejo condições de receber o turista aqui e ele se sentir a vontade e voltar aqui de novo [...] acho que entre a nossa turma do grupo tá faltando é investimento [...] não temos estrutura, não temos condições de ficar batalhando em cima [...] daquilo [...] Como não temos estrutura não adianta aplicar cursos [...].

*Beneficiário 11C*

[...] prepararam a gente com essa parte [...] de linha de crédito [...] mas quando a gente se trata de chegar e pedir aí [...] bloqueia [...], os empecilhos aparecem e dificulta toda a trajetória.

*Beneficiário 5S*

Apesar de ser bem citada a divulgação feita pelo PDTs, principalmente pelos efeitos que a mesma tem causado sobre a venda de produtos no caso do subgrupo produção, por exemplo, ainda é reconhecida como carência a divulgação além do município. Esta divulgação estaria relacionada com a venda dos municípios enquanto destinos turísticos, no intuito de torná-los conhecidos enquanto roteiros de turismo rural e passarem a receber um maior fluxo de visitantes, ou seja, é percebida uma carência na promoção turística dos municípios.

Chama-se a atenção para o fato de que 67% dos que atrelam como carência a divulgação do município são do subgrupo prestação, o que

representa 50% do subgrupo todo. Acredita-se que essa percepção se dá com a baixa presença de visitantes, indispensável para que ocorra a atividade turística, levando estes beneficiários a acreditar que o sucesso de sua propriedade somente será completo com a vinda de visitantes, até porque foram motivados por esta expectativa.

Eu acho que divulgação fora não foi muito, mais aqui no município.

*Beneficiário 1C*

[...] divulgar mais, só que, eu acho que pra trazer o visitante.

*Beneficiário 3C*

[...] o que poderia melhorar [...] é os canais de comercialização [...] a divulgação [...] fazer parcerias.

*Beneficiário 10C*

Paralelo a esta subcategoria pode-se relacionar a limitação relacionada à baixa visitação, apontada por quatro dos 22 beneficiários, sendo todos eles do subgrupo produção.

[...] na verdade o turismo funcionaria bem se tivesse público, né. [...]. Então, se não tem o público, não adianta ter uma pessoa ali que trabalha em cima disso se não... não aparece, né.

*Beneficiário 4C*

Nós é... se dependêssemos só do turismo, por enquanto, estaríamos ralados. Porque nós entregamos nossos produtos no mercado regional, enfim, não tem essa dificuldade. Mas, com certeza seria muito melhor se nós tivéssemos o turista visitando e ele levando produto, a gente sairia da estrada, no caso, e cuidaria melhor da propriedade ainda.

*Beneficiário 2S*

Já os beneficiários do subgrupo prestação de serviço observam diretamente os efeitos do PDTs por meio da divulgação, em função de

ter acrescida a sua demanda de visitantes, ainda que de forma sazonal. Como já visto, na maior parte dos casos chega-se a gerar outros empregos/ocupações com a atividade do turismo, sendo intensificada esta prática nos períodos de maior fluxo turístico, que se concentra nos meses de verão.

Assim, fica notória a diferença das carências enfrentadas quando analisados os dois subgrupos separadamente:

- Produção: sente de forma indireta os benefícios, por meio da divulgação mais ampla dos seus produtos, resultando em vendas mais expressivas. Tanto é que o índice dos que tiveram melhoria sobre a renda familiar após o PDTS é maior neste subgrupo do que no prestação de serviços, com 75% e 59% respectivamente. No entanto, o fato de haver pouca visitação nestas propriedades faz com que tais beneficiários não se sintam completamente satisfeitos com o Programa, esperando por estes para se sentirem mais satisfeitos com os efeitos do PDTS. Contudo, é decorrente do aumento da divulgação local a melhoria na renda dessas pessoas em função do aumento da demanda por seus produtos, não havendo, necessariamente, uma continuidade do fluxo turístico observado durante o Programa, conforme relatos dos entrevistados. Esse fluxo, no entanto, muitas vezes fora motivado pelo próprio Programa, que traziam grupos de excursões para conhecerem os atrativos e atividades que os municípios envolvidos ofereciam, como observado anteriormente na descrição do PDTS.

- Prestação de serviços: são mais prejudicados pela falta de acompanhamento de profissional da área de turismo, como vinha sendo feito quando no auge das ações do Programa, no entanto demonstram estar satisfeitos com a maior demanda de visitantes, compreendendo os efeitos da sazonalidade.

Em continuidade à identificação das carências estão as restrições legais, cujos efeitos são intensificados em consonância à falta de informação a respeito. Para estes entrevistados, o fato de participarem do PDTS deveria lhes proporcionar benefícios junto à flexibilização das leis ambientais quanto ao uso e gestão de suas propriedades, em função das restrições sofridas por se localizarem em área de influência de uma UC. Queixam-se da morosidade nos processos para se adequarem ambientalmente, bem como para empreenderem em suas propriedades.

Por isso que hoje eu estou investindo numa atividade mais segura pra mim, né. Vou fazer só o básico até que seja tudo desenrolado o sistema: “Rio é tanto, aqui tu tem permissão, sanga é tanto...” Essas liberação, vamo supor, que trava essa parte de pouco investimento, entende, né. Porque eu to investindo, faz uma churrasqueira, bota uma grama, planta uma árvore... Até pra plantar árvore... Se eu botar veneno lá são capaz de me multar. Eu tenho que matar aquela braquiária pra botar, como é que eu vou plantar um pé se aquilo lá não deixa vingar, né.

*Beneficiário 8C*

Eu acho que deveria ter mais agilidade e praticidade nas regras pra gente poder dizer assim: “Proprietário, você pode fazer isso aqui, vai investir que tu não vai perder dinheiro, em contrapartida você vai ter que fazer isso e isso e isso que tu vai ta legal com o meio ambiente. Tá aqui teu licenciamento.” [...]

*Beneficiário 9C*

Ah, mais facilidade na parte burocrática. É muito burocrático você conseguir hoje um documento [...] tem vez que você não sabe nem onde buscar. Faltando muita informação, muito assim... diálogo... as autoridades vir buscar. Não só vim, é... na hora que você... que nem, nós tivemos caso assim, denúncia... daí, nossa! Aquela coisa toda, né. Então, eu acho que isso não devia acontecer. Eu acho que a autoridade que tá ali pra... pro meio ambiente devia colaborar com os empreendimentos que já tão, né. Porque a gente quer melhorar, com certeza a gente quer mais que colaborar com... com tudo, pra ficar melhor.

*Beneficiário 4S*

Também se observa nesses depoimentos a falta de informação quanto à própria legislação ambiental, ficando o beneficiário sem saber as permissões e restrições concernentes à sua propriedade rural, tendo em vista não só o Código Florestal, mas também o fato de estarem inseridos em área de influência de uma UC, como já mencionado.

Com menores representações estão as carências definidas como baixa qualificação profissional e ineficiência nas estruturas de acesso.

A carência na baixa qualificação profissional está relacionada principalmente ao fato de não se conseguir mão de obra capacitada para se trabalhar com atendimento ao público ou pessoas que queiram trabalhar na área rural ou aos finais de semana, como discorrido na Categoria 3, que trata da geração de emprego e renda.

É... eu ainda acho que a qualificação do pessoal. Isso é uma coisa que tem que ser trabalhada ainda a qualificação. Nunca as pessoas vai perder as suas características pessoais, né. Mas a qualificação no sentido de... é... de dar um bom atendimento, de tentar mostrar pro... pro hóspede lá ou pro cliente, as belezas daquele lugar, entendeu? Porque as pessoas se acostumam com a beleza, as pessoas que moram ali.

*Beneficiário 10 C*

Quanto à ineficiência das estruturas de acesso foi uma carência reportada em função da pouca sinalização que existe no município de Serranópolis do Iguaçu, bem como a estrada de acesso à área rural que, de acordo com os entrevistados, nem sempre está em bom estado de conservação, o que se acentua principalmente após períodos de chuvas.

[...] primeira parte que tinha que [melhorar] a sinalização, a estrada também [...]

*Beneficiário 1S*

## **6.9 Percepções e reflexões para além das metrificações das categorias de análise**

Nesta seção serão apontadas outras percepções que foram possíveis apreender com a pesquisa de campo juntamente com os discursos dos entrevistados, no que se refere ao contexto que os mesmos se inserem. Nas seguintes linhas, buscou-se destacar a qualidade dos discursos, não se prendendo à representação estatística destes dentro do rol de beneficiários. Procurou-se dar atenção em algumas particularidades que se considerou relevante destacar dos depoimentos, bem como fazer algumas reflexões gerais sobre os dados coletados.

Retomando a questão dos conflitos entre o Parque e seu entorno,

na tentativa de melhor compreender essa relação, buscou-se perceber de forma indireta, o sentimento que os beneficiários têm para com essa UC. A localização dos municípios, estando cada qual em uma das extremidades da Estrada do Colono, gera uma expectativa de que seus moradores tenham uma percepção negativa sobre o Parque. Contudo não foi possível perceber, em termos gerais, mágoa ou ressentimento em função do fechamento da Estrada, já que se trata de um conflito que delongou na história da relação entre a UC e seus “vizinhos”. Os poucos entrevistados que fizeram menção ao fato, o atribuiu à dificuldade de acesso ao outro lado do Parque, decorrente do aumento da distância.

[...] porque antes nós tínhamos acesso até Capanema, depois perdeu-se isso aí. Ficou mais difícil pra gente ainda, né. Que antigamente tudo era rápido

*Beneficiário 5S*

Alguns entrevistados, inclusive, comentaram que o fechamento da Estrada foi positivo, pois colaborou para a redução da entrada ilegal de caçadores e palmiteiros<sup>50</sup> e que os principais envolvidos com os conflitos relacionados ao fechamento eram pessoas coniventes ou até mesmo beneficiadas pela prática da caça e da extração de palmito – conflitos históricos, já apresentados na seção que contextualiza o Parque Nacional do Iguaçu. Esses depoimentos corroboram com os estudos realizados por D’Amico, Da Costa e Cândido-Jr (2004), onde constataram que estas práticas ilícitas, no caso da UC em questão, não ocorrem para fins de subsistência, mas como um negócio lucrativo. Vale destacar que, de acordo com o IBAMA (2007), a caça ilegal lidera o rol de ameaças para os parques nacionais brasileiros.

Assim, estes relatos contrariam aquela ideia de que o fechamento da Estrada comprometeria o desenvolvimento local, de acordo com os argumentos utilizados pelos representantes políticos da região que insistentemente instigam a população do entorno a reativarem as manifestações pró-abertura da Estrada.

Percebe-se aqui outro conflito de interesse sobre o Parque. Se os estudos vêm constatando que os crimes de caça e extração de palmito, neste caso, são práticas comerciais, quais ações necessárias para contê-

<sup>50</sup> Assim denominados por eles as pessoas que extraem palmito do Parque.

las? Fiscalização acredita-se ser o que primeiro pensa o leitor. No entanto, é sabido que as unidades de conservação brasileiras nem sempre dispõem de efetivo suficiente para tornar exequível a totalidade das complexas demandas relacionadas aos seus respectivos manejos. Esta insuficiência é a segunda principal causa de vulnerabilidade dos Parques Nacionais e Refúgios Naturais da Vida Silvestre, perdendo apenas para a facilidade de acesso para a prática de atividades ilegais nos perímetros dessas áreas, de acordo com o estudo de Efetividade de Gestão das UCs Federais do Brasil realizado pelo IBAMA no ano de 2007.

Retomando ao caso da Estrada do Colono, houve também um depoimento relacionando a influência do fechamento da Estrada do Colono sobre as vendas de um dos beneficiários do subgrupo produção.

Eu acho que pra melhorar aqui o nosso... nosso... a nossa venda aqui tinha que abrir a estrada do Parque. Eu acho que é uma grande coisa, né, porque daí a gente ia vender bem mais, né. É, e o movimento ia passar bastante aqui, né. Mas, infelizmente num... num tem jeito, né.

*Beneficiário 2C*

No entanto, percebeu-se no enredo da entrevista que o próprio beneficiário se contradiz ao se queixar do movimento, ou seja, do volume de vendas dos seus produtos, uma vez que o mesmo apresenta queixa quanto à dificuldade da contratação de trabalhadores, o que limita a sua produção, sendo que esta é completamente absorvida pelo mercado regional. O mesmo beneficiário demonstra a satisfação com suas vendas, após se inserir no roteiro de turismo rural de Capanema:

[...] o que a gente produz aqui a gente vende muito bem. A gente vende tudo. Depois que nós começemo a participar da associação aí a venda foi bem maior.

*Beneficiário 2C*

Apesar de silenciarem-se quanto à Estrada, considerou-se pertinente expor a Figura 21. Trata-se de uma foto retirada durante uma das entrevistas e que, de certa forma, externa o elemento Estrada enquanto pertencente à história e costume daquele povo.

Este parece ser um conflito “amenizado” com a população do entorno até por entenderem que o Parque pode trazer benefícios à sociedade como um todo, como disposto anteriormente. Com os depoimentos coletados nesta pesquisa, perceberam-se ganhos no aspecto político-institucional, claro que não somente em função do PDTS, mas de um aglomerado de ações voltadas para a gestão além dos limites da unidade. Tanto no relato dos articuladores locais quanto no dos beneficiários é possível identificar a melhoria na imagem do Parque, que vinha sendo deteriorada em função dos pertinentes conflitos. Não há registros para se projetar essa evolução em função de não existirem outros estudos concernentes, porém, nos próprios relatos os entrevistados se apropriam de palavras como antes e agora e que fazem um recorte temporal que coincide com a nova administração do Parque e, conseqüentemente, com o PDTS.



**Figura 21** – Jornal antigo de circulação na região de Capanema.

Foto: Fabiana Faxina.

Quanto aos ganhos para o Parque, este não vem somente por meio de sua imagem, mas também, pela percepção que os beneficiários demonstraram a respeito do meio ambiente, aumentando a preocupação com os aspectos ambientais de suas propriedades e compreendendo as melhorias que os ganhos ambientais podem proporcionar às atividades que desenvolvem. Em todos os discursos é possível identificar trechos

onde os entrevistados demonstram o despertar para as questões ambientais, alguns deles até relatam que transmitem esse novo olhar para as pessoas de seus convívios. De acordo com a literatura apresentada neste estudo, as atividades desenvolvidas no entorno de uma AP e os conflitos socioambientais (caça e pesca, por exemplo) de acesso aos elementos naturais interferem na biodiversidade. E é essa aproximação com as populações humanas que residem na área de influência que possibilita a elaboração de metas e objetivos de manejo, condizentes com os interesses dos diferentes grupos existentes.

Os diálogos entre a UC e o entorno acontecem de uma forma a possibilitar mais abertura às vozes locais, o que antes ocorriam apenas como normas e regras que tais municípios deveriam seguir por estar na área de influência da unidade. No entanto, apesar de minimizado, isto ainda continua sendo um motivo de descontentamento por parte de beneficiários, que lutam para que suas atividades tenham a devida regulamentação ambiental.

[...] o que me levaria a parar é essa situação de você não conseguir se legalizar, de você tá sempre em cima dessa corda bamba, entende.

*Beneficiário 9C*

O que precisamos é viabilizar o licenciamento das atividades.

*Beneficiário 10C*

Muitos têm a expectativa de um dia poder empreender atividades que sobrepõem o permitido pela legislação ambiental. Observa-se nos discursos o sentimento de querer explorar as belezas naturais existentes na região, no entanto encontram-se limitados pela lei. Neste sentido, acredita-se que ainda resta muito a ser fortalecido quanto à efetiva compreensão dos porquês das restrições correspondentes às particularidades da região e dos objetivos que alicerçam uma UC da categoria Parque Nacional. Devem ser contínuas as ações que envolvam as informações concernentes à legislação ambiental, aos processos de licenciamento ou de permissões ambientais. Ações desse nível, de tornar as pessoas conhecedoras do local onde habitam, principalmente no que

se refere a direitos e deveres, deveriam ser anteriores ao PDTS, a fim de o incentivo e motivação injetado nas populações não extrapolar as permissões e/ou restrições legais.

[...] o investimento ta feito e o Programa fez com que nós acreditássemos que podia investir também, além da nossa vontade.

*Beneficiário 9C*

Vale destacar que estas indagações são originadas por um grupo que, de uma forma ou de outra, obtiveram uma melhor oportunidade de conhecerem, de se aproximarem de tais informações, se comparado com os demais proprietários rurais que vivem às margens do Parque e que, provavelmente, não externam a percepção ambiental demonstrada pelo público entrevistado. Se analisar por estas proporções, entende-se que muito ainda deva ser feito no que se refere à disseminação destas informações, a fim de que o desconhecimento não acarrete em outras modalidades de conflitos socioambientais.

De acordo com o IBAMA (2007) é necessário que os Parques Nacionais brasileiros desenvolvam mecanismos mais eficazes para a coleta e processamento das informações relacionadas à comunicação com as comunidades locais, assim como com outros setores que se relacionam com a gestão destas UCs.

Embora o Parque já venha desenvolvendo ações de educação ambiental com o entorno, ainda é evidente a necessidade de ações pontuais e que abordem questões que permeiam o proprietário rural, já que este é o principal prejudicado pela existência da UC, como observado de acordo com a percepção ambiental dos beneficiários e também com a literatura.

Neste sentido, ações paralelas que levem este tipo de conhecimento devem existir também a fim de que as expectativas criadas na comunidade do entorno se enquadrem, se limitem ao que pauta a legislação ambiental. Como resultado desse desconhecimento, há relatos onde os beneficiários anseiam por criação de novos pontos de exploração no limite do Parque, muitas vezes em áreas onde o zoneamento não prevê atividades de uso público.

Tem cachoeiras fantásticas aí dentro do Parque e... fazer trabalho de... por exemplo [...] expedições de três dias, dois dias dentro do Parque. [...] e várias, assim, outras atividades, por exemplo, pesca de espécies exóticas no rio, que seria um trabalho que ia beneficiar, até, o Parque, né. Várias outras atividades, assim, que daria pra trabalhar nos pontinhos, assim, de... de visitação.

*Beneficiário 13C*

Então, uma coisa que eu acho que futuramente pode pensar né, que nem hoje, tem as Cataratas, né? Amanhã ou depois o Silva, o Floriano, mais, vamos supor, mais adentro, né? Que na verdade só tem 1100 metros. 100 metros na realidade não tem nada, né. A beleza está mais... está mais escondida. Eu sou um que nasci aqui, to com quase 47 anos nunca entrei num rio desses né? Então vamos supor que, num entro porque se é pra entrar lá pra me incomodar eu não vou, né?

*Beneficiário 8C*

Neste último exemplo, observa-se um ressentimento por parte do beneficiário quanto à proibição do acesso ao interior do Parque. Os nomes citados “o Silva, o Floriano” são rios localizados em seu interior e que, de acordo com o zoneamento previsto no Plano de Manejo (1999, Encarte 7, p. 4), estão inseridos na zona intangível, conceituada como:

aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas<sup>51</sup>, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas, onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas.

Evidencia-se a não tolerância desta zona quanto às atividades humanas. Isso se dá em função do objetivo que é destinado a esta área, sendo ela “dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O seu objetivo básico de manejo é a preservação, garantindo a evolução natural”. Existem outras zonas onde são permitidas atividades de uso público, no entanto, acredita-se

---

<sup>51</sup> Grifo nosso.

que esta se trata de outra informação desconhecida pela comunidade do entorno e que deva ser mais bem esclarecida.

Assim, apesar de demonstrarem um anseio por explorá-lo, observa-se que o Parque aparece no imaginário destas pessoas como algo inalcançável, corroborando, desta forma, o modelo norte-americano de criação de Parques, excludente de pessoas e que foi o modelo adotado pelo Brasil, como já explanado.

Tanto que meu sonho é um dia entrar no Parque [...] Porque eu tenho um sonho de um dia fazer uma árvore na praça com as plantas nativas do Parque Nacional do Iguazu.

*Beneficiário 5C*

Porque eu acho que [...] tudo o que é de natureza, faz parte de um recanto, né, do turismo.

*Beneficiário 4S*

No que se refere à atividade turística como um dos fins do Programa, acredita-se que deva até mesmo haver estudos que apontem a adequabilidade da proposta de desenvolvimento do turismo para se chegar aos objetivos delineados no PDTS. Pode ocorrer que para tais objetivos, as atividades econômicas fins possam ser outras, ou então, enquanto não há consolidação dos destinos turísticos, alguns destes objetivos não consigam ser materializados. Contudo, procurou-se fazer algumas reflexões acerca da atividade turística.

Percebeu-se pouca articulação com o mercado turístico regional ou nacional, atribuindo-se como carência do Programa a promoção dos próprios destinos turísticos, o que reflete nos baixos índices de visitação. Notou-se que não existem meios que favoreçam a venda dos municípios enquanto atrativos turísticos. Quando investigados os meios de divulgação utilizados para estes roteiros, observou-se que esses ainda eram incipientes e ocorriam de forma esporádica, reduzidas ao âmbito local, assim como não existia um estudo de mercado para identificar o público alvo daqueles destinos.

Neste sentido, a venda dos destinos acaba não atingindo os públicos potenciais que visitariam Capanema ou Serranópolis do Iguazu. É desvalorizado o potencial emissor de visitantes existente na própria

região. No caso de Capanema, por exemplo, existem centros emissores de médio porte, como as cidades de Cascavel, Pato Branco e Francisco Beltrão, que juntas somam aproximadamente 650 mil habitantes. Essa desvalorização possivelmente está pautada no interesse dos promotores em “escoar” para o entorno os visitantes que vão à Foz do Iguaçu, já que inicialmente fora realizada uma pesquisa de opinião com os visitantes deste destino acerca do interesse em conhecer o entorno do Parque, obtendo resultado favorável da maioria dos respondentes.

Outros fatores relacionam-se aos costumes locais e que poderiam dificultar o desenvolver de uma atividade turística, já que, por exemplo, as pessoas relutam para trabalhos que ocupem os finais de semana. Muitos beneficiários apontaram esse fato como uma dificuldade, pois, principalmente em períodos de maior movimento, não conseguem encontrar pessoas para trabalhos temporários. No entanto, há alguns beneficiários do subgrupo produção que também não tem interesse em trabalhar aos finais de semana, por exemplo, abrir uma agroindústria num domingo para atender um grupo que está visitando o roteiro de turismo rural.

De qualquer forma o empecilho não está atribuído apenas ao fato de “perder” o final de semana, para os casos das pessoas que seriam contratadas, mas também à distância da cidade à área rural, pois nem sempre é possível suprir a oferta de empregos temporários com os jovens do campo. Houve relatos até mesmo de o beneficiário não conseguir pessoa que se interessasse por emprego fixo, pois a oferta estava na área rural e nas propriedades vizinhas não havia pessoas dispostas.

Relacionado ao costume também está a descrença que alguns municípios tem para com o próprio município enquanto destino turístico. Tanto articuladores locais quanto beneficiários relataram a não confiança na atividade externada pelos próprios residentes do município.

[...] a gente tá unido, o município em si não tá acreditando. O pessoal da cidade aí não acredita. Tem gente que nem conhece o roteiro ainda. Não conhece e não sabe também que existe isso.

*Beneficiário IC*

De acordo com Hall (2001) a atividade turística deve considerar

as necessidades da comunidade local bem como ser uma atividade aceita por ela a fim de manter sua estabilidade econômica por longo período. A mesma autora apresenta a importância do envolvimento das pessoas no processo de planejamento e tomada de decisões que a elas afetam, havendo, dessa forma, maior probabilidade destes participantes se comportarem como partes interessadas quando da implantação de programas. No caso do PDTS, a população destes municípios que não é beneficiária provavelmente não tenha sido inserida nos processos participativos de planejamento, estando estes limitados aos beneficiários. Esta “exclusão” pode ter sido o fator resultante desta descrença e também o motivo para que pessoas residentes na área urbana não se interessem pelas ofertas de emprego existentes nas propriedades do roteiro turístico rural.

No entanto, os beneficiários, de um modo geral, apresentam em seus depoimentos uma forte motivação para com a atividade turística, tem vocação empreendedora, anseiam pelo sucesso de seus municípios, reconhecem a atividade enquanto algo que agregam valor em suas propriedades e consideram positiva a troca de experiências com os visitantes.

Por mais que eu sou uma pessoa, né, que dependo [...] de contratar ajudante, eu sou uma pessoa sozinha, mas to aí com a cabeça de pé, né. Cada dia, né, mais vontade de trabalhar, e cuidar e receber bem o meu povo.

*Beneficiário 7C*

Na realidade, vim aqui pra montar isso aí, na minha mente era investir no turismo em Capanema, né. Eu já tinha esse interesse, né... Na época já tem dois balneários aqui que já tavam dez anos de atividade, ou mais, né. Mas daí eu pensei assim: “Eu, também tenho oportunidade lá”, né.

*Beneficiário 8C*

Na verdade a propriedade sem o turismo não tem valor nenhum, né.

*Beneficiário 9C*

Quero ver Capanema crescer com o turismo.

*Beneficiário 11C*

Isso nos fortaleceu, né. Que na realidade eu tava fazendo uma coisa com uma finalidade, aí depois do Programa, aí a gente ficou mais empolgado em trabalhar. Porque, se não, assim: “Se tivesse o Programa igual tão falando...” entendeu? “... eu acredito que pode ser muito bom pra gente”. Aí a gente pegou e começou a trabalhar mais em cima, se dedicar mais e construir mais.

*Beneficiário 5S*

Dentro desta percepção positiva quanto à atividade turística, outros a reconhecem como uma atividade de menor risco, que gera uma opção de renda extra à família, ou, até mesmo, que possa vir a substituir as atividades ora praticadas na propriedade rural. Lembrando que, caso esta substituição venha ocorrer, as pressões sobre o Parque podem ser amenizadas, desde que ocorra com o devido planejamento da atividade turística e respeite as capacidades de suporte ambientais, mesmo se tratando de áreas particulares.

Então, hoje a minha renda... eu vivo disso. Se eu depender da minha lavoura, que nem, eu planto um pouquinho, não é lá aquelas coisas, mas é! Inclusive, esse ano já duas secas, entendeu? Perdi as duas safras 100% né, ta aí pra comprovar, né. A primeira ainda, talvez a gente... não vai perder todo, né, ela 100%, porque a gente financiou ela. Mas a outra não. Não financiam, né, nesta época, né. A gente quis arriscar, né, pra ver se tinha um... pra ver se recuperava um pouco, né, e ta tudo perdido. Então eu vivo disso aqui. Eu tenho os netos, né, que de vez em quando a gente ajuda, né. E se não dependesse disso nem meus netos podiam ajudar, né, que são menorezinhos, pequenos, né, pequenino, né.

*Beneficiário 7C*

Mas hoje, a minha principal renda seria a agricultura, em ano normal de safra, entende? Só que esse ano já muda tudo por causa da estiagem. O turismo é uma atividade que é uma

garantia, ela é uma garantia, né. Uma garantia de tu não tá se endividando, porque tu vai no banco, financia e se a lavoura não dá, se bem que nunca financiei, né. Se ela não dá tu corre dificuldade de sobreviver, né. Então ali seria uma renda extra, vamo se dizer, né

*Beneficiário 8C*

Hoje se você for num balneário e analisar a situação econômica de plantar um alqueire de soja e hoje o cara ter um hectare de balneário, se for preciso o cara deixa mato 10 hectares... 10 alqueire. Desde que possa usufruir pro turismo, porque é mais rentável, menos poluidor, menos incômodo, não ocorre tanto problema com intempérie, né. E a renda, é sazonal? É sazonal, mas, é tipo formiga, né: verão – casa cheia e inverno dorme daí, né.

*Beneficiário 9C*

Em contrapartida, existe entre os beneficiários o descontentamento gerado em função da descontinuidade das ações do PDTS e a não resposta apresentada por promotores e articuladores locais. Promotores afirmaram ter interesse que o Programa tivesse continuidade, no entanto acreditam que as prefeituras municipais deveriam ter iniciativa de estabelecer novas parcerias e obter fontes de financiamento. Desta forma, entende-se que este seria o momento em que articuladores locais deveriam evoluir para os promotores de uma possível segunda fase do PDTS. Essa “mudança” de papel parece já ter-se iniciado no município de Capanema, que no ano de 2009 recorreu ao SEBRAE enquanto novo parceiro para a continuidade da formatação e promoção do Roteiro Doce Iguassu.

No entanto, seria interessante para o Parque, enquanto AP que objetiva os ganhos ambientais advindos dessas práticas econômicas menos impactantes, a continuidade do apoio institucional no intuito de manter os vínculos com a comunidade do entorno, otimizando os ganhos já angariados com esta nova filosofia de gestão, caracterizada a partir de 2003. Portanto, para um melhor conhecimento dos efeitos dessas ações, é importante manter um conjunto de indicadores capaz de fornecer informações acerca das metas e objetivos elaborados para a gestão da área de influência, principalmente por se tratar de um Programa de

## Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

Assim, perduram-se questionamentos como *quão sustentável é a atividade turística desenvolvida no entorno do Parque? Quais meios para se medir, avaliar tal sustentabilidade foram estabelecidos quando da criação do PDTS? É efetiva essa sustentabilidade?*

Acredita-se que outras pesquisas possam emergir para tentar elucidar tais questionamentos, assim como para apontar índices de efetividade da gestão das áreas de influências de áreas protegidas e que estes conduzam à elaboração de políticas públicas que visem ao desenvolvimento sustentável dessas regiões, priorizando a participação dessas comunidades nos processos de planejamento e tomada de decisão.

Assim, no que se refere à importância da aproximação entre UC e comunidade, como fora apontado na Seção 3, ressalta-se que esta também é demonstrada no estudo de efetividade de gestão (IBAMA, 2007), onde aponta que para a melhoria da gestão destas áreas é necessário que existam meios que possibilitem a participação das comunidades nas questões que a elas interessam.







*Por do sol na área rural de Capanema, Paraná, outono de 2009.*

*Foto: Fabiana Faxina*

---

## **7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A mudança de percepção que envolve a relação entre as áreas protegidas e as populações locais foi observada no decorrer das seções de número 2 e 3. Esta mudança, que ocorreu em função da evolução dos princípios que norteiam a conservação por meio do estabelecimento de áreas protegidas, gerou influências sobre os modos que estas áreas seriam manejadas, acordando com o alcance de seus objetivos. Observou-se que esta mudança vem ocorrendo de forma gradual, em função da proporção de degradação que a biodiversidade sofre em decorrência dos conflitos socioambientais. Logo, a amenização desses, por meio da elaboração de políticas públicas e da criação de outros canais de participação, vem atingindo resultados condizentes para os dois lados: para as populações humanas do entorno, que se dizem afetadas pela existência dessas áreas, e para a integridade da biodiversidade nelas protegida.

No presente estudo, nas seções específicas ao seu objeto (4,5,6), é possível notar timidamente essa mesma relação, esses resultados que a bibliografia mais recente vem apontando. No Parque Nacional do Iguaçu essa “evolução” é observada a partir do momento em que a unidade abre seus olhares, expande sua gestão e passa a considerar sua área de influência como influente na biodiversidade que se diga estar protegida em seu perímetro. Parece redundante assim citar, mas, a própria designação atribuída a esta área, que corresponde ao entorno, externa o seu motivo, dá ação à sua existência, cabendo aos gestores das áreas protegidas entendê-lo e manejá-la como tal.

Essa perspectiva é muito recente no Parque Nacional do Iguaçu e pode-se considerar tardia, em função do histórico de conflitos que esta unidade delongou-se a apresentar desde poucos anos após sua criação.

Contudo, nesse curto espaço que compreende a atual percepção admitida pela administração do Parque, é possível verificar quão fundamental são os diálogos com as populações que vivem no entorno de áreas protegidas. No caso do Programa de Turismo Sustentável do Entorno do Parque Nacional do Iguaçu, apesar de ser uma ação pontual, de envolver apenas uma pequena parcela da população que se concentra na área de influência, já se tornou visível alguns resultados que virão a diminuir as pressões sobre o Parque.

Assim, ao observar os efeitos do PDTS principalmente quanto à renda e adoção de práticas menos impactantes pelos beneficiários,

constatou-se que, de modo geral, contribui para estes quesitos, porém, com as reflexões já apontadas.

A questão organizacional dos beneficiários foi outro ponto observado de modo consolidado em Capanema, com a criação da Associação Doce Iguaçu, e em vias de se formalizar a associação dos produtores rurais inseridos no roteiro de turismo rural de Serranópolis do Iguaçu.

A percepção dos beneficiários quanto à existência de Áreas Protegidas é positiva quando pensada em âmbito global, transcendendo os benefícios à região em que se localiza. No entanto, as restrições legais, ao limitarem os proprietários rurais localizados na área de influência, geram uma percepção negativa, já que os “prejuízos” a eles atribuídos “bancam” os benefícios distribuídos “gratuitamente” à coletividade. Por outro lado, isto se comporta como um sentimento negativo, enquanto que as medidas adotadas pelos beneficiários buscam pela redução dos aspectos ambientais e pela regulamentação ambiental das propriedades, se configurando como ações positivas. Assim, nota-se que, de acordo com os objetivos do PDTS, houve comprometimento e interesse dessas pessoas para com as ações previstas. No entanto, entende-se também que muitas delas demandam tempo, como o cumprimento das exigências do Código Florestal Brasileiro: averbação de Reserva Legal e recomposição de Área de Preservação Permanente – mata ciliar.

Neste sentido, as ações de educação ambiental que envolvem a comunidade do entorno também devem ser orientadas para a disseminação das leis e normas que regem as particularidades da UC, fazendo com que estas pessoas efetivamente conheçam o lugar em que vivem, levando, desta forma, à compreensão dos benefícios difusos que o Parque Nacional do Iguaçu possa proporcionar.

Os ganhos financeiros foi outro ponto observado na maioria dos beneficiários bem como a oportunidade de se ocupar a família na propriedade rural. No entanto, os beneficiários anseiam pelo acompanhamento técnico, como ocorria durante as ações do PDTS. Contudo, para que os ganhos financeiros cheguem a todos os beneficiários é preciso uma continuidade das ações que visem ao planejamento dos municípios enquanto destinos turísticos, fortalecendo-os e promovendo-os como tais. É muito importante para a imagem do Parque, e para a percepção popular positiva acerca de sua existência, que no mínimo o

apoio institucional para ações deste sentido tenham continuidade, uma vez que, mesmo enquanto promotor, o Parque também é beneficiário das ações que empreende visando à minimização dos conflitos socioambientais.

Em função da falta de uma base de dados anterior ao PDTS, apontando o nível de conservação dos recursos naturais, fica impossibilitada uma avaliação dos resultados decorrentes das ações do PDTS acerca desses índices. Sabe-se, no entanto, que a melhoria na gestão das propriedades e a preocupação em adequá-las à legislação ambiental, incentivada pelo PDTS, pode refletir na conservação dos recursos naturais não só das propriedades, mas também na conservação do Parque.

No entanto, o observado é resultado de algo que a Ecoparaná denominou como um programa e que o Parque aceitou-o como tal. “Programa” este provido de uma dotação orçamentária limitada, uma vez que o recurso financeiro obtido proveio tão e somente de uma conversão de multa, sem previsões de como novos recursos financeiros seriam angariados ao se empenhar todo o valor já disponível. Responsabilidade transmitida apenas às prefeituras? Se assim fosse, as mesmas já deveriam estar preparadas desde 2004, início do PDTS, e não tomar conhecimento da “missão” apenas ao finalizar as ações que coubessem no orçamento previsto pelos promotores.

Contudo, este não foi o único fator negativo observado. A própria estruturação foi algo que também deixou a desejar. O que se evidencia é que algumas etapas do planejamento não foram bem elaboradas, principalmente a que se refere à definição das metas a serem alcançadas. Tanto é que ao se procurar informações a respeito, nada fora encontrado. Como é possível avaliar os resultados de um programa, se inexistente um diagnóstico que acorde com as variáveis previstas em seus objetivos, especialmente no que tange à promoção do desenvolvimento regional e à conservação dos recursos naturais?

Por outro lado, no que se refere a indicadores, monitoramento, resultados a serem apresentados, ao que parece os esforços se concentraram em demonstrar como os quatrocentos mil reais foram gastos, se preocupando apenas com variáveis quantitativas simples como: total de pessoas que participaram da palestra X; valor gasto com diárias do colaborador Y, e assim sucessivamente. Dados estes que este trabalho

não se apropriou, pois não eram suficientes para gerar as informações para realizar a análise aqui apresentada e que motivou a realização desta pesquisa.

De qualquer forma, mediante as limitações observadas no PDTS, o presente estudo se concentrou, então, em fazer análises dessas ações desenvolvidas e dos resultados que daí emergiram, sem se preocupar com uma avaliação do programa, uma vez que isso não seria possível, em função dos dados “não” disponíveis. Porém, apesar de esses resultados do PDTS serem ainda incipientes, pois se tratou de uma ação recente e restrita a poucos quando comparado com toda área de influência, ao menos algo já foi feito: foi dado início à elaboração de políticas públicas que venham contemplar os interesses sociais e conservacionistas. Contudo, não se pode considerar que apenas uma ação, desconexa de outras que permeiam as variáveis de tais conflitos, será suficiente para reduzi-los. O trabalho apenas foi começado. É na continuidade que o rol de resultados positivos, que se esperam, apareça. No entanto, entende-se que para a compreensão dos reais efeitos de uma política pública se faz necessária a elaboração e monitoramento de indicadores concernentes aos resultados pretendidos e que sejam capazes de apontar as suas respectivas evoluções, orientando para medidas assertivas quanto à continuidade das ações empreendidas e que melhor condizem para o alcance dos objetivos almejados.

Para possibilitar a continuidade e expansão dos resultados observados, seria necessária que uma segunda fase do PDTS ocorresse, agora de uma forma que obedecesse a todas as fases de planejamento, permitindo, então, uma avaliação dos reais efeitos que tal política pública possa proporcionar aos seus interessados.

Assim, com base nos resultados deste estudo e na literatura pesquisada, se prevalece o entendimento de que para o alcance dos objetivos de conservação da biodiversidade os conflitos com as populações humanas devem ser amenizados. Para isso, se faz necessária a elaboração de políticas públicas que orientem novos rumos para o desenvolvimento regional e a inserção social, criando meios que efetivem a participação nas tomadas de decisões, buscando o equilíbrio entre os distintos interesses. Assim, tem-se que a aproximação destas comunidades pode ser muito mais proveitosa para as áreas protegidas do que a separação e

consequente geração de conflitos, podendo estes apresentar um maior potencial de efeitos negativos para a integridade ambiental. Neste sentido, acredita-se que áreas protegidas em função do foco de sua gestão, podem tanto se tornar uma oportunidade para as comunidades de entorno, ou então, resultar num conflito socioambiental, podendo refletir em aspectos negativos para os dois lados.





## REFERÊNCIAS

ACOT, P. A. **História da ecologia**. Trad. Carlos Gomes. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: ACSELRAD, H (org.). Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. Rio de Janeiro: Relume, Dumará, 2004.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad. M. Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ALEXANDRE, A. F. **Políticas de resoluções de conflitos socioambientais no Brasil: o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina**. Blumenau-Florianópolis: Edifurb-Editora da UFSC, 2004.

ANTUNES, P. de B. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996.

ARRUDA, R. S. V. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais, vol. 1, Conferências e Palestras. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997.

ARRUDA, R. S. V. **Populações tradicionais e a proteção**. In: DIEGUES, A. C. (org). Etonoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

Avança Brasil. **Municipalização do turismo**. Disponível em: <[http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelavalPPA2002/content/av\\_prog/083/prog083.htm](http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelavalPPA2002/content/av_prog/083/prog083.htm)> Acesso em 14 jul 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1972. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto no 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o código florestal. Rio de Janeiro: 113º da independência e 46º da republica.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o artigo 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, aprova o Regulamento de Parques Nacionais.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Brasília: 181º da Independência e 114º da República.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003. Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências. Brasília: 182º da Independência e 115º da República.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Brasília: 146º da Independência e 79º da República, 1987.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo código florestal. Brasília: 144º da Independência e 77º da República, 1965.

\_\_\_\_\_. Decreto no 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Brasília: 158º da Independência e 91º da República, 1979.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: 160º da Independência e 93º da República, 1981.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Brasília: 168º da Independência e 101º da República.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: 177º da Independência e 110º da República.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000; Decreto ° 4340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta o art. 225, §1º., incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 5. ed . Brasília: MMA/SBF, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília: 185º da Independência e 118º da República.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Brasília: 186º da Independência e 119º da República.

**BENSUSAN, N. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

**BERCOVICI, G. Constituição econômica e desenvolvimento.** Belo Horizonte: Revista da FBDE, nº 01, out-mar 2008.

**BONASSA, T. L. Estrada do Colono: ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu.** Curitiba: UFPR – Dissertação de Mestrado em Sociologia, 2004.

**BORRINI-FEYERABEND, G., KOTHARI, A. OVIEDO, G. Indigenous**

**and local communities and protected areas:** towards equity and enhanced conservation. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 2004.

BRAMBILLA, M. **Percepção ambiental de produtores rurais sobre o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS) na perspectiva do desenvolvimento local.** Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco – Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local, 2007.

BLOS, W. **O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural.** In: ALMEIDA, J. A; RIEDL, M. (org). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: Edusc, 2000.

CDB. **Convenção da diversidade biológica.** Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/CDB>> Acesso em 01 jun 2009.

CAPANEMA. **Dados gerais.** Disponível em: <<http://www.capanema.pr.gov.br/index.php?content=secretarias&id=7>>. Acesso em 03 mai 2009.

\_\_\_\_\_. **Histórico.** Disponível em: <http://www.capanema.pr.gov.br/index.php?content=historico>. Acesso em 03 mai 2009.

\_\_\_\_\_. **O município.** Disponível em: <<http://www.capanema.pr.gov.br/index.php?content=municipio>>. Disponível em 03. Mai 2009.

CREA – PR. **SISLEG** – sistema de recuperação, manutenção e proteção da reserva legal. Série de publicações temáticas do CREA-PR. Disponível em < [http://www.crea-pr.org.br/crea3/html3\\_site/doc/guia/cartilhaSISLEG\\_baixa.pdf](http://www.crea-pr.org.br/crea3/html3_site/doc/guia/cartilhaSISLEG_baixa.pdf)>. Acesso em 04 dez 2009.

CREADO, E.S.J. **Parques sem residentes:** artefatos sociotécnicos em construção. IV Encontro Nacional da ANPPAS, Anais, Trabalho apresentado, GT 2. Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2008 .

CUNHA, L. H. COELHO, M. C. N. **Política e gestão ambiental.** In: GERRA, A.J.T. CUNHA, S. (org.). A questão ambiental – diferentes

abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3. ed., 2003.

D'AMICO, A. R.; COSTA, M. O. DA; CÂNDIDO-JR, J. F. **Impactos das atividades humanas clandestina na zona intangível do Parque Nacional do Iguaçu: o Rio Floriano**. In: Anais do IV Congresso brasileiro de unidades de conservação. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, vol. I, 2004.

DEL GROSS, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Ocupações e rendas rurais no Brasil**. In: ORNAS: ocupações rurais não-agrícolas: anais: oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000.

DENKER, A. F. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2000.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 8. ed., 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DOCE IGUASSU. **A associação de turismo Doce Iguassu**. Disponível em: <<http://www.doceiguassu.com.br/quem.php>>. Acesso em 20 jul 2009.

ECOPARANÁ. Serviço Social Autônomo Ecoparaná. Disponível em: <<http://www.ecoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em 12 jun 2009.

FONTANA, A.; IRVING, M. A.; SILVA, H. P. **Percepção ambiental do entorno da estação biológica de Santa Lúcia, Santa Tereza – ES: resultados preliminares**. In: Anais do IV Congresso brasileiro de unidades de conservação. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, vol. I, 2004.

FROEHLICH, J. M. **Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o**

‘desenvolvimento’. In: ALMEIDA, J. A; RIEDL, M. (org). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: Edusc, 2000.

FUCS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. Trad. Edite Sciuli. São Paulo: Contexto, 2001.

HOCKINGS, M., *et al.* **Evaluating effectiveness**: a framework for assessing management effectiveness of protected areas. Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 2. ed., 2006.

IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, 2000. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Programa de desenvolvimento do turismo sustentável no entorno do Parque Nacional do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: IBAMA, Parque Nacional do Iguaçu, 2006.

\_\_\_\_\_. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil**. IBAMA, WWF-Brasil. Brasília: IBAMA, 2007.

IBGE. Cidades. Capanema. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 24 jul 2009.

IBGE. Cidades. Serranópolis do Iguaçu. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 24 jul 2009.

ICMBIO. **Histórico** – Parque Nacional Serra dos Órgãos. Disponível em : <[http://www.icmbio.gov.br/parnaso/index.php?id\\_menu=74](http://www.icmbio.gov.br/parnaso/index.php?id_menu=74)>. Acesso em 10 ago 2009.

IRVING, M. A. *et al.* **Governança e políticas públicas**: desafios para a gestão de parques nacionais no Brasil. In: FONTAINE, G.; VLIET, G. V.; PASQUIS, R. (orgs.). Políticas ambientales y gobernabilidad em América Latina. Ecuador: FLACSO, 2007.

IUCN, CNPPA and WCMC. **Guidelines for protected area management categories**. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 1994.

JACOBI, P. **Poder local, políticas sociais e sustentabilidade**. São Paulo: Saúde e Sociedade, vol 8., no. 1, jan/fev 1999.

LEAL, C.G., GUSMÃO, I de (Ed.). **Mata Atlântica** : biodiversidade, ameaças e perspectivas. Trad. E. R. Lamas. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.

LITTLE, P. E. **Os conflitos sociambientais**: um campo de estudo e de ação política. In: BURZSTYN, M. (org). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos socioambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LIU, J.; OUYANG, Z.; MIAO, H. Environmental attitudes of stakeholders and their perceptions regarding protected area-community conflicts: A case study in China. **Journal of Environmental Management**, v. 91, p. 2254-2262, 2010.

LOPES, J. S. L. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, vol. 12, n. 25, jan/jun 2006.

MAGALHÃES, J. P. **A evolução do direito ambiental no Brasil**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MARETTI, C.C. **Conservação e valores** – relação entre áreas protegidas e indígenas: possíveis conflitos e soluções. In: RICARDO, F. *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

MAX, J. C. M. *et al.* **Plano de desenvolvimento sustentável para o entorno da estação ecológica de Assis**. In: *Anais do IV Congresso brasileiro de unidades de conservação*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, vol. I, 2004

MEDEIROS, R. **A política de criação de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos.** In: Anais do IV Congresso brasileiro de unidades de conservação. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, vol. I, 2004.

\_\_\_\_\_. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil.** In: Ambiente e Sociedade. Vol IX, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional.** Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 Nacional. Brasília: MMA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política ambiental integrada para o desenvolvimento sustentável** – relatório de gestão 2003 – 2006. Brasília: MMA, 2007.

\_\_\_\_\_. **Áreas protegidas do Brasil.** Disponível em <<http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/sbf/dap/capa/index.html&titulo=Parques>>. Acesso 08 jul 2009.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.** São Paulo: Anablume, 2001.

MT. Ministério do Turismo. Regionalização do turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em 03 ago 2009.

NOBRE, M. **AMAZONAS, M. de. C. Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito.** Brasília: Edições IBAMA, 2002.

OLMOS, F. *et al.* **Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica.** In: ALBUQUERQUE, J.L.B., CÂNDIDO Jr., J.F., STRAVBE, F.C., ROODS, A.L. Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias. Tubarão: Unisul.

ONU. **¿Qué cambiará con la Cumbre de Johannesburgo?.** Disponível

em <[http://www.un.org/spanish/conferences/wssd/feature\\_story41.htm](http://www.un.org/spanish/conferences/wssd/feature_story41.htm)>. Acesso em 10 jan 2009.

PÁDUA, J. P. **A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais**. In: Unidades de conservação: atualidades e tendências 2004. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004.

PASSOS, A. A. dos; **Paraná, Sudoeste, 1909-1930: matiz sensível e figurações da violência numa gestão das intersubjetividades**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Cd-Rom.

PARANÁ. Lei Complementar nº 59 – de 01 de outubro de 1991. Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências. Paraná: 1991

PARANÁ. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=154>> Acesso em 15 jul 2009.

PEARCE, D. W. **Economic values and the natural world**. London: The MIT Press, 1993.

PESTEL, E. **Short version of “The limits of growth”**. By MEADOWS, D. *et al.* A report to the Club of Rome, 1972. Disponível em <[www.clubofrome.org/docs/limits.rtf](http://www.clubofrome.org/docs/limits.rtf)>. Acesso em 25 jul 2009.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. **Parques, pessoas e profissionais: colocando participação no manejo de áreas protegidas**. Trad. Antonio Carlos Diegues e Daniela Andrade, In: DIEGUES, A.C. Etonoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

POMPA, A. G.; KAUS. A. **Tamin the wilderness mith**. Bioscience,

1992. Trad. Dany Patarra. In: DIEGUES, A.C. Etonoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

PRIMACK, R. et al. **Manejo de áreas protegidas**. In: PRIMACK, R. *et al* (org). Fundamentos de conservación biológica – perspectivas latinoamericans. México: Fondo de Cultura Econômica, 2001.

RAMSAR. **The Ramsar convention**. Disponível em: <[http://www.ramsar.org/cda/ramsar/display/main/main.jsp?zn=ramsar&cp=1^7715\\_4000\\_0\\_\\_](http://www.ramsar.org/cda/ramsar/display/main/main.jsp?zn=ramsar&cp=1^7715_4000_0__)> Acesso em 02 jun 2009.

RODRIGUES, A. S. L. *et al*. **Análise global de lacunas de conservação**. In: Anais do IV Congresso brasileiro de unidades de conservação. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, vol. 2, 2004.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. Rio de Janeiro: Alea, vol. 7, n. 2, jul/dez 2005.

SILVA, A. L. M. da. **Direito do meio ambiente e dos recursos naturais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SCHERL, L. M. **Protected areas and local and indigenous communities**. Edited by McNeely, Jeffrey A. Friends for life: new partners in support of protected areas. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 2005.

SCHERL, L. M. *et al*. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. Gland, Suíça e Cambridge: IUCN, 2006.

SOARES, M. C. C.; BENSUNSAN, N.; FERREIRA NETO, P. S. **Entorno de unidades de conservação: estudo de experiências com UCs de proteção integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002.

TELFER, D. J. **Tourism and regional development issues**. In: SHARPLEY, R.; TELFER, D. J. (éd.). Tourism and development –

concepts and issues. Great Britain: Cambrian Printers Ltd, 2002.

UICN. **Beneficio más allá de las fronteras.** Actas del IV Congreso Mundial de Parques de la UICN. Gland, Suíça: UICN, 2005.

UICN. DUDLEY, N. (Editor). **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas.** Gland, Suiza: UICN, 2008.

UNESCO-Brasil. **Convenção para proteção do patrimônio natural mundial.** Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso em 03 jun 2009.

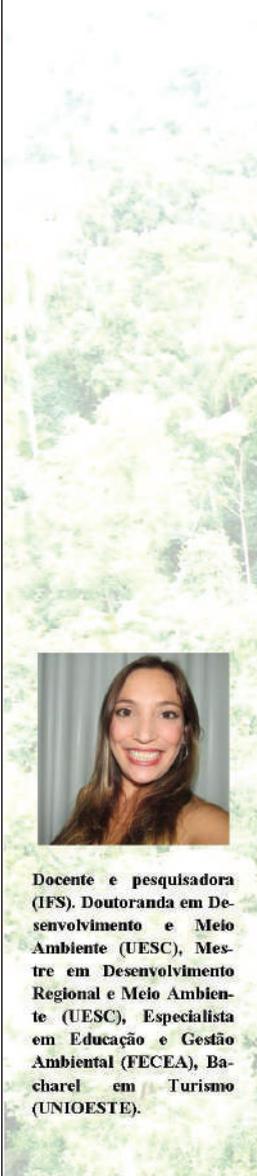
\_\_\_\_\_. **Patrimônio Mundial em Perigo.** Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/patrimonio-em-perigo>>. Acesso em 03 ago 2009.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio Natural da Humanidade.** Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/areas/ciencias/areastematicas/patrimoniomundial>>. Acesso em 03 ago 2009.

URBAN, T. **Parque Nacional do Iguaçu, caminho aberto para a vida.** Curitiba: Rede-Prouc, 2002.







**Docente e pesquisadora (IFS). Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UESC), Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UESC), Especialista em Educação e Gestão Ambiental (FECEA), Bacharel em Turismo (UNIOESTE).**



**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SERGIPE**

**Depoimentos da comunidade sobre benefícios percebidos com a política de desenvolvimento do turismo no entorno, promovida pelo Parque Nacional do Iguaçu:**

*“os cursos que nós fizemos foi bastante importante. Porque além disso, que a gente é analfabeto, mas a gente sempre aprende mais coisa, né?! [...] Porque se gente não tivesse os cursos hoje em dia a gente tava meio perdido, né” (Beneficiário 3C).*

*“a união dos familiares, um exemplo pra manter pais, filhos, juntos na mesma propriedade. O filho não precisar sair de casa, ir pra trabalhar de empregado numa cidade, numa indústria. Então já está dando uma oportunidade diferente, onde ele pode ganhar seu salário digno, cuidando da sua propriedade e ficando com seus pais. Uma família, né. [...] E esse que acho que é o ganho maior [...] é manter o jovem junto na propriedade” (Beneficiário 7S).*



ISBN XXX-XX-XXXX-XXX-X